



a casa

que nos

domestica

ensaaios sobre

um instrumento

disciplinar

nota prévia

Encontrará um ensaio que não atende ao novo acordo ortográfico unicamente por considerar que não se encontra ainda suficientemente amadurecido.

Entenderá que os excertos em idiomas estrangeiros se tornaram em raciocínios ocasionais adequadamente transcritos ou traduzidos de maneira inteiramente autônoma.

Entenderá que as imagens se tornaram em referências convenientemente editadas na sua cor ou no seu formato consoante o que o momento do ensaio solicitava.

agradecimento

Ao professor Rui Braz Afonso, por me incentivar a analisar os costumes como um instrumento inteiramente necessário para autenticar o que mais me importunava. Ensinou a importância de colocar em causa o que me era mais próximo de maneira a entender como os inúmeros mecanismos domésticos se materializam quotidianamente numa casa.

Ao professor Pedro Levi Bismarck, por me permitir (des)construir um discurso extraordinariamente crítico sobre uma maneira de encarar a casa que me era anónima. Ensinou a importância de colocar em causa continuamente o entendimento que ia construindo de modo a entender o que os raciocínios insinuavam verdadeiramente.

Ao Rafael Sousa Santos, por contrariar um entendimento a caminhar num sentido único em inúmeras conversas que se mostraram essenciais para encontrarmos uma maneira de estruturar um ensaio que teimava em não se dominar. Ensinou a importância de encontrar uma série de parâmetros a ordenarem criteriosamente os raciocínios com uma coerência uníssona.

Aos meus pais, Adelino Coelho e Nazaré Ribeiro, por entenderem a importância de um momento em que estava a construir um discurso crítico sobre uma temática que me entusiasma. Ensinaram a importância de valorizar o entendimento que ia amadurecendo, por mim mesmo, num momento relativamente duradouro sem nunca esmorecer.

resumo

1. TEYSSOT, Georges. *A Topology of Everyday Constellations*, traduzido por Paulo Providência. London: The MIT Press, 2013. p. 2

"Os ensaios aqui reunidos examinam essencialmente a natureza da [casa] (...) no momento em que se tornou (...) num instrumento técnico a controlar os movimentos dos [moradores] e das suas coisas (...) como uma instituição, onde a lei está inscrita e as técnicas [económicas] amadurecem (...) de maneira a comandarem os preceitos da domesticidade..."; como diria Georges Teyssot em "A Topology of Everyday Constellations".

Encontrará um ensaio que mostra um interesse em assimilar, de que maneira e em que medida, a casa se tornou num importante instrumento a atribuir aos organismos institucionais a oportunidade de construírem uma sociedade a servir convenientemente os seus maiores intuítos, unicamente com o manuseamento dos comportamentos dos seus moradores. Tenciona analisar criteriosamente quais foram os efeitos que os ambientes domésticos vieram a produzir nos comportamentos ou discursos dos moradores e enunciar quais foram os mecanismos arquitectónicos que causaram os mesmos efeitos numa tentativa de entender como o doméstico se veio a tornar quotidianamente num instrumento disciplinar altamente conveniente às causas dos organismos institucionais do momento.

Desmontaremos as mais importantes políticas habitacionais nacionais que se vieram a construir durante o século vinte em âmbitos disciplinares que permitam ordenar a maneira como o sistema se veio a montar numa estrutura relativamente coerente. Haverá necessariamente que, num primeiro momento, analisar quais seriam os mecanismos administrativos a manterem as políticas habitacionais em funcionamento que condicionaram efectivamente a maneira como os moradores se comportariam para se analisar, à posteriori, as técnicas arquitectónicas de uma

amostra de bairros a mostrarem elucidativamente como as políticas habitacionais materializaram arquitectónicamente os seus maiores intuítos. Entenderemos criteriosamente quais seriam os raciocínios a convencerem os moradores a alterarem os seus comportamentos e quais os mecanismos espaciais que os condicionaram verdadeiramente.

Enunciaremos quais as eventuais consequências com uma importante conveniência económica ou política que se vieram a notar nos comportamentos dos moradores e motivaram os organismos institucionais a construírem criteriosamente as políticas habitacionais ou os bairros sociais. Haverá necessariamente que, num último momento, questionar o momento em que os moradores mostraram uma vontade espontânea de consumir uma série de instrumentos a melhorar um funcionamento doméstico à sua responsabilidade e em que os moradores efectivamente reordenaram os seus comportamentos domésticos numa mecânica altamente produtiva em que os imensos compromissos domésticos se resolveriam com enorme eficiência. Enunciaremos maioritariamente a maneira como os moradores vieram a condicionar os seus comportamentos numa conduta de enorme conveniência a uma sociedade reordenada consoante os intuítos dos organismos institucionais, sem nunca entenderem um discurso relativamente disciplinar que Giorgio Agambem enunciou em "What is an Apparatus?".

"Há um conjunto de crenças, regras e ritos que, em determinada sociedade e em determinado momento histórico, se impuseram externamente aos indivíduos. (...) Implica sentimentos que são mais ou menos inscritos na alma (...) que se revelam o efeito do comando e o resultado da obediência..."²

2. AGAMBEN, Giorgio. "What is Apparatus?" traduzido por David Kishik and Stefan Pedatella in *What is Apparatus?* California: Stanford University Press, 2009. pp. 4-5

abstract

1. TEYSSOT, Georges. *A Topology of Everyday Constellations*, translated by Paulo Providência. London: The MIT Press, 2013. p. 2

"The essays collected here examine the nature of [the house] (...) at the moment they become (...) an equipment that control the movements of [dwellers] and their things (...) as an institution, where the law is inscribed and [economical] technics can mature (...) to command the precepts of domesticity..."¹, as Georges Teyssot would in "A Topology of Everyday Constellations".

You will find an essay that shows an interest to assimilate, in which way and in what extent, the house becomes an important disciplinary instrument to give an opportunity to the institutional bodies to create a society that conveniently serves their main purposes only by handling the dwellers's behaviors. It intends to analyze judiciously what were the effects that domestic environments come to produce on the dwellers's behaviours or speeches and to enounce which were the architectural mechanisms that caused the same effects, in an attempt to shows us how the domestic converted itself in a disciplinary instrument highly convenient to the institutional bodies of the moment causes's.

We will dismantle the most important national housing policies that were built during the twentieth century in several disciplinary units that allow us to order the way how the system was assembled in a relatively coherent structure. We will analyze, at first, which were the necessary administrative mecanisms procedures that mantain the housing policies in operation that actually conditioned the way how dwellers would behave to analyze, à posteriori, the architectural techniques of a neighborhoods' sample that shows clearly how housing policies materialized their

intention. We will understand which were the thoughts that convinced dwellers to change their behavior and which were the spatial mechanisms that truly conditioned them.

2. AGAMBEN, Giorgio. "What is Apparatus?", translated by David Kishik and Stefan Pedatella in *What is Apparatus?* California: Stanford University Press, 2009. pp. 4-5

We will enounce which were the eventual consequences with an important economic or political convenience that came to be noticed in the dwellers's behaviors and that motivated the institutional bodies to create judiciously the housing policies or even the neighborhoods. There will be necessary, in the last moment, to question the moment in which the dwellers revealed a spontaneous wish to consume a series of equipment that would improve the domestic functioning under their responsibility and in which the dwellers effectively reorder their domestic behaviors in an highly productive mechanics, where the immense daily needs would be resolved in an efficient way. We will enounce how the dwellers came to condition their behavior in a conduct of enormous convenience to the functioning of a reordered society according to the institutional bodies's intentions, without ever understanding disciplinary speech that Giorgio Agambem enunciated in "What is an Apparatus?".

"There is a set of beliefs, rules and rituals that, in a given society and at a certain historical moment, were imposed externally on individuals. (...) It implies feelings that are more or less inscribed in the soul (...) that reveal the effect of command and the result of obedience..."²

ensaio(s)

3	agradecimento
4	resumo
6	abstract
12	nota introdutória

âmbitos disciplinares

21	organismos institucionais. o ordenamento como uma causa
27	instrumentos domésticos. uma circunstância a inscrever os comportamentos
33	moradores. a consciência a condicionar o entendimento

políticas habitacionais

casas de renda económica

45	requisitos. uma classe média em cumprimento
49	procedimentos. uma norma de arrendamento
57	meios. uma circunstância em enorme rendimento

serviço ambulatorio de apoio local

65	requisitos. uma classe empobrecida em envolvimento
69	procedimentos. uma norma de incumbência
79	meios. uma circunstância em seccionamento

programa especial de realojamento

87	requisitos. uma classe empobrecida sem alternativa
91	procedimentos. uma norma de empréstimo
99	meios. uma circunstância a pormenorizar

normas culturais

109	ética. um entendimento a encaminhar a vontade
113	trabalho. um manuseamento não remunerado
119	património. um investimento na economia doméstica

instrumentos domésticos

bairro de ramalde

circunstância. um aumento extraordinário de densidade	131
ordem. um encolhimento interior a um mínimo	137
estética. um esclarecimento de leitura imediata	143

bairro das antas

circunstância. um seccionamento altamente democrático	153
ordem. um aprimoramento da maleabilidade interior	159
estética. um emaranhamento altamente heterogéneo	165

bairro do falcão

circunstância. um aumento insensato de densidade	175
ordem. uma inconstância na estrutura interior	180
estética. um esclarecimento de enorme transparência	187

mecanismos arquitectónicos

funcionalidade. um sistema constructivo sistemático	199
aparência. uma estética inteiramente abstracta	205

consequências comportamentais

consumo. o empreendedorismo a construir o ambiente doméstico	217
produtividade. a eficiência a administrar quotidianamente a rotina	223
disciplina. a austeridade a comandar o costume	229
entrevista	238
bibliografia	242
créditos de imagem	244

nota introdutória

3. TEYSSOT, Georges. *A Topology of Everyday Constellations*, traduzido por Paulo Providência. Londres: The MIT Press, 2013. p. 5

4. IBIDEM. p. 17

É importante informar que o ensaio retoma um entendimento que se tem vindo a construir recentemente por autores sensíveis ao tema sem, no entanto, nunca tomar como seu os posicionamentos que assumiram exactamente por entender que "... as causas reais que originaram [os seus raciocínios] e os seus usos finais ou a maneira de sua incorporação num sistema de propósitos (...) é periodicamente reinterpretado (...) em termos de novas intenções..."³ a serem necessariamente questionáveis.

A maioria dos raciocínios que se enunciaram encaram a casa como uma estrutura a ordenar os compartimentos interiores numa tentativa de solucionar as inúmeras causas domésticas sem nunca se renunciarem a analisarem, à sua maneira, a maneira como a casa veio a contribuir no aparecimento de padrões culturais com uma tendência a se inscreverem quotidianamente nas normas comportamentais que estruturam verdadeiramente os sistemas sociais. Analisaram a casa e a maioria dos seus mecanismos domésticos consoante um entendimento conveniente sobre uma "...experiência da repetição [que se veio a mostrar, com evidência,] nas imagens do interior (...) como um compromisso perpétuo realizado entre os moradores e o seu ambiente doméstico (...): um condutor da luz da existência..."⁴ sem, no entanto, nunca encontrarem um entendimento único a esclarecer exactamente quais seriam verdadeiramente os efeitos de manusear convenientemente uma casa com um determinado proveito económico ou político.

Haverá necessariamente que encarar o ensaio como uma experiência a reunir uma série de raciocínios a examinarem a natureza doméstica, no momento em que a casa se tornou num instrumento técnico a condicionar quais seriam os comportamentos de moradores e a comandar quais seriam as normas domésticas, unicamente como uma maneira de entusiasmar os moradores a "...perguntarem (...) como funcionam as coisas (...) nos processos contínuos e ininterruptos que sujeitam os corpos, dirigem os gestos e regem os comportamentos" ⁵. É importante retomar o entendimento que se tem vindo a construir recentemente por autores sensíveis ao tema com um discurso inteiramente isento de maneira a construirmos autonomamente um entendimento alternativo a acrescentar matéria a uma conversa em que nos devemos continuar a envolver e a encontrarmos um esclarecimento relativo à maneira como se movem os inúmeros mecanismos que produzem quotidianamente as consequências mais convenientes nos comportamentos e discursos de um enorme número de moradores.

"...a ambição dos estudos deste ensaio é abrir uma série de caminhos que atravessam o emaranhado da vida quotidiana com seu fardo de misérias ou maus hábitos perpétuos em que os desejos reprimidos ou as melancolias ineficientes (...) [se animam com] a tagarelice animada de fofocas ou a aconchegante segurança das opiniões comuns..." ⁶

5. FOUCAULT, Michel. "Soberania e Disciplina" in *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições GRAAL, 1979 conforme BASTOS, Rodrigues in his Slideshare. São Paulo: Slideshare, 2015. p. 102

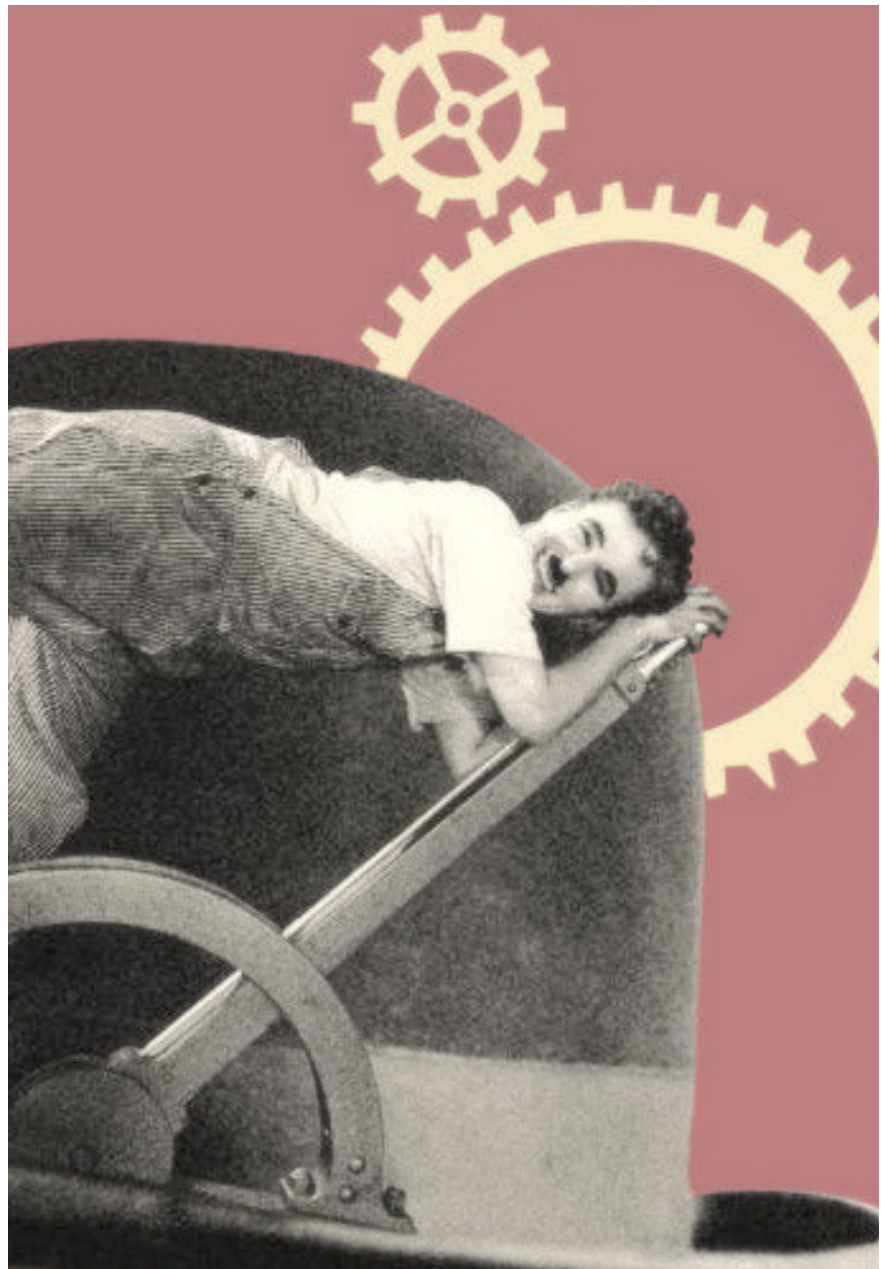
6. TEYSSOT, Georges. *A Topology of Everyday Constellations* traduzido por Paulo Providência. Londres: The MIT Press, 2013. pp. 1-2



**âmbitos
disciplinares**

"Um dispositivo, em si, é a rede que pode ser estabelecida entre (...) um conjunto completamente heterogéneo [de] discursos, (...) decisões regulatórias, leis, medidas administrativas (...) ou proposições filosóficas e morais (...). A natureza de um o aparelho é essencialmente estratégica, o que significa que nos referimos a uma determinada manipulação (...) racional e concreta das relações de forças (...) para as desenvolver numa determinada direcção, para as bloquear ou para as estabilizar [convenientemente]." ¹

1. FOUCAULT, Michel. *Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings*. New York: Pantheon Books, 1980, 1972 pp. 96, conforme AGAMBEN, Giorgio. "What is Apparatus?", traduzido por David Kishik and Stefan Pedatella in *What is Apparatus?* California: Stanford University Press, 2009. p. 2



organismos institucionais

o ordenamento como uma causa

"...o poder (...) tem essencialmente como razão de ser e fim servir a economia, (...) fazê-la funcionar e manter as relações (...) essenciais ao seu funcionamento. (...) Não se dá, não se troca nem se retoma, mas exerce-se (...) [unicamente numa] em acção numa manutenção e reprodução das relações económicas, mas acima de tudo, numa relação de forças..."²

É importante encontrarmos o intuito que motivou os organismos institucionais a coordenarem os comportamentos de uma sociedade à sua responsabilidade com "... uma correcta disposição das coisas de que assumem o encargo para conduzi-las a um fim conveniente. (...) Governam-se (...) os homens nas suas relações com as coisas (...) os seus meios de subsistência (...), os costumes (...) e a forma de agir e pensar..."³ numa tentativa de administrarem convenientemente uma sociedade em que "... os indivíduos (...) nunca são o alvo inerte ou consentido do poder mas são sempre centros de transmissão..."⁴ de um bom funcionamento.

Invocaram imperiosamente uma série de instrumentos a construírem um entendimento necessário para esclarecerem quais seriam as melhores maneiras de administrarem "...uma certa manipulação das relações de força ou uma intervenção racional e concreta nas relações de forças que as desenvolvesse num sentido..."⁵ conveniente a um raciocínio de mercado altamente produtivo. Teriam necessariamente que encontrar uma oportunidade de condicionarem a maneira como nos movemos, precisamente num momento em que, os comportamentos se tornavam economicamente oportunos ou politicamente úteis a uma vontade de construírem uma sociedade ambicionada de uma maneira altamente automática.

2. FOUCAULT, Michel. "Genealogia e Poder" in *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições GRAAL, 1979 conforme BASTOS, Rodrigues in his Slideshare. São Paulo: Slideshare, 2015. p. 99

3. AGAMBEN, Giorgio. "What is Apparatus?" traduzido por David Kishik and Stefan Pedatella in *What is Apparatus?* California: Stanford University Press, 2009. p. 2

4. FOUCAULT, Michel. "Governamentalidade" in *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições GRAAL, 1979 conforme BASTOS, Rodrigues in his Slideshare. São Paulo: Slideshare, 2015. p. 103

5. IBIDEM

imagem 3. CHAPLIN, Charlie. "Modern Times". Nova Iorque, 1936.



"A constituição de um saber de governo é absolutamente indissociável da constituição de um saber sobre todos os processos referentes à população num sentido lato..."⁶

6. FOUCAULT, Michel. "Governamentalidade" in *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições GRAAL, 1979. conforme BASTOS, Rodrigues in his Slideshare. São Paulo: Slideshare, 2015. p. 170

Entenderam consecutivamente que "... para que o poder se exerça com estes mecanismos subtis é obrigado a formar, organizar e por em circulação um saber (...) com instrumentos reais de formação e de acumulação do saber [como] métodos de observação, técnicas de registo, procedimentos de inquérito e de pesquisa e aparelhos de verificação..."⁷ a permitirem entender a necessidade de encontrarem uma série de instrumentos essenciais para alterarmos continuamente os nossos comportamentos.

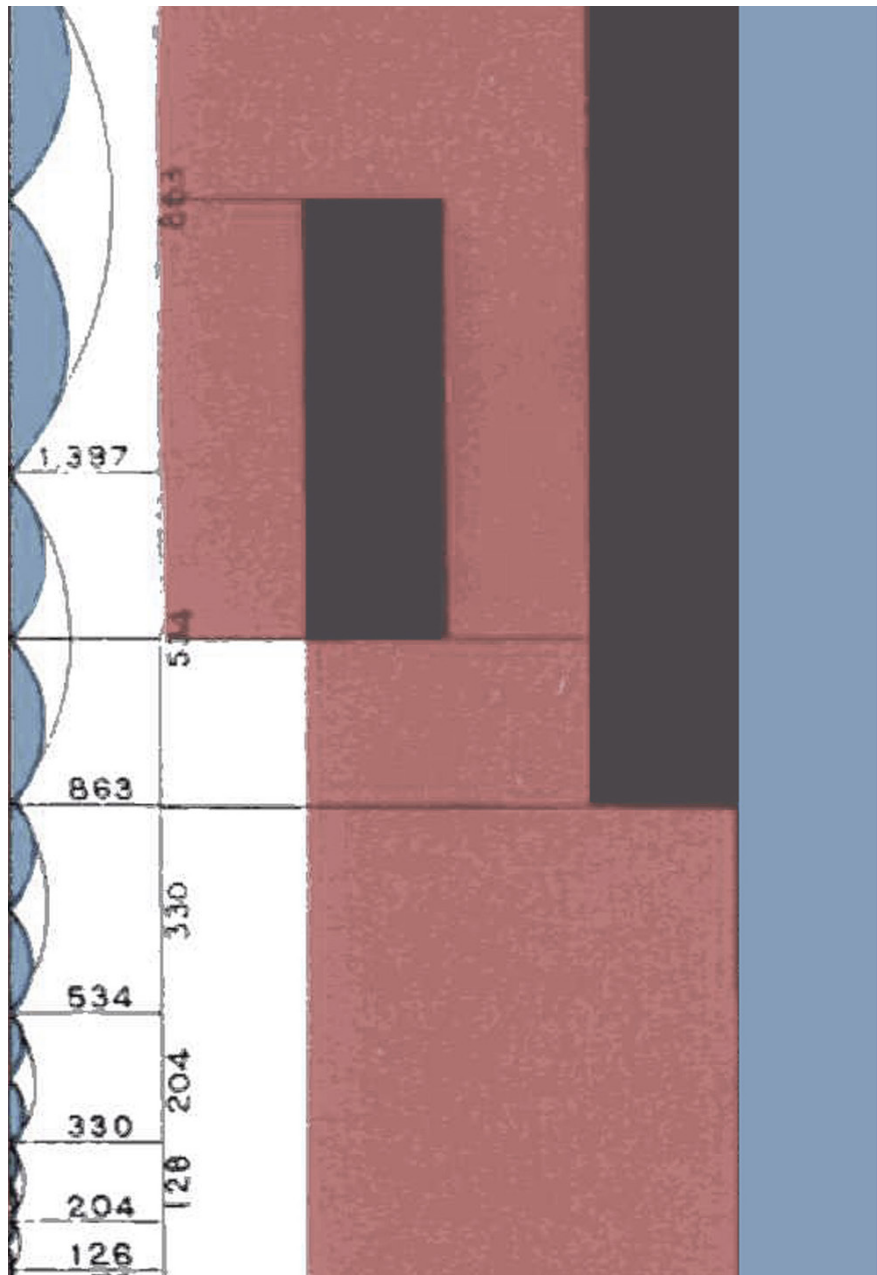
7. IDEM. "Soberania e Disciplina" in *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições GRAAL, 1979 conforme BASTOS, Rodrigues in his Slideshare. São Paulo: Slideshare, 2015. p. 104

8. IBIDEM. p. 102

Encontraram consecutivamente uma série de instrumentos a entusiasmarem o nosso interesse em encontrarmos uma maneira de atendermos às nossas maiores vontades sem, na verdade, revelarem como manuseariam convenientemente as nossas consciências ou os nossos comportamentos nem atenderam verdadeiramente ao que anunciaram. Vieram a construir uma economia de discurso a reinscrever criteriosamente nas nossas consciências um raciocínio que sentencia a necessidade de mantermos continuamente um determinado comportamento como um valor de troca verdadeiramente necessário para encontrarmos uma maneira de atendermos criteriosamente às nossas maiores vontades dentro de mecanismos sociais que estavam a construir consecutivamente.

"...ultrapassando as regras que a organizam e delimitam, (...) é um discurso que decide, transmite e reproduz (...) os efeitos de poder (...) e corporifica-se em técnicas e mune-se de instrumentos materiais..."⁸

imagem 4. TATI, Jacques. "Playtime". Paris, 1967.



É importante entendermos que os organismos institucionais mantiveram um mínimo de credibilidade no momento em que mostraram sinais de cumprimento do que vieram a anunciar anteriormente a serem convenientemente circunscritos numa norma a resumir a enorme variedade de vontades que vieram a conhecer e a "...adaptar o hábito dos habitantes e construir uma espacialidade que concretiza os hábitos regulares particulares levando em conta os modelos culturais e os meios de produção." ⁹

Determinaram um número de "...regras racionais que lhe são próprias (...) e [encontraram] os princípios da sua racionalidade naquilo que constitui a sua realidade específica..." ¹⁰ a substituírem convenientemente as anteriores normas jurídicas que impunham severamente os comportamentos por um número de instrumentos inovadores a ordenarem os comportamentos com um enorme minúcia. Vieram a construir continuamente uma série de meios disciplinares a desencadear inúmeros procedimentos de subjectivação em que o manuseamento dos comportamentos se mostra de uma maneira relativamente discreta num relacionamento de poderes a suportar convenientemente o raciocínio que serve uma sociedade em funcionamento e a se suportar nas suas maiores consequências.

"Os instrumentos não são (...) meramente uma ou outra medida governativa, uma ou outra tecnologia de poder e nem mesmo a generalidade obtida nessa abstracção. (...) É precisamente (...) um conjunto de práticas, corpos de conhecimento, medidas e instituições que visam administrar, governar, controlar e orientar os comportamentos, gestos e pensamentos dos seres humanos." ¹¹

9. TEYSSOT, Georges. "Hábito, Habitus, Habitat" in *Da Teoria de Arquitectura: Doze Ensaios* traduzido por Paulo Providência. Lisboa: Edições 70, 2010. p. 103

10. FOUCAULT, Michel. "Governamentalidade" in *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições GRAAL, 1979 conforme BASTOS, Rodrigues in his Slideshare. São Paulo: Slideshare, 2015. p. 168

11. AGAMBEN, Giorgio. "What is Apparatus?" traduzido por David Kishik and Stefan Pedatella in *What is Apparatus?* California: Stanford University Press, 2009. pp. 7-12

imagem 5. LE CORBUSIER. "Le Modulor". Paris, 1948.



instrumentos domésticos

uma circunstância a inscrever os comportamentos

"[A economia veio a tornar-se num pré-requisito para a política que se] refere a práticas onde os meios estão estritamente relacionados ao seu fim, nomeadamente a gestão dos seus bens e riqueza, no caso da casa. (...) A técnica de administrar um grande território e sua população começa sempre a partir da gestão do espaço privado mais básico." ¹²

É importante analisar, de que maneira e em que medida, as circunstâncias relacionadas com a sobrevivência quotidiana se tornaram num importante instrumento político para entendermos como os organismos institucionais atenderam aos seus maiores intuitos unicamente com o manuseamento dos comportamentos silenciosamente mantidos nos ambientes domésticos que uma casa emoldura.

Encontram inúmeras maneiras de manter uma sociedade em funcionamento a estabelecerem entre si uma continuidade ascendente, no sentido em que um ser a administrar uma sociedade deve primeiro saber como se administrar a si mesmo, e descendente, no sentido em que uma sociedade bem administrada subentende que os moradores saibam como se administrar a si mesmos com um comportamento adequado. Construíram simultaneamente uma maneira relativamente minuciosa de administrar um enorme número de moradores a entoarem um bom funcionamento da sociedade nas suas condutas com uma "...economia [que se inicia no] sábio governo da casa para o bem da família. (...) Governar um estado significará portanto (...) ter em relação (...) aos comportamentos individuais e colectivos, uma forma de controlo tão atenta quanto a do pai de família..." ¹³ a manusear convenientemente a maneira como os moradores se relacionam no interior de uma casa.

12. AURELI, Pior Vittorio. "The Dom-ino Problem: Questioning the Architecture of Domestic Space" in *Log. n.º 30 (Winter 2014)*. New York: Anyone Corporation, 2014. p. 157

13. FOUCAULT, Michel. "Governamentalidade" in *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições GRAAL, 1979. conforme BASTOS, Rodrigues in his Slideshare. São Paulo: Slideshare, 2015. p. 105

imagem 6. GODIN, Jean-Baptiste. "Familiário de Guise". Guise, 1880.



"[As circunstâncias domésticas] habitadas na sociedade apresentam-se como instituições que desbravam um lugar para a vida, oferecem um abrigo e um refúgio, comandam os preceitos de domesticidade, ditam as normas de hospitalidade e prescrevem as de hostilidade." ¹⁴

Encontraram uma maneira de moldarem uma circunstância doméstica em que "... os seus contornos (...) são chamados para representar todos os reinos da identidade (...) e os seus ocios e vazios são ocupados por corpos que replicam internamente os conflitos sociais e políticos..." ¹⁵ precisamente num momento em que entenderam como a casa se poderia tornar num importante instrumento a condicionar convenientemente os comportamentos no seu interior.

Vieram a tornar continuamente a casa num instrumento a estimular uma série de acontecimentos que encaminhariam quotidianamente os nossos comportamentos num determinado sentido à medida que iam entendendo a maneira como se ordena, sem nunca encontrarem necessariamente um método único a causar imediatamente os efeitos de que estavam à espera estimular com o ordenamento dos compartimentos interiores ou com o invento de uma norma relativamente clara. Encontraram uma maneira relativamente genérica de ordenar uma sociedade à sua responsabilidade com um número de mecanismos arquitectónicos a estruturarem convenientemente os ambientes domésticos a moldarem os comportamentos quotidianamente.

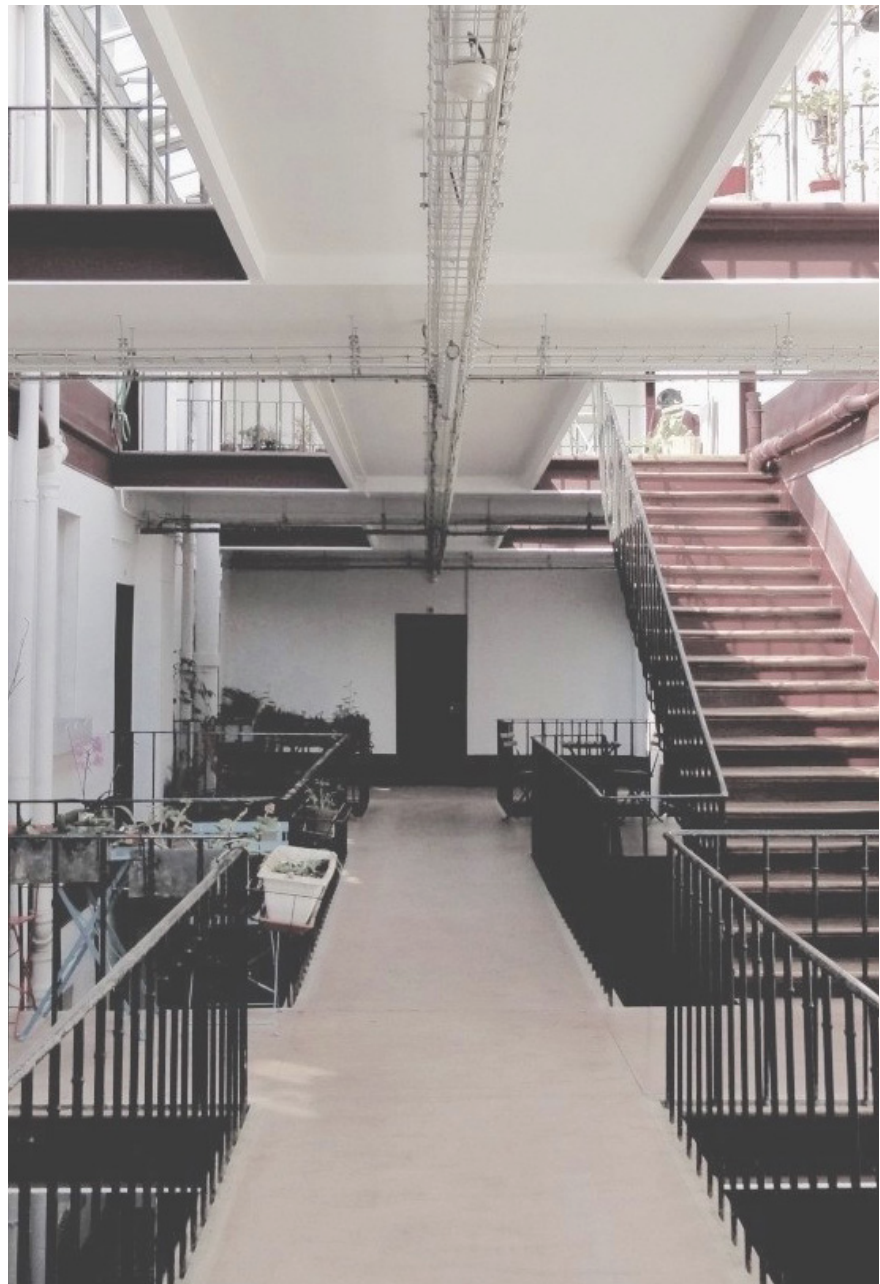
"[Nasceria] (...) num instrumento económico (...) através do qual [os organismos institucionais] em ascensão governaram os cidadãos [com o manuseamento das] circunstâncias mais íntimas (...) que se consideram relações sociais e económicas do ponto de vista de quem governa..." ¹⁶

14. TEYSSOT, Georges. "Topografia de Constelações Quotidianas" in *Da Teoria de Arquitectura: Doze Ensaios* traduzido por Paulo Providência. Lisboa: Edições 70, 2010. p. 17

15. VIDLER, Anthony. "Spatial Violence" in *Assemblage 20*. Cambridge: The MIT Press, 1993. p. 84

16. AURELI, Pior Vittorio. "Chapter I" in *Less is enough*. Moscovo: Strelka, 2013. p. 30

imagem 7. SACRISTÁN. "Família tradicional burguesa". Tarragona, 1892.



É importante entendermos que no momento em que os organismos institucionais vieram a induzir os comportamentos num determinado sentido vieram também a construir "...um modelo cultural, (...) imposto a certos grupos sociais, como modos de vida ou regime de práticas [a contradizerem] as práticas culturais que haviam construído..."¹⁷ anteriormente nas suas consciências, sem a mínima noção da maneira como a circunstância doméstica mudaria verdadeiramente um quotidiano doméstico circunscrito no seu interior.

Promoveram uma circunstância socioeconómica conveniente a manusear a maneira como nos comportamos anteriormente com uma "...estrutura constitutiva de um tipo particular de ambiente (...) que pode apreender empiricamente a regularidade que permite estruturar socialmente (...), [ou antes], um princípio (...) estruturante de práticas e representações que podem ser objetivamente reguladas..."¹⁸. Entenderam consecutivamente que o desenvolvimento de um costume doméstico se veio a tornar numa cadeia contínua de inúmeras maneiras de reinterpretar os comportamentos de uma determinada sociedade a estimular necessariamente uma sequência de mecanismos da consciência relativamente densos que alteram radicalmente a maneira como nos comportamos numa nova casa.

"A casa, como todos os elementos da vida quotidiana, pode dar origem a (...) um ensaio e a um enredo (...) ou a um romance [em que] (...) corpos inertes passam por enormes processos de subjetivação (...) fazendo prontamente tudo o que é solicitado a fazer enquanto deixam os seus gestos quotidianos (...) serem comandados e controlados ao mínimo detalhe por instrumentos..."¹⁹ convenientemente inscritos nos ambientes domésticos.

17. TEYSSOT, Georges. "Hábito, Habitus, Habitat" in *Da Teoria de Arquitectura: Doze Ensaios* traduzido por Paulo Providência. Lisboa: Edições 70, 2010. p. 101

18. AURELI, Pior Vittorio; GIUDICI, Maria Shéhérazade. "Family Horror: Toward a Critique of Domestic Space" in *Log. n.º 38 (Fall 2016)*. New York: Anyone Corporation, 2016. p. 105

19. AGAMBEN, Giorgio. "What is Apparatus?" traduzido por David Kishik and Stefan Pedatella in *What is Apparatus?* California: Stanford University Press, 2009. pp. 22-23

imagem 8. VEUGHNY, Marie-Gabriel. " Cité Napoléon " Paris, 1951.



moradores

a consciência a condicionar o entendimento

“Os instrumentos [domésticos] tornam-se verdadeiramente transformadores no momento em que excederam o que se esperava deles (...). É precisamente no momento em que nos desafiam, desencadeando o potencial de novas formas de ver, pensar (...) e agir, que (...) desempenham o seu papel na redefinição [das nossas consciências].”²⁰

É importante entendermos que os efeitos de um determinado instrumento doméstico circunscritos numa casa não terminam necessariamente no momento em que o usamos da maneira anunciada, mas somente, no momento em que estimulam os efeitos “...com uma capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar ou proteger [a maneira como] os comportamentos (...) ou discursos...”²¹ se mostram.

Entenderam que a maneira como um instrumento doméstico evolui não é necessariamente um caminho com um intuito único nem será exactamente o mais curto com o mínimo de energia consumida, mas mais precisamente, uma sequência de mecanismos de apropriação mais ou menos intensos a serem convenientemente manuseados como um importante instrumento a condicionar directamente a maneira como nos tornaríamos no que queriam. “A invenção de instrumentos que reinventam o inventor não é controlada precisamente [por nós] (...) que estamos permanentemente suspensos entre ser a causa e o efeito...”²² sem nunca termos a oportunidade de nos envolvermos na maneira como aconteceriam os mecanismos a moldarem criteriosamente uma circunstância doméstica ou a serem consecutivamente moldados com o número de efeitos que vem a desencadear quotidianamente.

20. COLOMINA, Beatriz e WIGLEY, Mark. “The Mirror of Design” in *Are we human?*. Zurique: Lars Muller Publishers, 2016. p.17

21. AGAMBEM, Giorgio. “What is an apparatus?” traduzido por David Kishik and Stefan Pedatella in *What is Apparatus?* Califórnia: Stanford University Press, 2009. p.14

22. COLOMINA, Beatriz e WIGLEY, Mark. “Plastic Human” in *Are we human?*. Zurique: Lars Muller Publishers, 2016. p. 23

imagem 9. BOISSONNAS, Frédéric. “Dalcroze-Schule Hellerau”. Hellerau, 1910.



“O que nos torna [no que somos] não está no cérebro ou mesmo no corpo (...) mas sim numa interdependência com os instrumentos [que nos mantém] (...) suspensos num complexo e contínuo processo de avanços e recuos que, em última análise, dissolve a distinção entre nós.”²³

23. COLOMINA, Beatriz e WIGLEY, Mark. “Plastic Human” in *Are we human?*. Zurique: Lars Muller Publishers, 2016. p. 23

24. IDEM. “The Invention of the Human” in *Are we human?*. Zurique: Lars Muller Publishers, 2016. pp.51-52

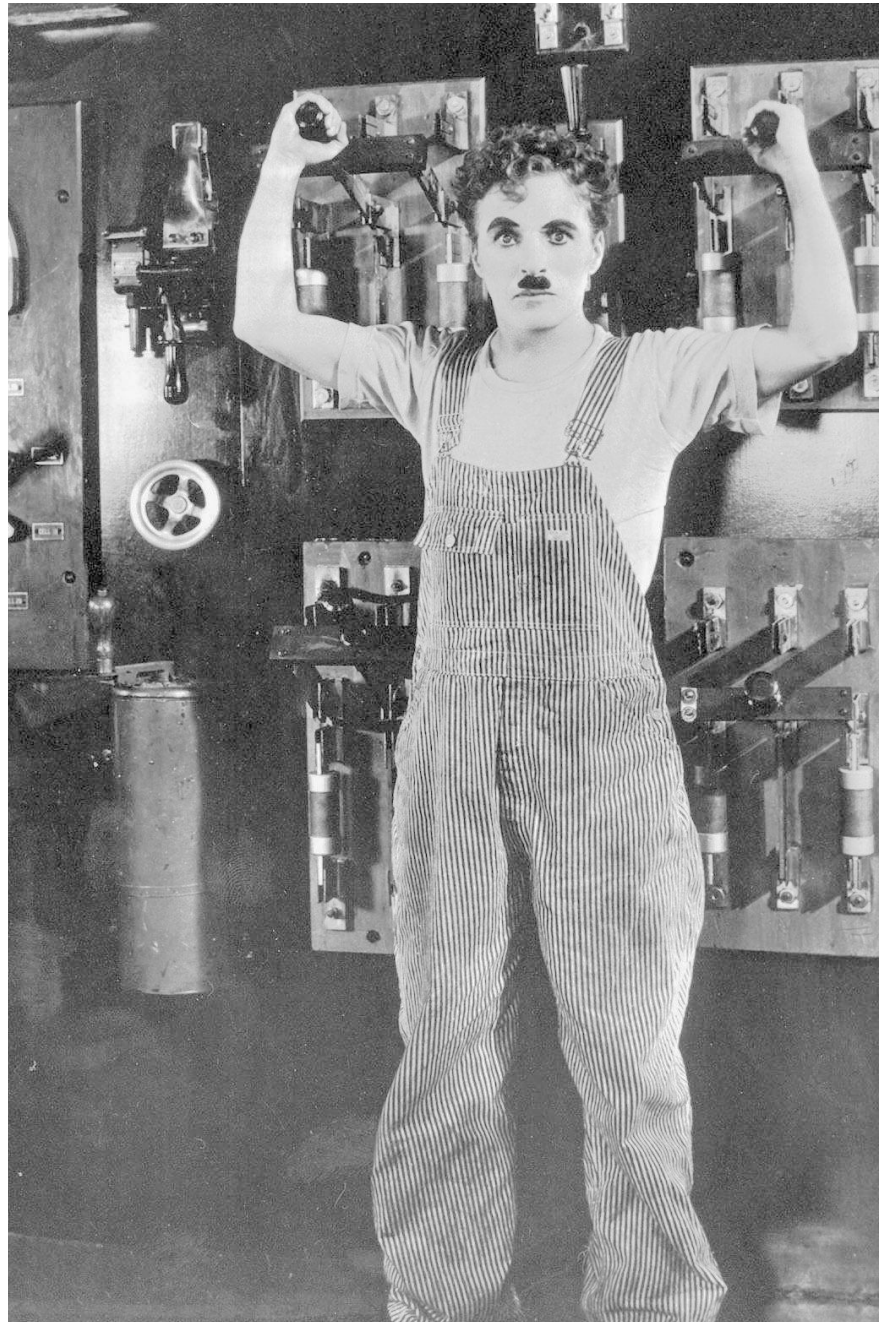
Vieram consecutivamente a analisar o momento em que nos unimos aos instrumentos domésticos a alterarem os nossos comportamentos sem o entendermos até encontrarem uma maneira de construir uma circunstância a contaminar quotidianamente os comportamentos e a aumentarem necessariamente as nossas oportunidades de nos adaptarmos a uma sociedade em constante metamorfose sem que nunca o entendêssemos verdadeiramente.

25. IDEM. “The Mirror of Design” in *Are we human?*. Zurique: Lars Muller Publishers, 2016. pp.9-10

Seria exactamente no momento em que os mesmos instrumentos se inscreveram inteiramente nos nossos costumes que nasceu um conflito interno em que “... instrumento e ser humano se produzem um ao outro [numa continuidade em que] os instrumentos nos expandem prosteticamente [e também nos] tornam naquilo que [somos]...”²⁴ numa união a alterar necessariamente a maneira como condicionaria os nossos comportamentos quotidianos e o nosso entendimento a respeito da maneira como a circunstância doméstica se veio a construir verdadeiramente.

“...mais do que inventar alguma coisa, (...) [era necessário] moldar qualquer coisa e pensar nos possíveis resultados dessa invenção [num] interminável (...) reinventar do [morador que] (...) tem vindo a ser radicalmente remodelado com as coisas que produz (...), em milhares de camadas (...) a atingirem profundamente (...) os seus corpos e cérebros.”²⁵

imagem 10. MATTA-CLARK, Gordon
“Splitting”. Nova Jérícia, 1974.



É importante entendermos que não somos moradores com uma consciência exactamente amadurecida, na medida em que, a nossa consciência mostra uma enorme maleabilidade ao ser continuamente ordenada à medida que se une aos instrumentos domésticos inscritos no interior de uma casa. Mantivemos continuamente em aberto a oportunidade para os organismos institucionais do momento moldarem convenientemente a nossa consciência com inúmeros acontecimentos a construírem quotidianamente um novo ser consentâneo com a sociedade mais conveniente.

"Esse é o motivo para que os instrumentos a permitirem realizar uma actividade governativa, [continuem a construir] (...) um processo de subjetivação a produzir naturalmente o seu próprio sujeito..."²⁶ "...sem o qual não pode funcionar como um instrumento governativo (...) [a] criar corpos dóceis através de uma série de práticas, discursos e corpos de conhecimento..."²⁷ a abandonarem criteriosamente o que construíram em momentos anteriores num processo contínuo. É importante entendermos a maneira como os organismos institucionais alteraram as nossas consciências não exactamente como num mero acontecimento a condicionar-nos inesperadamente, mas sim, como um sistema convenientemente delineado a tornar-nos mais no efeito de um manuseio dos instrumentos domésticos sem ser unicamente na sua causa.

"...a política costumava pressupor não só o triunfo de (...) uma actividade pura de governo que não procura mais nada para além de sua própria reprodução, mas também a existência de sujeitos reais."²⁸ "De um do lado estava (...) a ontologia das criaturas e do outro lado a [economia] dos instrumentos que as querem governar e guiar para o bem. (...) E entre esses dois (...) uma luta sem fim."²⁹

26. AGAMBEN, Giorgio. "What is Apparatus?" translated by David Kishik and Stefan Pedatella in *What is Apparatus?* California: Stanford University Press, 2009. p. 11

27. IBIDEM. p. 19

28. IBIDEM. p. 22

29. IBIDEM. pp 13 -14

imagem 11. CHAPLIN, Charlie. "Modern Times". Nova Iorque, 1936.

"... desenvolveu-se um lento, mas poderoso, processo de domesticação da vida social, de normalização dos espaços e comportamentos e de moralização da população, que se baseou em técnicas que controlam os impulsos e canalizam os desejos em direção a um ciclo de produção e consumo. Esse processo tornou-se numa realidade com uma estratégia moderna a que chamamos de projeto doméstico (...), desenhado para obter um determinado controlo (...) e envolvimento nos indivíduos ao actuar na esfera doméstica (...), com o governo das práticas da intimidade..."³⁰

30. TEYSSOT, Georges. "Figure d'Interni" in *Il Progetto Domestico. La casa dell'uomo: archetipi e prototipi*. Milão: Electa XVII Triennale di Milano, 1986. p. 18

GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — 1\$00

. 450\$
. 180\$
. 180\$
. 170\$
1, 300\$
a» — por
correlo

O preço dos anúncios é de 15\$ a linha, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, quando se trate de entidade particular.

convencional a curto prazo — na me-
estes programas supõem terrenos pre-
jectos e preparação de concursos e ga-
isponibilidade financeira por parte do
utarquias locais —, está o Fundo de Fo-
abituação a organizar um corpo técnico
designado por «Serviço de Apoio Am-

políticas habitationais



casas de renda económica

"...o movimento industrial chegou a estas paragens e o dinheiro serviu para fomentar riqueza útil. (...) Vieram máquinas, montaram-se fábricas e os homens acorreram a oferecer os seus braços ali onde lhes pagavam melhor. E ali buscaram alojamento conforme puderam em matéria de rendas [a chegarem] até onde os seus magros salários lhes permitiam e, quando não davam para mais, até em (...) miseráveis barracas de tábuas velhas e latas se acomodavam..."¹



requisitos

uma classe média em cumprimento

"A industrialização seguia agora um curso mais rápido e a emigração para os centros industriais acentuava-se (...). E com toda essa massa humana a necessitar de alojamento, vinha o jogo dos que viam na construção um meio cómodo e garantido de viver sem trabalhar e sem produzir nada útil recebendo rendas." ²

Num momento em que os organismos institucionais não mostravam um entendimento muito consistente a respeito da circunstância doméstica em que os moradores viviam, vieram a construir as Casas de Renda Económica como uma iniciativa momentânea necessariamente a sustentar o seu entendimento unicamente num inquérito alienado das verdadeiras necessidades do momento que analisou genericamente a maneira como os moradores se ordenaram em núcleos familiares com rendimentos a servirem mensalmente uma renda doméstica relativamente alta.

Entenderam com a análise do inquérito que a maior necessidade se encontrava numa "...classe intermédia que [reunia] o maior número de membros – o funcionário, o professor, o empregado em atividades particulares e o homem das profissões liberais – na comunidade social, desempenhando assim uma função de equilíbrio [e] (...) tranquilidade nacional." ³ Estabeleceram consecutivamente cinco classes a ordenarem os moradores de classe média consoante as suas verdadeiras capacidades para acarretarem mensalmente com uma renda e pressionaram necessariamente os moradores a morarem em prédios de rendimento com o único intuito de alojar uma enorme quantidade de moradores numa nova modalidade de arrendamento a resolver "...o problema do alojamento das populações citadinas [que] (...) já de há muito afligia as classes humildes, mas agora, [se] alastrou até à classe média, menos habituadas à resignação, ao sofrimento em silêncio." ⁴

2. AMARAL, Fransico Keil. "O Problema da Habitação Portuguesa" in *Cadernos Azuis. Problemas Contemporâneos*. Porto: Livraria Latina Editora, 1945. p. 30

3. IBIDEM.

4. AMARAL, Fransico Keil. "O Problema da Habitação Portuguesa" in *Cadernos Azuis. Problemas Contemporâneos*. Porto: Livraria Latina Editora, 1945. p. 1

imagem 14. PEREIRA, Diana. "Moradores de uma Casa de Renda Económica". Lisboa, 1945



Entenderam que "...o assunto ficaria arrumado [no momento em que] que se fizessem uns tantos prédios de 'appartements' (...), ingenuamente, reduzindo os problemas à bitola do 'seu problema', confundindo causas com efeitos, mas cheios de boa fé e de boas intenções [sem nunca] o portuguezinho valente se cansar de procurar remir esta penitência a que se via condenado..."⁵ e encontrar uma maneira de contornar a maior crise do momento. Autorizaram consecutivamente as sociedades cooperativas ou as instituições de previdência social a servirem convenientemente intuitos corporativos ou de coordenação económica como também as empresas concessionárias de serviços públicos ou outras entidades privadas a mostrarem uma maior idoneidade a construírem um número de núcleos habitacionais para os seus trabalhadores a exercerem continuamente uma actividade conveniente ao seu bom funcionamento.

Num momento em que as circunstâncias se tornavam necessariamente mais melindrosas com várias tentativas de contornar a maneira como as Casas de Renda económica atribuíam uma casa, os organismos institucionais determinaram meramente que "...os inquilinos das casas de renda económica [deveriam] declarar na ocasião do contracto e, posteriormente, em janeiro de cada ano, a soma dos seus rendimentos..."⁶ de maneira a tomarem conhecimento sobre quais seriam os moradores com rendimentos a ultrapassarem seis vezes a respectiva renda ou a errarem um acumular de três meses de renda e a pressionarem necessariamente os mesmos moradores a abandonarem a casa num máximo de seis meses com um mandado da autoridade administrativa ou com a intervenção das forças públicas.

"[As Casas de Renda Económica quiseram] (...) acelerar ao máximo o movimento ascendente da classe proletária, eliminando ao mesmo tempo as causas que [motivavam] o movimento descendente da classe média..."⁷ com um sistema de arrendamento aumentado.

5. AMARAL, Fransico Keil. "O Problema da Habitação Portuguesa" in *Cadernos Azuis. Problemas Contemporâneos*. Porto: Livraria Latina Editora, 1945. p. 1

6. IBIDEM. Base XXIX. p. 356

7. MARTINS, Costa. "Habitação económica e reajustamento social" in *1º Congresso Nacional de Arquitectura*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2008. pp 248 conforme TAVARES, Maria. "O arrendamento social público." in *Habitação. Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. p. 203

imagem 15. AUTOR DESCONHECIDO. "Sala de Estar de um Funcionário Público" Lisboa, 1950.



procedimentos

uma norma de arrendamento

"...será do mais elementar bom-senso, (...) que os poderes públicos facultem a todos a possibilidade de empregar (...) os seus conhecimentos profissionais, as suas energias e até as suas economias nessa tarefa de construir casas, acabando com a liberdade que coloca tais empreendimentos apenas ao alcance de uma ínfima minoria..."⁸

Num momento em que se instalaria uma enorme crise no atendimento aos moradores que se vieram a concentrar nos maiores centros urbanos do momento, em 1944, os organismos institucionais anunciaram um debate parlamentar na Assembleia Nacional com o intuito de encontrarem uma oportunidade de solucionar a circunstância dos moradores que não vieram a beneficiar com as iniciativas habitacionais anteriores e encontrarem um primeiro rascunho para um sistema de arrendamento a colocar em causa um anterior raciocínio unicamente interessado em manter os moradores economicamente suficientes num património relativamente consistente com uma maior efemeridade.

Mantiveram um ano a analisarem a maneira como concretizariam uma norma de arrendamento que se veio a converter efectivamente, em 1945, numa iniciativa pública denominada como Programa de Casas de Renda Económica a permitir a "...sociedades cooperativas ou anónimas, especialmente construídas para os fins corporativos ou de coordenação económica, instituição de previdência social, empresas concessionárias de serviços públicos, empresas industriais ou outras entidades idóneas de direito privado..."⁹ de construírem núcleos habitacionais aos seus trabalhadores a exercerem continuamente uma actividade conveniente ao seu bom funcionamento. "Com efeito, tudo o que pudesse dar lucro (...) passou [nesse momento] ao primeiro plano das preocupações da vida portuguesa. E (...) onde a população começava a crescer, o prédio de rendimento apareceu como segura e cómoda maneira de fazer com que o dinheiro rendesse dinheiro."¹⁰

8. AMARAL, Fransico Keil. "O Problema da Habitação Portuguesa" in *Cadernos Azuis. Problemas Contemporâneos*. Porto: Livraria Latina Editora, 1945. pp. 35-36

9. Ministério das Obras Públicas e Comunicações. "Lei nº 2007" in *Diário de Governo nº 98/1945. Série I de 7 de maio de 1945*. Lisboa: Assembleia da República Portuguesa, 1945. Base I. p. 353

10. AMARAL, Fransico Keil. "O Problema da Habitação Portuguesa" in *Cadernos Azuis. Problemas Contemporâneos*. Porto: Livraria Latina Editora, 1945. p. 29

imagem 16. CASAIS MONTEIRO, Adolfo. "Recibo de Pagamento de Renda" Vila Nova de Famalicão, 1939.



“Não lhe chamaram ‘prédios de habitações’ ou ‘blocos de habitações’ ou coisa parecida. Não! Chamaram-lhe ‘prédios de rendimento’. De rendimento, reparem bem. E com toda a coerência, pois só ao rendimento se atendia... Só à maneira de fazer com o que o dinheiro assegurasse o direito de ser inútil...”¹¹

Entenderam que teriam necessariamente de suscitar o interesse das inúmeras entidades em aproveitarem as novas normas de arrendamento que vieram a construir e estenderam criteriosamente os parâmetros a atribuírem as licenças de arrendamento a um maior número de beneficiários com uma série de mecanismos administrativos a manterem necessariamente um importante comedimento.

Determinaram que o Sub-Secretariado de Estado das Corporações e Previdência Social autorizaria as entidades a beneficiarem com a norma de arrendamento com uma “...licença de habitação (...) [a] constituir o certificado definitivo da classificação de casa de renda económica (...) [com que estabeleceriam] contractos de arrendamento feitos pelo prazo de um ano com uma renda contractual nunca [maior do que a] respectiva renda base...”¹², mas também, determinaram que seriam as autarquias a preverem quais seriam as zonas a receberem os empreendimentos com base em estudos autónomos sobre as deficiências habitacionais na sua área de influência. Sentenciaram que seriam os comissários da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização a examinarem posteriormente quais seriam as propostas mais adequadas a que atribuiriam definitivamente uma licença de arrendamento.

“...edificaram prédios [de rendimento] cada vez em maior número e pondo quase inteiramente de lado os outros tipos de habitação. (...) Alugou-se tudo! E até se fizeram pedidos, se meteram empenhos para se seguirem quartos e quintos andares de dois contos e quinhentos por mês.”¹³

11. AMARAL, Fransico Keil. “O Problema da Habitação Portuguesa” in *Cadernos Azuis. Problemas Contemporâneos*. Porto: Livraria Latina Editora, 1945. p. 29

12. MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E DAS MANIFESTAÇÕES. “Lei nº 2007” in *Diário de Governo nº 98/1945. Série I de 7 de maio de 1945*. Lisboa: Assembleia da República Portuguesa, 1945. Base XVIII. p. 356

13. AMARAL, Fransico Keil. “O Problema da Habitação Portuguesa” in *Cadernos Azuis. Problemas Contemporâneos*. Porto: Livraria Latina Editora, 1945. pp. 4-5

imagem 17. AUTOR DESCONHECIDO. “Assinatura do Protocolo das Bases entre a Câmara Municipal do Porto e a Federação das Caixas de Previdência”. Porto, 1963.



“Mas (...), para pôr em prática este novo sistema, teria de vibrar um violento golpe na possibilidade de assegurar o futuro por meio do prédio de rendimento (...) [com] um vasto plano de garantias sociais [a] substituir vantajosamente o actual processo...”¹⁴

Vieram a sentir num momento em que o número de encomendas de prédios de rendimento aumentavam extraordinariamente a necessidade de reordenar os termos fundamentais numa entidade “...dotada de poderes e meios precisos para [estudar as] necessidades e elaboração de medidas a promulgar no sentido de as atender, além da fiscalização e delinearmento das regras indispensáveis [a presidirem] à construção e reconstrução de casas...”¹⁵ denominada como Habitações Económicas. Seria necessariamente a si que as sociedades cooperativas ou instituições de previdência viriam a solicitar o financiamento necessário para comprarem os terrenos municipais ou encomendarem um número de técnicos necessários que a Caixa Geral de Depósitos Crédito e Previdência concederia.

Vieram a entender que a inexistência de meios técnicos estava necessariamente a inibir a eficácia dos investimentos e, por intermédio de Nuno Teotónio Pereira no 1.º Congresso Nacional de Arquitectura em 1948, aumentaram o número de técnicos do Gabinete Técnico de Habitação a prestarem uma assistência técnica necessária com uma encomenda directa a uma enorme rede de arquitectos consultores. Tornaram consecutivamente as Habitações Económicas num instrumento com meios ou métodos auto-suficientes para solucionarem autonomamente o enorme número de encomendas de prédios de rendimento sem atender unicamente como um meio administrativo a ordenar um novo sistema de arrendamento.

“... aperfeiçoando sempre as suas obras e adaptando-as (...) às necessidades reais das populações, aos seus hábitos e maneiras de viver, ao carácter das diversas regiões...”¹⁶

14. AMARAL, Fransico Keil. “O Problema da Habitação Portuguesa” in *Cadernos Azuis. Problemas Contemporâneos*. Porto: Livraria Latina Editora, 1945. p. 38

15. SECRETARIA DA ASSEMBLEIA NACIONAL. *Diário das Sessões nº 78/1944. 9 de Fevereiro de 1945*. Lisboa: Assembleia da República Portuguesa, 1944. p. 306

16. SERVIÇOS TÉCNICOS DAS HABITAÇÕES ECONÓMICAS: FEDERAÇÃO DE CAIXAS DA PREVIDÊNCIA. “Elaboração dos projetos das habitações a construir mediante empréstimos aos beneficiários das Instituições da Previdência. Informação nº 4/58” in *Acervo documental sobre habitação e urbanismo de Nuno Teotónio Pereira*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil. p. 4.

imagem 18. AUTOR DESCONHECIDO. “Nuno Teotónio pereira em entrevista ao Diário de Notícias”. Lisboa, 1989



1.º CONGRESSO NACIONAL DE
ARQUITECTURA

MAIO / JUNHO DE 1948
*PROMOVIDO PELO SINDICATO NACIONAL
DOS ARQUITECTOS COM O PATROCÍNIO
DO GOVERNO*

RELATÓRIO DA COMISSÃO EXECUTIVA
TESES
CONCLUSÕES E VOTOS DO CONGRESSO

Num momento em que os organismos institucionais do momento ensaiavam uma maneira de contrariarem a crise no atendimento aos moradores que se concentravam nos maiores centros urbanos, o Sindicato Nacional de Arquitectos notou que a existência de inúmeras entidades públicas a tutelarem os mesmos assuntos estava necessariamente a condicionar a eficácia de quaisquer iniciativas com uma série de atropelos burocráticos a diminuir o enorme contributo dos técnicos praticamente duas décadas após o momento em que as Casas de Renda Económica nasceram como um instrumento a responder eficientemente às maiores necessidades do momento.

Tiveram necessariamente que reunir novamente os inúmeros contributos do Serviço de Construção de Casas Económicas e do Gabinete de Estudos de Habitação numa única entidade denominada como Fundo de Fomento à Habitação a consolidar a resposta do Ministério das Obras Públicas e Comunicações no sector com vários planos intercalares de fomento a solucionarem as maiores carências do momento e a construírem um número importante de "...medidas tendentes a encetar um processo de solução para os graves problemas que lhes [estavam] na base..."¹⁷ que necessariamente determinaram a ruptura das Habitações Económicas, em 1965.

"Vimos quais têm sido (...) os efeitos da especulação sobre o crescimento e ao que conduziu uma iniciativa (...) com propósitos lucrativos (...). Deixar entregue a solução de um caso de sobremaneira complexo e grave (...) [a um intuito económico resultará em] (...) em pequenas parcelas de uma grande obra..."¹⁸ [interessada unicamente em] (...) tudo o que pudesse dar lucro (...) [como] primeiro plano das preocupações da vida portuguesa. E (...) onde a população começava a crescer, o prédio de rendimento apareceu como segura e cómoda maneira de fazer com que o dinheiro rendesse dinheiro."¹⁹

17. A. C., Alberto. "Um problema" in *A Arquitectura Portuguesa nº125*. Lisboa: Sociedade Industrial de Tipografia, 1945. pp. 6 conforme TAVARES, Maria. "O arrendamento social público." in *Habitação. Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. p. 231.

18. AMARAL, Fransico Keil. "O Problema da Habitação Portuguesa" in *Cadernos Azuis. Problemas Contemporâneos*. Porto: Livraria Latina Editora, 1945. pp. 34-35

19. IBIDEM. p. 29

imagem 19. SINDICATO NACIONAL DOS ARQUITECTOS. "1º Congresso Nacional de Arquitectura". Lisboa, 1948.



URBANIZAÇÃO DO SÍTIO DE ALVALADE

O GRANDE PLANO
de urbanização de Alvalade
COMEÇA AMANHÃ A CONCRETIZAR-SE

Com a inauguração dos primeiros 84 prédios e que assistem a Cefe do Estado e membros do Governo

Alvalade, ao abrigo do plano de urbanização, será edificada sobre o terreno que pertence ao Estado e que foi adquirido em 1938. O plano prevê a construção de 2.000 prédios, com 84 prédios a serem inaugurados amanhã.

DE ALVALADE
para 45.000 pessoas
casas de rendas acessíveis
foi inaugurado
pelo sr. Presidente da República
e membros do Governo



AS GRANDES REALIZAÇÕES SOCIAIS

ONTEM INAUGURADO
O PRIMEIRO GRUPO DE 84 EDIFÍCIOS
DO BAIRRO DE ALVALADE

O PRIMEIRO GRUPO
de habitações
de renda económica
no Sítio de Alvalade
é hoje inaugurado
pelo sr. Presidente da República

Em 17 de Junho, que, coincidência, foram atribuídas ao Município, para serem edificadas, o sr. Presidente da República inaugurou o primeiro grupo de habitações de renda económica no Sítio de Alvalade.

84 EDIFÍCIOS
do Bairro de Alvalade
FORAM ONTEM
inaugurados
pelo representante
do Estado
E COM A ASSISTÊNCIA
DE MEMBROS DO GOVERNO

Um grande momento, inaugurando o primeiro grupo de habitações de renda económica do bairro de Alvalade, que representa um exemplo de urbanização moderna, com 84 prédios, com 2.000 habitações, foi hoje inaugurado pelo sr. Presidente da República.



NO BAIRRO DE ALVALADE
INAUGURARAM-SE ONTEM
OS PRIMEIROS 84 PREDIOS

"CONSTRUINDO ESTES 2.000 HABITAÇÕES A PREVIDÊNCIA PROPORCIONA AOS TRABALHADORES O BENEFÍCIO DE FIXAREM O SEU LAR EM CONDIÇÕES DE CONFORTO E ECONOMIA"

— disse em seu discurso o subsecretário das Cooperativas —

Delegação do Estado de Alvalade, em 17 de Junho, foram inaugurados os primeiros 84 prédios do bairro de Alvalade, que representam um exemplo de urbanização moderna, com 2.000 habitações, com 84 prédios, com 2.000 habitações, foi hoje inaugurado pelo sr. Presidente da República.

10 Bairro
Com data de hoje a Câmara Municipal de Alvalade decidiu ao Sul do Sítio de Alvalade, designando os subbairros de Alvalade Grande e Alvalade Pequena, com 102 do Código de Urbanização atribuído ao mesmo e adicional que se encontra no Regulamento de Urbanização de Alvalade.



11

13 DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO
Despacho

De S. Ex.ª o Sub-Secretário de Estado das Obras Públicas, referente a urbanização designada por «Plano de urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malhadas mais interessantes e criteriosas de quanto me tem sido dado apreciar», nomeadamente os Serviços Técnicos da Ex.ª Câmara Municipal da mesma, constituirá um exemplo de urbanização perfeita para todo o País.

—(a) José Frederico Ulrich.

—(a) José Frederico Ulrich.

meios

uma circunstância de enorme rendimento

"[Houve uma enorme] (...) resistência à construção de grandes blocos ou grandes colmeias de casas por se entender que [havia uma] possibilidade económica de resolver o problema da habitação no nosso país com base na ideia da (...) casa própria [a evitar] as grandes aglomerações em que (...) as condições de ordem moral [seriam insalúbres]..."²⁰

Num primeiro momento em que o primeiro rascunho para o sistema de arrendamento continuou a respeitar um raciocínio anterior a valorizar os moradores economicamente suficientes num património relativamente consistente, os organismos institucionais delinaram consecutivamente o Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência como uma maneira de sentenciar um abandono de maiores variedades arquitectónicas a aumentarem desnecessariamente os custos de conservação dos prédios de rendimento que se viessem a construir.

Vieram a entender necessariamente "...que o sistema de casas isoladas ou de moradia por si só [era] absolutamente impraticável porque as áreas exigidas, o preço dos terrenos, as despesas de urbanização (...) impossibilitavam a ideia nos termos em que [a lei era] posta..."²¹ e, no momento em que nasciam as Casas de Renda Económica, criaram uma oportunidade extraordinária de se construírem prédios de rendimento com um número de casas com o mínimo de três compartimentos para as habitações de segunda classe e de cinco para as de primeira classe inscritos num volume relativamente sóbrio a se elevar a um máximo de rés-do-chão com mais três andares sem contrariar em demasia os raciocínios morais anteriores. Excepcionalmente, os mínimos de compartimentos seriam eventualmente reduzidos até encontrarem um "...mínimo de divisões e acomodações indispensáveis à vida digna e confortável de uma família média..."²²

20. MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES. "Proposta de Lei nº 45" in *Diário de Governo nº 71/1944. Série I de 6 de Abril de 1944*. Lisboa: Assembleia da República Portuguesa, 1945. p. 171

21. SECRETARIA DA ASSEMBLEIA NACIONAL. *Diário das Sessões nº 137/1945. 26 de Novembro de 1945*. Lisboa: Assembleia da República Portuguesa, 1945. p. 306

22. MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES. "Proposta de Lei nº 45" in *Diário de Governo nº 71/1944. Série I de 6 de Abril de 1944*. Lisboa: Assembleia da República Portuguesa, 1945. p. 171

imagem 20. AUTORES DESCONHECIDOS. "Colectânea de notícias de acontecimentos relacionados com as Casas de Renda Económica". Lisboa, 1948.



"[Haveria que] generalizar o emprego de [uma série de instrumentos] com manifesta simplificação dos serviços domésticos e a consequente supressão ou redução da superfície de algumas dependências das habitações." ²³

Entenderam que a enorme quantidade de normas arquitectónicas convenientemente comprometidas com uma tentativa de rentabilizar ao máximo o volume estavam necessariamente a inibir a eficácia de uma verdadeira revisão às casas de renda económica e, no momento em que as encomendas vieram a aumentar extraordinariamente, construíram criteriosamente uma base de instrumentos standardizados inscritos num modelo constructivo a acompanhar eficientemente as normas arquitectónicas e a construir um maior número de prédios de rendimento.

Encontraram uma importante economia constructiva a sentenciar criteriosamente não só uma série de "...tipos arquitectónicos de habitação, segundo as regiões climáticas do País e a composição dos agregados familiares (...) [de maneira a] quantificar o número de habitações de cada tipo a adotar e a recomendar (...) [, mas também, a nomear cuidadosamente quais seriam] (...) os recursos materiais constructivos e a mão de obra disponíveis, considerando o tempo mínimo de construção." ²⁴ Encararam a insuficiência dos recursos económicos como uma oportunidade de ensaiarem novas maneiras de relacionarem os compartimentos com uma série de parâmetros altamente racionais a traduzirem no aumento do número de pisos a um máximo quatro.

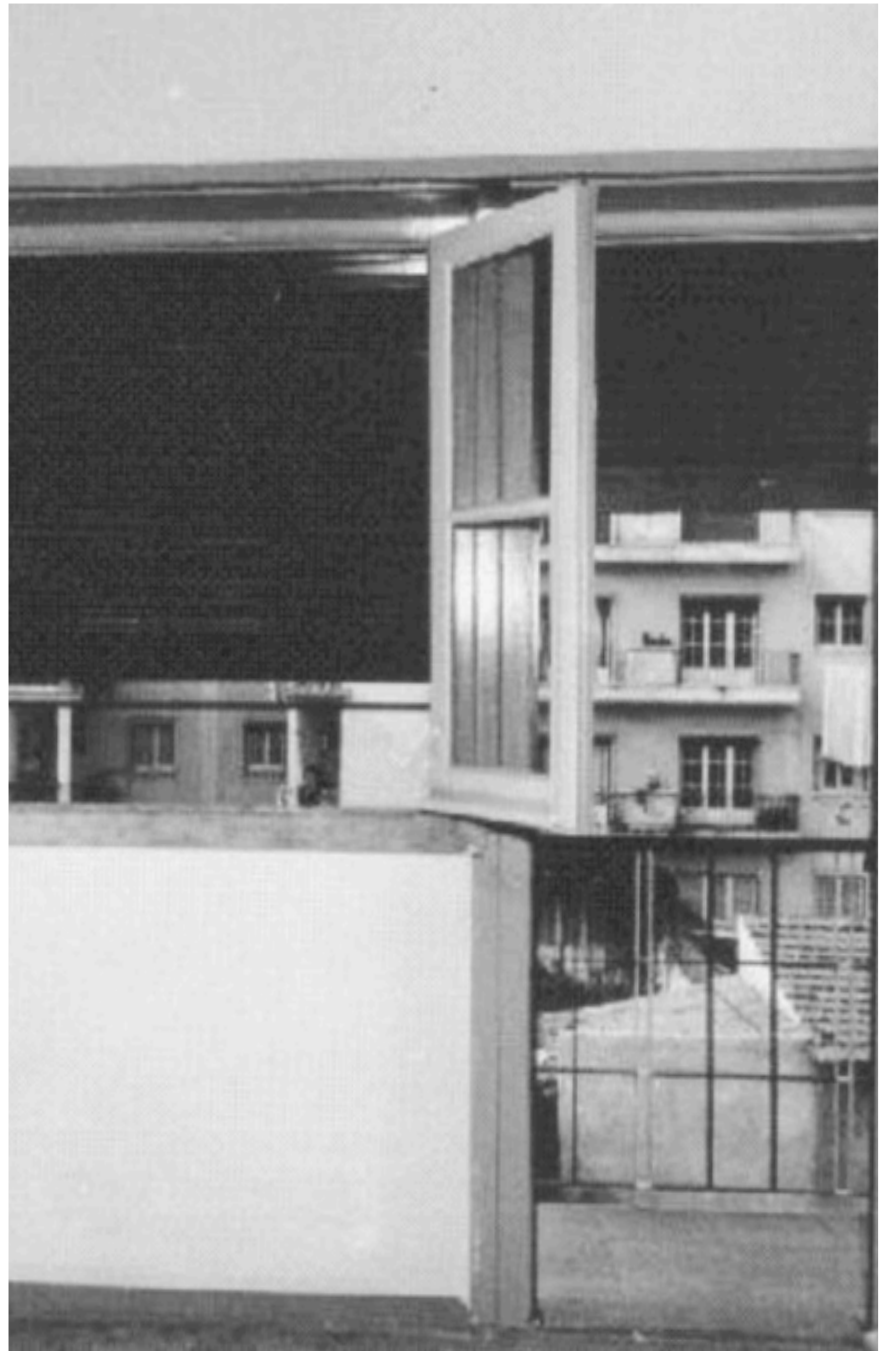
"Verificaram menos desgaste de energia física [com um] desenvolvimento simultâneo e sem interferências dos principais ciclos da vida doméstica que se resumiam em: cozinhar-comer; trabalhar-reposar; dormir-lavar. Optimizaram [a casa] em termos de área através de um estudo de aperfeiçoamento de todas as prestações funcionais." ²⁵

23. SERVIÇOS TÉCNICOS DAS HABITAÇÕES ECONÓMICAS: FEDERAÇÃO DE CAIXAS DE PREVIDÊNCIA. "Elaboração dos projetos das habitações a construir mediante empréstimos aos beneficiários das Instituições da Previdência. Informação nº 4/58" in *Acervo documental sobre habitação e urbanismo de Nuno Teotónio Pereira*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil. p. 4.

24. SECRETARIA DA ASSEMBLEIA NACIONAL. *Diário das Sessões nº 78/1944. 6 de Abril de 1944*. Lisboa: Assembleia da República Portuguesa, 1944. p. 294

25. TAVARES, Maria. "O arrendamento social público." in *Habitação. Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. p. 208

imagem 21. D'ATHOUGUIA, Rui Jervis; SANCHEZ, Sebastião Formosinho. "Bairro das Estacas". Alvalade, 1955.



Num momento em que estavam a atender convenientemente o número de encomendas que recebiam os organismos institucionais assumiram o erro de terem determinado um número de tipos arquitectónicos a sentenciarem "...todos os males da industrialização (...) [com] o mesmo desaparecimento gradual dos espaços livres tragados pela construção; a mesma diminuição do número e do tamanho das dependências; o mesmo rebaixamento da qualidade dos materiais e dos processos de edificar [e] a mesma falta de adaptação das casas às necessidades da população..."²⁶ com uma arquitectura standardizada a não entender verdadeiramente a maneira como serviria criteriosamente as circunstâncias intrínsecas de cada encomenda.

Nuno Teotónio Pereira e João Braula Reis construíram consecutivamente um importante laboratório arquitectónico, denominado como Gabinete de Estudos e Projectos, em que incumbiriam os técnicos de encontrarem uma série de elementos constructivos e infraestruturais standardizados a serem usados unicamente como um ponto de partida que alteraria necessariamente à medida que os arquitectos consultores contractados o solicitassem. Manteriam a responsabilidade de acompanhar cuidadosamente a maneira como os empreendimentos se adaptariam às circunstâncias intrínsecas e "...só depois de resolvidos esses problemas se chegaria à altura em que [teriam necessariamente] um verdadeiro grande papel a desempenhar: (...) o de tornar mais cómodas, atraentes e económicas as [casas com a] eficiente industrialização de um certo de elementos e materiais de construção."²⁷

"Nalgumas ruas das avenidas novas têm-se construído e estão ainda em construção grandes prédios de rendimento (...) [em que] a renda por vezes (...) a ultrapassar de tal modo as possibilidades de cada um de nós (...) mesmo dos raros que conseguem ganhar três contos! É claro que não são alojamentos desta categoria que fazem falta neste momento."²⁸

26. AMARAL, Fransico Keil. "O Problema da Habitação Portuguesa" in *Cadernos Azuis. Problemas Contemporâneos*. Porto: Livraria Latina Editora, 1945. p. 30

27. AMARAL, Fransico Keil. "O Problema da Habitação Portuguesa" in *Cadernos Azuis. Problemas Contemporâneos*. Porto: Livraria Latina Editora, 1945. p. 38

28. A. C., Alberto. "Um problema" in *A Arquitectura Portuguesa, nº125*. Lisboa: Sociedade Industrial de Tipografia, 1945. pp. 6 conforme TAVARES, Maria. "O arrendamento social público." in *Habitação. Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. p. 204.

imagem 22. ROSA, Miguel Jacobetty. "Sala de Estar do Bairro de S. Miguel". Alvalade, 1951.



serviço de apoio ambulatorio local

"...a luta política jogava-se também na instância das práticas sociais emergentes [que] se espalhavam pelas ruas, cafés ou locais de trabalho, e se insinuavam como uma forma de estar social inteiramente nova. Foi-se consolidando a súbita consciencialização de mais liberdades, de mais direitos e da urgência de ter expressão (...) foi-se forjando a capacidade de reivindicar a igualdade, de clamar pela dignificação do trabalho e por melhores condições de vida..."²⁹



requisitos

uma classe empobrecida num maior envolvimento

"...a luta política jogava-se também na instância das práticas sociais emergentes [que] (...) insinuavam uma forma de estar social inteiramente nova. Foi-se consolidando a súbita consciencialização de mais liberdades, de mais direitos, da urgência de ter expressão, de ter voz..."³¹

Num momento em que inúmeros moradores se concentravam massivamente em enormes núcleos sem um mínimo de salubridade e se mostravam evidentemente inconformados com a maneira como os organismos institucionais os moviam para bairros camarários nas zonas industriais mais periféricas, "... a população saiu à rua (...) e conquistou o direito à rua que se transmitiu de praça em praça, de bairro em bairro, até à exorcização dos medos e à instalação de uma aura de liberdade generalizada."³² Quotidianamente se relatavam acontecimentos em que os moradores mostravam uma constante desobediência a quaisquer investidas dos organismos institucionais a evacuarem as casas e em que os moradores invadiam continuamente um enorme número de casas extraordinariamente inabitadas no momento.

Construíram inadvertidamente um movimento associativo de moradores que se veio a mostrar convenientemente em inúmeras reuniões de coordenação e de intercâmbio entre moradores dos vários núcleos a promoverem a coesão das suas maiores lutas reivindicativas. Solicitaram necessariamente um posicionamento a consumir "...um problema que (...) corporizava as condições miseráveis das populações mais pobres e traduzia as suas aspirações de dignidade, de qualidade de vida [e das suas circunstâncias domésticas]. Não se pode afirmar [, no entanto,] que as reivindicações que se ouviam na rua, nas movimentações sociais, nas assembleias de bairro, correspondem a vozes em uníssono, ou mesmo a estratégias ordenadas e consensuais."³³

30. BANDEIRINHA, José António. "SAAL 1974: Por uma Arquitectura" in *O Processo SAAL: Arquitectura e Participação*. Porto: Fundação de Serralves, 2014. p. 45

31. IBIDEM.

32. IBIDEM. p. 46

33. IBIDEM.

imagem 24. ALVES COSTA, Alexandre. "Manifestações Serviço Ambulatório de Apoio Local". Porto, 1975



Encontraram um meio termo necessário para estruturarem convenientemente os movimentos associativos em organismos centrais a sistematizarem criteriosamente as maiores carências "...de moradores dos bairros, num processo democrático de discussão (...) [que] transporta a apropriação para o domínio colectivo, fazendo com que seja a própria comunidade a apropriar-se e a identificar-se com as casas e, naturalmente, com o bairro." ³⁴ Determinaram quais seriam as carências domésticas de um enorme número de moradores impacientes em encontrarem uma maneira de terminarem com a circunstância precária em que moravam e ordenaram criteriosamente a maneira como os resolveriam num caderno reivindicativo comum a enviar aos organismos institucionais do momento como um incentivo necessário.

Num momento em que os moradores requeriam um posicionamento dos organismos institucionais a consumir as suas maiores carências domésticas, vieram a construir uma "...acção [concertada] de assistência na gestão social [com a] organização das cooperativas; [com a] montagem do sistema de contabilidde, recurso ao crédito e repartição de responsabilidades entre os sócios; [com a] promoção de] acções culturais e políticas com colaboração eventual de movimentos políticos; [incentivando ao nascimento de] sociedades recreativas (...) sempre organizadas pela população..." ³⁵ a rastrearem convenientemente moradores naturalmente reivindicativos a renunciarem eventuais movimentos associativos a saírem à rua.

"Uma das condições mais marcantes para a existência de um operação SAAL (...) foi aquilo que Portas sempre chamou a organização social da procura, que significa (...) que a operação tinha obrigatoriamente de ser solicitada pelos moradores. Não havia lugar para operações requeridas por arquitectos, por assistentes sociais ou por vizinhos ansiosos por acabarem com a miséria nas redondezas." ³⁶

34. BANDEIRINHA, José António. "SAAL 1974: Por uma Arquitectura" in *O Processo SAAL: Arquitectura e Participação*. Porto: Fundação de Serralves, 2014. p. 47

35. MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E DAS COMUNICAÇÕES. "Despacho nº 4630" in *Diário de Governo nº 182/1974. Série I de 6 de agosto de 1974*. Lisboa: Assembleia da República Portuguesa, 1974. p. 874

36. BANDEIRINHA, José António. "SAAL 1974: Por uma Arquitectura" in *O Processo SAAL: Arquitectura e Participação*. Porto: Fundação de Serralves, 2014. pp. 46-47

imagem 25. PORTAS, Nuno. "Sala de Estar de uma Ilha". Porto, 1974

"POPULAÇÃO ORGANIZADA



HABITAÇÃO CONQUISTADA"

procedimentos

uma norma de incumbência

"...a necessidade de articular as políticas habitacionais e urbanísticas (...) [é] o principal motivo da criação do Fundo de Fomento da Habitação [como um] instrumento de política que visa contribuir para a resolução do problema habitacional especialmente das classes não beneficiárias dos planos da habitação das caixas de previdência ou de quaisquer outras instituições semelhantes." ³⁷

Num momento em que os organismos institucionais queriam melhorar administrativamente a maneira como combateriam uma importante crise no atendimento aos moradores a aumentarem continuamente o seu número, em 1965, vieram a concentrar criteriosamente os inúmeros instrumentos dos anteriores Serviço de Construção de Casas Económicas e Gabinete de Estudos de Habitação em torno de uma entidade com uma estrutura inteiramente autónoma a que denominaram como Fundo de Fomento à Habitação.

Determinaram como uma estrutura técnica e administrativa se manteria em funcionamento de maneira a cumprir criteriosamente os intuitos com que se veio a comprometer e, na sequência do Colóquio sobre Políticas de Habitação, delinearam criteriosamente um mecanismo de assistência técnica e financeira com esquemas de financiamento eficazes ou com protocolos jurídicos mais simples ou mesmo com mecanismos arquitectónicos sistemáticos a assistirem um enorme número de iniciativas públicas ou semi-privadas no sector. Aumentaram consecutivamente o número de instrumentos a combaterem as "...dificuldades em fazerem arrancar programas de construção convencional a curto prazo (...) [e, a determinado momento,] o Fundo de Fomento da Habitação estaria a organizar [também] um corpo técnico especializado, designado Serviço Ambulatório de Apoio Local, para apoiar através das câmaras municipais, as iniciativas de populações mal alojadas, no sentido de colaborarem na transformação dos próprios bairros..." ³⁸

37. MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E DAS COMUNICAÇÕES. "Decreto-Lei nº 49033" in *Diário de Governo* nº 126/1969. *Série I de 28 de maio de 1969*. Lisboa: Assembleia da República Portuguesa, 1969. p. 583

38. IDEM. "Despacho nº 4630" in *Diário de Governo* nº 182/1974. *Série I de 6 de agosto de 1974*. Lisboa: Assembleia da República Portuguesa, 1974. p. 873

imagem 26. ALVES COSTA, Alexandre "Cartaz Reivindicativo População Organizada, Habitação Conquistada". Porto, 1975.



"[Houve] uma intensa disputa política (...) [caracterizada] pela maior ou menor capacidade que [as iniciativas no sector] revelavam em aproveitar a súbita dádiva libertadora e [conveniente para criarem] objectivos programáticos abrangentes e estratégicos."³⁹

Encontraram uma oportunidade de incentivarem os Ministérios do Equipamento Social e Ambiente e da Administração Interna a construírem uma alternativa exactamente no momento em que Nuno Portas instaurou, enquanto Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, o Serviço de Apoio Ambulatório Local como uma entidade autónoma a providenciar um número de técnicos necessários (projectistas, monitores ou fiscais) ao acompanhamento de empreendimentos que os movimentos associativos de moradores continuaram a reivindicar veementemente .

Determinaram criteriosamente uma mecânica de funcionamento alternativa a ser convenientemente financiada pelo Fundo de Fomento à Habitação em que "...a necessária base legal e financeira destas operações [seria unicamente] assegurada por diplomas (...) sobre a constituição de cooperativas habitacionais não lucrativas e sobre as modalidades de financiamento e apoio técnicos à iniciativa organizada dos moradores..."⁴⁰ extraordinariamente necessários no momento em que as autarquias interessadas em obterem autonomamente a assistência do Serviço de Apoio Ambulatório Local assinassem os acordos de adesão ao servirem convenientemente o interesse dos movimentos associativos de moradores.

"[Manteriam continuamente] (...) uma troca regular de informação sobre os critérios técnicos e de gestão (...) assegurada por responsáveis do Serviço Ambulatório de Apoio Local (...) [a procederem] à avaliação política, técnica e económica deste tipo de experiência."⁴¹

39 BANDEIRINHA, José António. "SAAL 1974: Por uma Arquitectura" in *O Processo SAAL: Arquitectura e Participação*. Porto: Fundação de Serralves, 2014. p. 45

40. MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E DAS COMUNICAÇÕES. "Despacho nº 4630" in *Diário de Governo nº 182/1974. Série I de 6 de agosto de 1974*. Lisboa: Assembleia da República Portuguesa, 1974. p. 874

41. BANDEIRINHA, José António. "SAAL 1974: Por uma Arquitectura" in *O Processo SAAL: Arquitectura e Participação*. Porto: Fundação de Serralves, 2014. p. 45

imagem 27. ALVES COSTA, Alexandre. "Manifestações Serviço Ambulatório de Apoio Local". Porto, 1975



"...a questão da habitação (...) foi sendo usada como diagnóstico, como denúncia ou como facto político, mas foi-o de um modo complexo e informe, nunca gerou consensos estáveis nem se pode atribuir uma polarização simplista de cariz ideológico."⁴²

42. BANDEIRINHA, José António. "SAAL 1974: Por uma Arquitectura" in *O Processo SAAL: Arquitectura e Participação*. Porto: Fundação de Serralves, 2014. p. 45

43. IBIDEM. pp. 46-47

44. IBIDEM. p. 45

Determinaram consecutivamente que a assistência do Serviço de Apoio Ambulatório Local às autarquias só seria concedida no momento em que os moradores a reivindicarem um empreendimento nas ruas viessem a construir uma associação de moradores a resumir convenientemente as suas maiores vontades a um intuito maior num mecanismo inteiramente democrático sem a mínima interferência de assistentes sociais ou outros moradores ansiosos por terminarem com a miséria ao seu redor.

Construíram posteriormente uma série de brigadas com um número de técnicos que vieram a montar criteriosamente no território com o intuito de manterem uma conversa com moradores e de construir continuamente um importante conhecimento "...que quando multiplicado pelo conjunto de moradores do bairro no processo democrático de discussão e formação das associação (...) [transportaria] a apropriação para o domínio colectivo, fazendo com que seja a própria comunidade a apropriar-se e a identificar-se com as casas e, naturalmente, com o bairro..."⁴³ que os técnicos viriam a reconstruir cuidadosamente .

"Nunca [se] estabeleceu uma linha estratégica plausível para enfrentar a grave crise habitacional que assolava o país. Mais, era frequente a variação de opinião (...) ora em função do avanço do tempo e das circunstâncias políticas, ora em função das localizações geográficas e das especificidades sociológicas das respectivas populações carenciadas."⁴⁴

imagem 28. GARRIDO, Néelson. "Nuno Portas em entrevista ao Público". Porto, 2017



"[O SAAL] (...) era olhado com alguma desconfiança, [na medida em que, se] duvidava que uma medida experimental, de contornos tão imprecisos e tão dependente da actuação militante das brigadas e dos arquitectos, tivesse alguma vez a capacidade de enfrentar a resolução rápida e eficaz do problema da habitação." ⁴⁵

45. BANDEIRINHA, José António. "SAAL 1974: Por uma Arquitectura" in *O Processo SAAL: Arquitectura e Participação*. Porto: Fundação de Serralves, 2014. p. 48

46. IBIDEM. p 49

47. IBIDEM.

Encararam continuamente o Serviço Ambulatório de Apoio Local como uma alternativa a uma série de outras iniciativas habitacionais que não colocavam em risco um mercado imobiliário altamente lucrativo, exactamente no momento em que, se deram as eleições para a Assembleia Constituinte de 1975 a sentenciarem o abandono de Nuno Portas como Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo.

Questionaram maioritariamente um método democrático que nunca mostrou uma enorme consistência na maneira como veio a construir os empreendimentos com "...a passagem de um discurso eminentemente técnico (...) para um discurso eminentemente político..." ⁴⁶ a acusar os movimentos associativos de desencadearem as manobras reivindicativas a voltarem às ruas no momento em que viram os empreendimentos a serem suspensos por motivos administrativos. Construíram conseqüentemente um despacho a mover os instrumentos técnicos necessários para o enorme número de técnicos sustentarem uma assistência aos empreendimentos para um sistema de autarquias embrionário e incoerente de maneira a terminarem com o Serviço Ambulatório de Apoio Local.

"Numa economia de débil incidência produtiva, o mercado de solos urbanos, enquanto actividade (...) segura e altamente lucrativa, constituía (...) a base de sustentação dos grupos económicos e não podia ficar de fora. A continuar a iniciar as operações ao ritmo que o vinha fazendo, o SAAL tornava-se uma séria ameaça para esse mercado." ⁴⁷

imagem 29. ALVES COSTA, Alexandre. "Manifestações Serviço Ambulatório de Apoio Local". Porto, 1975



Num momento em que o Fundo de Fomento à Habitação veio a abandonar consecutivamente os instrumentos técnicos que o permitiam continuar a manter a assistência a um enorme número de iniciativas no sector, os organismos institucionais redireccionaram necessariamente a sua assistência a um sector de constructores independentes ou promotores imobiliários com uma série de incentivos económicos e fiscais a incorporarem um sistema de crédito com juros bonificados e a aumentarem necessariamente a eficácia de um sector constructivo do momento.

Determinaram simultaneamente o nascimento de uma comissão liquidatária a conceder "...facilidades de acesso ao crédito pelos adquirentes (...) [com um valor a ser estabelecido consoante o seu estado económico sem que estivesse] em causa a imposição de um regime obrigatório de compra e venda..."⁴⁸ e a administrar a transferência da maioria do património do Fundo de Fomento da Habitação para os moradores que mostraram um interesse em adquirirem as casas em que moravam ou a minoria do património que não veio a encontrar o interesse dos moradores para o Ministério da Habitação Obras Públicas e Transportes que manteria a incumbência de o manter em bom estado de conservação. Encontraram continuamente uma maneira de articular convenientemente uma série de empreendimentos do património do Fundo de Fomento da Habitação que se mantiveram à venda a um mercado imobiliário continuamente em crescimento.

"A fim de corrigir as consequências de uma reconhecida retracção da procura privada, que podem advir (...) no sector da construção civil de habitações, vai o Governo habilitar o Fundo de Fomento da Habitação com uma dotação orçamental (...) destinada a adquirir à indústria edifícios com níveis de habitabilidade e custos dentro de parâmetros..."⁴⁹

48. MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS E DA HABITAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES. "Decreto-Lei n.º 31/82" in *Diário da República n.º 26/1982. Série I de 1 de fevereiro de 1982* Lisboa: Assembleia da República Portuguesa, 1982. p. 247

49. TAVARES, Maria. "O arrendamento social público." in *Habitação. Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. p. 105

imagem 30. ALVES COSTA, Alexandre.. "Cartaz Reivindicativo Pelo Direito à Habitação". Porto, 1975.

O BAIRRO

TEM DIREITO PARA SI E PARA SUA FAMÍLIA, A UMA HABITAÇÃO DE
DA, EM CONDIÇÕES DE HIGIENE E CONFORTO E QUE PRESERVE A INTI
E A PRIVACIDADE FAMILIAR.

CONSTITUIÇÃO
ARTº 65º



ADOR ALIENADO É
UMA MANEIRA
A SUA ALIENAÇÃO



meios

uma circunstância em seccionamento

"[Construir] a integração urbana dos moradores (...) foi a [característica] mais comum e transversal à maioria do trabalho de arquitectura mobilizado pelo [Serviço Ambulatório de Apoio Local]. Foi na construção de vários tipos de 'comunidades' urbanas que as boas intenções do programa (...) encontraram o ponto comum."⁵⁰

Num momento em que os técnicos sentenciaram um padrão mínimo de qualidade para os empreendimentos a serem construídos com uma assistência directa ou indirecta do Fundo de Fomento à Habitação, vieram necessariamente a encontrar uma maneira de sistematizarem a maioria das suas técnicas arquitectónicas com uma série de elementos ou normas relativamente minuciosas. Construíram criteriosamente um banco arquitectónico a comandar a maneira como técnicos do Serviço Ambulatório de Apoio Local abordariam os empreendimentos na "...aquisição e cedência de solo necessário (...); [no] traçado urbanístico e de loteamento, projecto de infraestruturas [ou no] fornecimento de esquemas tipo para as habitações e projecto de componentes normalizados..."⁵¹ num momento em que os mecanismos arquitectónicos se iam normalizando necessariamente com mecanismos constructivos únicos.

Determinaram, no entanto, que os técnicos mantivessem continuamente uma conversa com os movimentos associativos de moradores a encaminhar oportunamente o seu entendimento relativamente à maneira como encarariam os empreendimentos na "...mudança de casas ou barracas para dar um lugar à nova construção; na eventual preparação de empreitadas e sua fiscalização [ou] no treino das brigadas de trabalho locais, volantes ou de voluntariado [a programarem as] tarefas no período previsto e aceite pelos moradores..."⁵², sem nunca se contentarem em tornar os empreendimentos meramente numa circunstância a servir criteriosamente uma norma com uma série de elementos standard.

50. BANDEIRINHA, José António. "O Fundo de Fomento da Habitação de 1969 a 1982 Ordenamento, alternativas e mercado" in *Habitação. Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. p. 266

51. MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E DAS COMUNICAÇÕES. "Despacho nº 4630" in *Diário de Governo nº 182/1974. Série I de 6 de agosto de 1974*. Lisboa: Assembleia da República Portuguesa, 1974. p. 874

52. IBIDEM.

imagem 31. PARADELA, João António; FILIPE, Luís Gravata. "Cadernos do Bairro da Currealeira". Lisboa, 1975



"[Os empreendimentos] (...) merecem ser referenciados casa a casa, morador a morador, experiência a experiência, no particular da emoção e na generalidade da razão. Mais do que simples operações de realojamento, os bairros (...) expressam também a satisfação de mais um direito conquistado em pleno ardor do quotidiano de luta dos moradores pobres e inscrito no território..."⁵³

Entenderam inteiramente a importância de virarem "...do avesso os interiores dos quarteirões da cidade burguesa, antes escondidos e marginais, e transformaram-nos em protagonistas de projecto, (...) ([por consideraram que seria] o tecido sobre o qual se pretendem reforçar ou alisar as pregas que consubstanciam o problema político, desigualdades, alienações, o controlo e a repressão)..."⁵⁴ com uma técnica assistemática a mudar convenientemente à medida que os empreendimentos se iam construindo.

Mantiveram um interesse em renunciar um entendimento meramente técnico a enunciar sistematicamente os maiores mecanismos constructivos como um remédio de maneira a encontrarem um entendimento altamente evolutivo a encarar criteriosamente os costumes quotidianos como instrumentos a insinuarem o que os empreendimentos seriam necessariamente. Encontraram "...um processo democrático de discussão (...) [que] transporta a apropriação para o domínio colectivo [ou para um sentimento comunitário], fazendo com que seja a própria comunidade a apropriar-se e a identificar-se com as [suas] casas..."⁵⁵

"...a prática de arquitectura esteve sujeita, por condição pragmática, a uma encomenda veiculada pelo [organismos sociais] mas controlada pelos próprios moradores que iam construir. (...) [Era uma encomenda] mais favorável do que a comum a conformar as circunstâncias de habitação de interesse social pública..."⁵⁶

53. BANDEIRINHA, José António. "SAAL 1974: Por uma Arquitectura" in *O Processo SAAL: Arquitectura e Participação*. Porto: Fundação de Serralves, 2014. pp. 57

54. IBIDEM. p. 62

55. BANDEIRINHA, José António. "SAAL 1974: Por uma Arquitectura" in *O Processo SAAL: Arquitectura e Participação*. Porto: Fundação de Serralves, 2014. p. 47

56. IBIDEM. p. 62

imagem 32. SIZA, Álvaro. "Bairro da Bouça". Porto, 1975.



Num momento em que encontraram uma enorme contrariedade em atenderem simultaneamente aos intuitos que os organismos institucionais determinaram como necessários nos acordos de adesão e à vontade dos moradores que reivindicaram continuamente o acesso a uma casa, os técnicos vieram necessariamente a mudar a maneira como terminariam os empreendimentos à sua responsabilidade ou vieram a recambiar os mesmos empreendimentos a outros técnicos que os soubessem terminar da maneira mais conveniente um "...processo inclusivo que contém modelos, conceção, participação, construção, revezes, oposições, ataques, louvores, divulgação internacional, apropriações, transformações, integração urbana e, porque não, o desaparecimento..."⁵⁷

Encontraram uma maneira revolucionária de solucionarem as maiores carências de um enorme número de moradores erradicados no interior dos quarteirões com "...objectivos que transcendiam o mero fornecimento de um alojamento condigno e [alicerçaram] as novas [casas] num processo de identidade adquirido ao longo do tempo..."⁵⁸ que os técnicos interpretaram consoante a maneira como os seus ideais se contaminaram com um movimento associativos de moradores a saírem à rua num momento em que se "...foi consolidando a súbita consciencialização de mais liberdades, de mais direitos e da urgência de ter expressão (...) [e] foi forjando a capacidade de reivindicar a igualdade (...) e por melhores condições de vida..."⁵⁹

"Não se pode afirmar que as reivindicações que se ouviam na rua, nas movimentações sociais ou nas assembleias de bairro correspondessem a vozes em unísono ou mesmo a estratégias ordenadas e consensuais. Havia dissonância e (...) muita divergência no caminho a seguir ou mesmo no objectivo a atingir. Havia reivindicação pacífica e (...) acção directa muito próxima da rebelião. Havia luta organizada tendente à obtenção de casa e (...) ocupações sumárias a reclamar a legitimação revolucionária..."⁶⁰

57. BANDEIRINHA, José António. "O Fundo de Fomento da Habitação de 1969 a 1982 Ordenamento, alternativas e mercado" in *Habitação. Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. pp. 266.

58. IDEM. "SAAL 1974: Por uma Arquitectura" in *O Processo SAAL: Arquitectura e Participação*. Porto: Fundação de Serralves, 2014. pp. 61

59. IBIDEM. pp. 45

60. IBIDEM. pp. 46

imagem 33. SIZA, Álvaro. "Sala de Estar no Bairro da Bouça". Porto, 1975.



programa especial de realojamento

"O problema da habitação (...) encontra-se longe de estar resolvido, [na medida em que,] (...) a erradicação de barracas, uma chaga ainda aberta no nosso tecido social, e conseqüente realojamento daqueles que nelas residem, impõem a criação de condições que permitam a sua total extinção. Apesar do esforço desenvolvido ao nível do apoio à construção de habitação de custos controlados e dos diversos acordos de colaboração celebrados entre a administração central e as autarquias locais para erradicação de barracas, continuam a verificar-se muitas situações de mau alojamento e de sobrealojamento." ⁶¹



requisitos

uma classe empobrecida sem alternativa

"[Haviam] (...) dificuldades de habitação e transportes; as carências de saneamento básico; os atentados ao ambiente, ao património e à qualidade de vida; a pobreza ao lado da ostentação; a droga; a violência, o racismo; a solidão; o desenraizamento e o abandono dos idosos."⁶¹

Num momento em que um enorme número de moradores sem recursos para encontrarem uma casa no mercado imobiliário vieram a ocupar desordeiramente terrenos nas zonas mais periféricas, os organismos institucionais determinaram um enorme número de mecanismos sociais e arquitectónicos a erradicarem inteiramente a maioria das casas que se vieram a construir sem um mínimo de salubridade unicamente com o intuito de encontrarem uma oportunidade de realojarem convenientemente um enorme número de moradores num outro terreno.

Determinaram que as autarquias administrariam um "...levantamento exaustivo e rigoroso dos núcleos de barracas existentes na [sua] área (...) com uma respectiva caracterização [a] incluir a sua localização, o número de construções existentes, os agregados familiares a realojar e a sua identificação, composição e respectivos rendimentos anuais brutos..."⁶² a mostrar claramente quais seriam as duras circunstâncias que se vieram a construir nos seus terrenos periféricos. Queriam encontrar uma maneira de entenderem as carências domésticas a continuarem a aumentar em terrenos maioritariamente periféricos pressionados com um enorme número de "...agregados familiares cujos rendimentos ilíquidos mensais não excedem os limites máximos definidos em função do salário mínimo nacional (...), entendendo-se por rendimento do agregado familiar a soma de todos os vencimentos ilíquidos e outras fontes de rendimento de todos os membros desse agregado..."⁶³

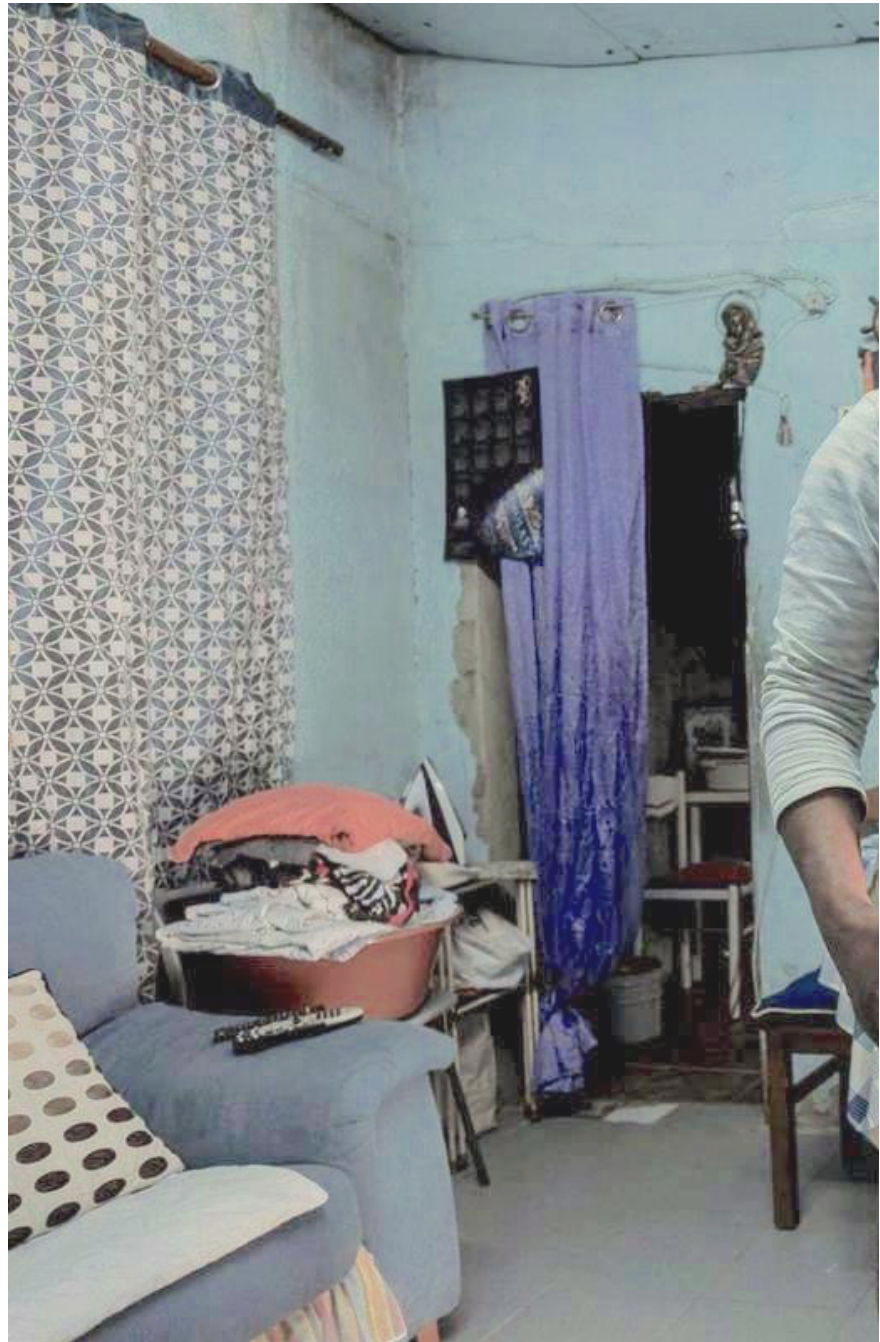
60. MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES. "Decreto-Lei 163/93" in *Diário da República n.º 106. I Série A de 7 de maio de 1993*. Lisboa: Assembleia da República Portuguesa, 1993. p. 2381

61. FERREIRA, Eduardo. "Os anos de crescimento." in *Habitação. Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. p. 349

62. MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES. "Decreto-Lei 163/93" in *Diário da República n.º 106. I Série A de 7 de abril de 1993*. Lisboa: Assembleia da República Portuguesa, 1993. p. 2382

63. IDEM. "Portaria n.º 580/83" in *Diário da República n.º 113/1983, Série I de 17 de maio de 1983*. Lisboa: Assembleia da República Portuguesa, 1983. p. 1790

imagem 34. AUTOR DESCONHECIDO. "Moradores do Bairro 6 de Maio". Lisboa, 2017.



Entenderam a pouco e pouco a importância de encontrarem uma maneira de atenuarem as circunstâncias sociais intrincadas "...das comunidades envolvidas, visando a criação de condições a uma plena integração destas populações na comunidade e combatendo os problemas de criminalidade, prostituição e toxicodependência (...) a que a exclusão social motivada pela falta de condições habitacionais condignas deixou votadas..."⁶⁴, com iniciativas no âmbito do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza a consertarem os comportamentos de risco que condicionavam continuamente as iniciativas interessadas em solucionar as suas maiores carências.

Num momento em que os moradores construía um enorme número de núcleos sem a mínima salubridade e em que se concederam às autarquias das áreas metropolitanas uma oportunidade de celebrarem com o Ministério do Emprego e da Segurança Social uma série de acordos complementares, os organismos institucionais recusaram estabelecer acordos com as autarquias se "...constatassem que surgiram novas barracas em determinada [terreno sob a sua influência e] suspenderiam ou reduziram os apoios financeiros (...) consoante a gravidade da situação ou enquanto [a autarquia não promovesse] a demolição das barracas detectadas..."⁶⁵ Determinaram que os moradores perderiam a oportunidade de acederem a uma casa que solucionaria necessariamente as suas maiores carências domésticas de maneira a voltarem a pertencer a uma comunidade que marginalizou.

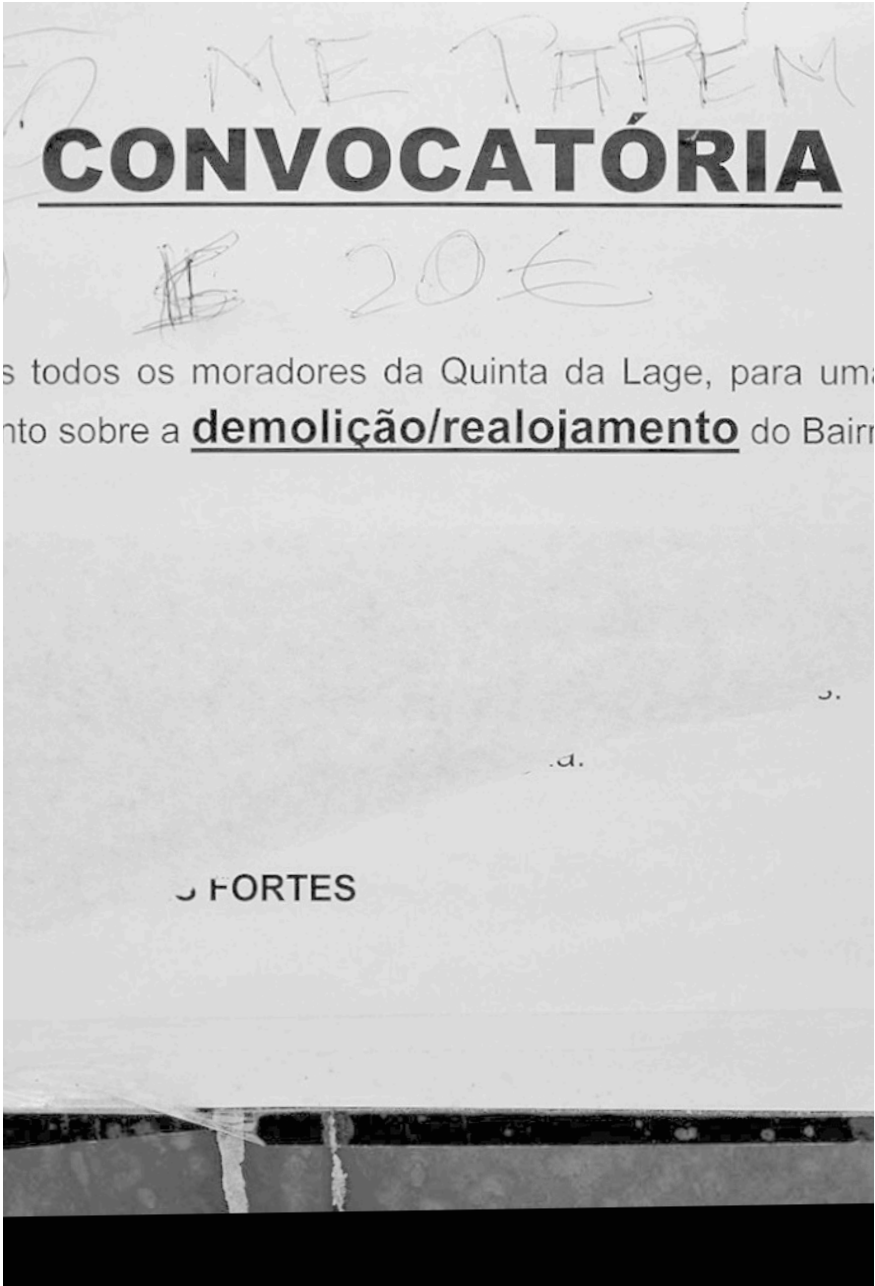
"Os municípios têm de assumir (...) que se comprometem a proceder a uma fiscalização rigorosa de ocupação do solo na respectiva área, por forma a neutralizar de imediato a eventual tentativa de construção de qualquer nova barraca, garantindo a sua pronta demolição."⁶⁶

64. MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES. "Decreto-Lei 163/93" in *Diário da República n.º 106. I Série A de 7 de abril de 1993*. Lisboa: Assembleia da República Portuguesa, 1993. pp. 2383

65. IBIDEM. pp. 2381

66. IBIDEM. pp. 2382

imagem 35. GOMES, Catarina. "Sala de Estar de uma casa no Bairro 6 de Maio". Lisboa, 2016.



procedimentos

uma norma de empréstimo

"...os agregados familiares de mais baixos recursos [serão] envolvidos em programas municipais de realojamento, que consistirão num regime de apoio à promoção municipal para venda a custos controlados baseado em participações sobre o preço de venda..."⁶⁷

Num momento em que a maioria do património imobiliário do Fundo de Fomento à Habitação se veio a mover continuamente para os moradores que mostraram um interesse em adquirirem as suas casas por intermédio do recentemente instaurado Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional, os organismos institucionais construíram um Fundo de Apoio ao Investimento Habitacional a conceder "...condições especiais de financiamento [através dos balcões do Crédito Predial Português] (...) aos municípios e suas associações (...) que construirão [casas] para o arrendamento..."⁶⁸ a moradores que continuam a viver uma circunstância doméstica sem um mínimo de salubridade.

Coordenaram unicamente uma série de "...medidas de política financeira do sector e contribuíram para o financiamento de programas habitacionais de interesse social (...) [com um acompanhamento na] execução das medidas de política e os programas de promoção habitacional, de acordo com os planos e normativos aprovados, e [com um] apoio técnico aos promotores antes referidos..."⁶⁹ e contruíram o Instituto Nacional de Habitação como uma entidade a sentenciar quais seriam as normas para o financiamento ou quais seriam as bonificações das taxas de juros na compra a um mercado imobiliário a serem atribuídos às iniciativas autárquicas com a competência de encontrarem uma maneira de solucionarem as carências domésticas dos seus moradores.

67. MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES. "Decreto-Lei 278/88" in *Diário da República n.º 180. I Série de 5 de agosto de 1988*. Lisboa: Assembleia da República Portuguesa, 1988. p. 3240

68. MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO SOCIAL "Decreto-Lei n.º 110/85" in *Diário da República n.º 89, Série I de 17 de abril de 1985*. Lisboa: Assembleia da República Portuguesa, 1985. p. 1049

69. MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DO PLANO E DO EQUIPAMENTO SOCIAL. "Decreto-Lei n.º 177/84" in *Diário da República n.º 121. Série I de 25 de abril de 1984*. Lisboa: Assembleia da República Portuguesa, 1984. p. 1687

imagem 36. FERREIRA SANTOS, Nuno. "Convocatória para uma Sessão de Esclarecimento no Bairro Quinta da Lage" Lisboa, 2019



"...os fogos construídos ou adquiridos ao abrigo do presente diploma [tonar-se-iam] propriedade [das autarquias e estariam] sujeitos a um regime de intransmissibilidade pelo período de quinze anos a contar da data de conclusão ou da escritura de aquisição e têm de ser atribuídos em regime de renda apoiada ..." ⁷⁰

70. MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES. "Decreto-Lei 163/93" in *Diário da República n.º 106. I Série A de 7 de abril de 1993*. Lisboa: Assembleia da República Portuguesa, 1993. p. 2382

Mantiveram unicamente a incumbência de administrarem os empréstimos a conceder às autarquias com um interesse em solucionarem as maiores carências domésticas encontradas nas suas áreas, sem moverem num sentido para os quais não se encontravam minimamente vocacionados, e transferiram a incumbência de administrarem os mecanismos arquitectónicos e sociais inerentes a uma iniciativa no sector às autarquias que mantivessem instrumentos autónomos a analisarem quais seriam as carências domésticas a serem solucionadas com os empréstimos.

71. IBIDEM. p. 2381

72. IBIDEM.

Construíram convenientemente vários acordos de adesão que vieram a incitar juridicamente as autarquias metropolitanas de Lisboa e do Porto a erradicarem as barracas nas suas áreas de influência com um "...programa acelerado de realojamento que compreende [,em 1993,] a disponibilização de recursos financeiros através [do Instituto Nacional de Habitação e o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional] para os custos de construção de habitações destinadas ao realojamento, assim como para a aquisição e infra-estruturação dos terrenos, e ainda a possibilidade de transferência gratuita do património edificado para as autarquias]..." ⁷¹, denominado como Programa Especial de Realojamento.

"Apesar do esforço desenvolvido ao nível do apoio à construção de habitação de custos controlados e dos diversos acordos de colaboração celebrados entre a administração central e as autarquias locais para erradicação de barracas, continuam a verificar-se muitas situações de mau alojamento e de sobrealojamento." ⁷²

imagem 37. FERREIRA SANTOS, Nuno. "Casa do Bairro Quinta da Lage" Lisboa, 2019



“Num [momento] de reflexão, necessariamente simplificado, (...) [deram] conta da actual complexidade dos processos de realojamento, cuja compreensão (...) não pode ser independente da leitura dos fenómenos sócio-económicos (...) mais vastos.”⁷³

Determinaram que as autarquias teriam necessariamente que construir um levantamento ao número de casas a serem construídas nas suas áreas de influência sem um mínimo de salubridade de maneira a planearem criteriosamente como construiriam os seus empreendimentos ou como comprariam as casas no mercado imobiliário num documento a apresentarem necessariamente ao Instituto Nacional de Habitação.

Encontraram uma maneira de melhorar os seus mecanismos administrativos com a transferência do instituto para o Ministério de Estado das Finanças e do Plano exactamente no momento em que o número de encomendas que assumiram nos acordos de adesão aumentou extraordinariamente sem terem a competência de manterem uma rentabilidade mínima. “[Coube] ao Instituto Nacional de Habitação, directamente ou através de instituições de crédito, conceder empréstimos destinados a financiar até [metade] do custo de aquisição e de infra-estruturação dos terrenos, bem como do custo de construção dos empreendimentos promovidos pelos municípios [ou] até [metade] do valor de aquisição de fogos pelos municípios...”⁷⁴ a outros promotores numa tentativa de consubstanciarem a dinâmica das autarquias no sector.

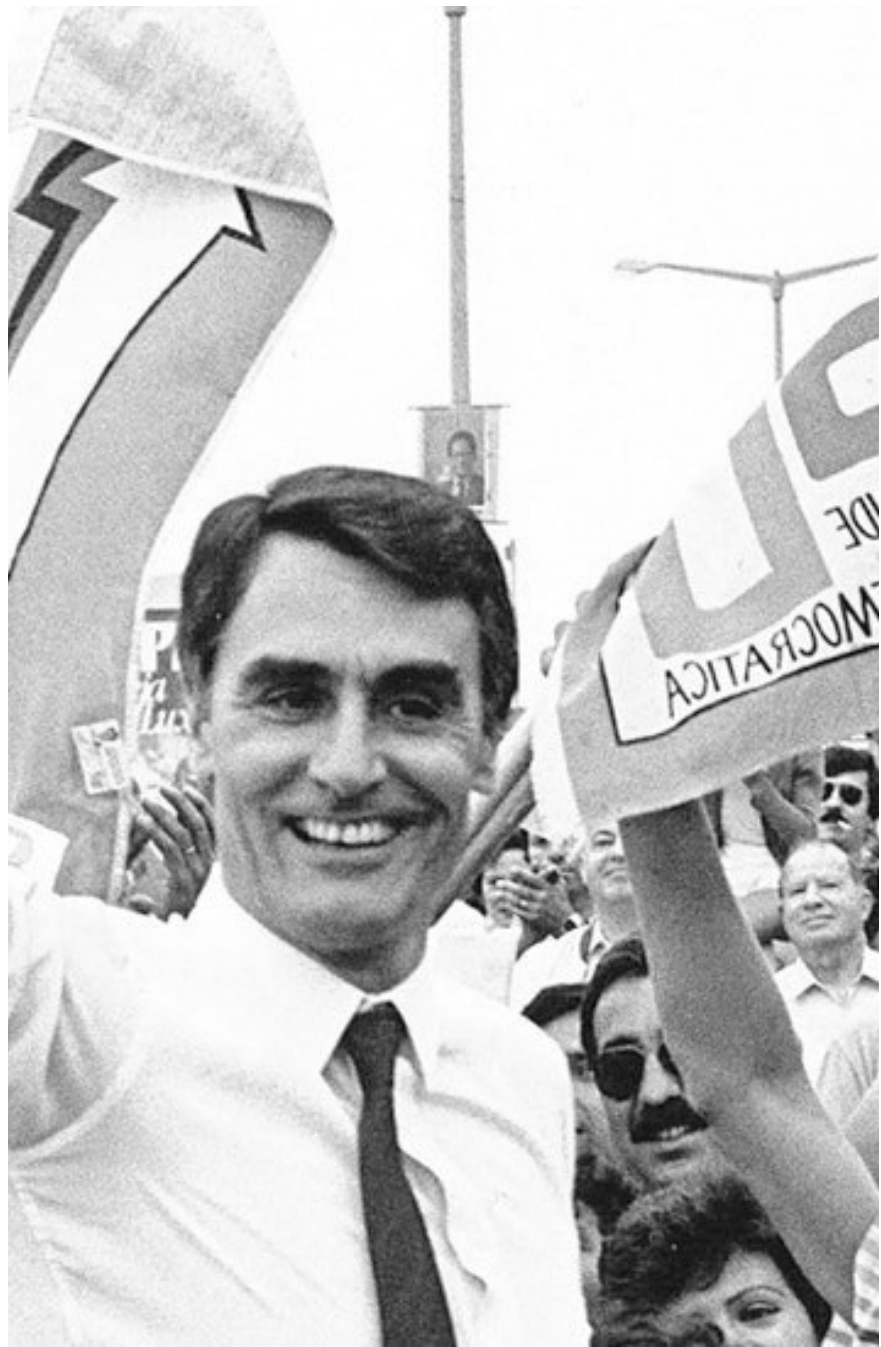
“A concessão dos financiamentos [passaria a ter] como pressuposto a construção de qualidade, mas a custos controlados, apenas inserida dentro de certos parâmetros a nível de áreas por tipologia, a que corresponde um valor máximo de venda, mas que satisfaz plenamente as necessidades de habitação própria dos seus adquirentes.”⁷⁵

73. MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO, DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO. “Diagnóstico de Implementação do Programa Especial de Realojamento” in *Gestão Integrada de Parques Habitacionais de Arrendamento Público. (Actas do Encontro)*. Lisboa: Assembleia da República, 1999 conforme FERREIRA, Eduardo. “Os anos de crescimento” in *Habitação. Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. p. 347

74. MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES. “Decreto-Lei 163/93” in *Diário da República n.º 106. I Série A de 7 de abril de 1993*. Lisboa: Assembleia da República Portuguesa, 1993. p. 2382

75. IBIDEM. p. 2380

imagem 38. FERREIRA SANTOS, Nuno. “Demolição de uma casa do Bairro Quinta da Lage” Lisboa, 2019



Num momento em que "...a reflexão (...) prévia à implementação do Programa Especial de Realojamento ficou comprometida com a urgência do início de um programa (...) classificado como meramente pontual [e] sem quaisquer repercussões na definição da estratégia de implementação do programa..."⁷⁶ com um envolvimento metropolitano, os organismos institucionais nunca entenderam a necessidade de estabelecerem um critério único para as normas de empréstimo a variarem consoante o momento em que as autarquias assinaram os acordos de adesão. Encontraram consecutivamente um enorme número de incumprimentos no vencimento das rendas a sentenciaram necessariamente a falência de um enorme número de empreiteiros a meio dos processos constructivos.

Entenderam morosamente que não terminariam de construir o número de casas que vieram a assumir nos acordos de adesão de uma maneira imprudente e, sem nunca solucionarem inteiramente a enorme ineficácia administrativa do momento., vieram a construir o Programa Especial de Realojamento Famílias como uma iniciativa em que os moradores comprariam uma casa no mercado imobiliário com os mesmos benefícios que concederam anteriormente às autarquias. Determinaram que o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado participaria até metade do valor das casas sem qualquer contrapartida e o Instituto Nacional de Habitação ou outras entidades de crédito com balcões abertos aos moradores concederiam um empréstimo a abonar a outra metade

"A consolidar este programa, [sentenciaram um] esforço de compartimentação e financiamento (...) extensivo ao financiamento para a aquisição de fogos, dentro dos limites máximos predefinidos, tornando, assim o projecto mais flexível na sua execução e permitindo o contributo do mercado para a rápida erradicação das barracas."⁷⁷

76. FERREIRA, Eduardo. "Os anos de crescimento." in *Habitação. Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. p. 351

77. MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES. "Decreto-Lei 163/93" in *Diário da República n.º 106. I Série A de 7 de abril de 1993*. Lisboa: Assembleia da República Portuguesa, 1993. p. 2381

imagem 39. AUTOR DESCONHECIDO. "Aníbal Cavaco Silva em campanha eleitoral para as Eleições Legislativas". Lisboa, 1991

Três bairros críticos iniciaram transformação

25 Maio 2009 — 01:00



TÓPICOS

- Portugal
- Sul

Relacionados

PORTUGAL
Presos em casa por falhas nos elevadores

Especialistas nacionais e internacionais reuniram-se, quarta-feira, em Lisboa, para fazer o balanço do "Programa Bairros Críticos", que se desenvolve em três bairros: o Vale da Amoreira (Moita) e Lagarteira.

Envolvendo oito ministérios, o "Programa Bairros Críticos" mantém as áreas urbanas mantendo os moradores e promove intervenções de realojamento nos bairros críticos. O Programa Especial de Realojamento para Bairros Críticos.

"Há uma grande preocupação social com a intervenção simultânea no espaço público e nos programas sociais. É uma intervenção que envolve o secretário de Estado do Ordenamento do Território, João Ferrão.

Em jeito de balanço do programa, após quase quatro anos, João Ferrão reconhece que a intervenção é justificada com a complexidade das intervenções e que a dinâmica é a que estava prevista, e que é irreversível".

meios

uma circunstância a pormenorizar

"A concessão destes financiamentos tem, como pressuposto, a construção de qualidade a custos controlados, apenas inserida dentro de certos parâmetros a nível de áreas por tipologia (...) que satisfaz plenamente as necessidades de habitação própria dos seus adquirentes (...) [com] soluções técnicas, constructivas e arquitectónicas que maximizem a relação entre projecto, qualidade e preço." ⁷⁸

Num momento em que se veio a tornar necessário encontrar uma maneira de otimizar o rácio económico entre a maneira como construiriam os empreendimentos e o valor que consumiriam ao construir exactamente dessa maneira, os organismos institucionais vieram a sentenciar quais seriam os parâmetros arquitectónicos que o Programa Especial de Realojamento usaria necessariamente no cumprimento criterioso da maioria dos seus intuítos com as Recomendações Técnicas da Habitação Social.

Reuniram criteriosamente os elementos do Laboratório Nacional de Engenharia Civil e do Gabinete de Estudos e Planeamento da Habitação e Obras Públicas num único laboratório a construir detalhadamente uma série de normas a sentenciar quais seriam os "...limites ao preço da construção e o valor final de venda das habitações sociais [a serem anunciados aos promotores económicos e entidades financiadoras] (...). Não sendo possível, desde já estabelecer normas imperativas de qualidade e projecto, [previram] a publicação de recomendações que possam orientar os agentes promotores e proporcionar uma adequação das melhores soluções aos limites de custos admitidos..." ⁷⁹ com um enorme número de técnicas constructivas e arquitectónicas a maximizarem o rácio económico dos empreendimentos sem colocarem necessariamente em causa o cumprimento dos maiores intuítos da iniciativa.

78. MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES. "Decreto-Lei 162/93" in *Diário da República* n.º 106. I Série A de 7 de abril de 1993. Lisboa: Assembleia da República Portuguesa, 1993. p. 2380

79. IDEM. "Portaria n.º 580/83" in *Diário da República* n.º 113/1983, Série I de 17 de maio de 1983. Lisboa: Assembleia da República Portuguesa, 1983. p. 1790

imagem 40. AUTOR DESCONHECIDO. "Amostra de notícias de acontecimentos relacionados com o Programa Especial de Realojamento". Lisboa, 2009



"...os empreendimentos (...) devem fundamentar-se em índices de densidade de ocupação do solo que compatibilizem a rentabilidade das soluções urbanísticas, quanto às infraestruturas e altura dos edifícios, com os tradicionalmente praticados (...) na zona onde o empreendimento se irá localizar." ⁸⁰

Entenderam a importância de analisarem previamente as características do terreno de maneira a evitarem aumentar desnecessariamente o custo de um enorme número de empreendimentos "...de pequena dimensão (...) [e em] continuidade e inserção na malha urbana [com um volume relativamente simples e duradouro a elevar um número de andares a não ultrapassar o máximo que permite renunciar] meios de ascensão vertical e em integração no tecido social [com a] participação das populações em desenvolvimento comunitário e outros..." ⁸¹

Determinaram consecutivamente que os compartimentos manteriam uma "... forma e dimensões (...) [a permitirem necessariamente] a circulação das pessoas e o uso fácil do mobiliário habitual para as actividades ligadas à reunião, a lazer e a [actividades] mais formais da família completa..." ⁸² a acontecerem internamente em torno de momentos de entrada ou momentos de circulação a manterem a maior acessibilidade aos restantes compartimentos com um mínimo de área. Mantiveram necessariamente um mínimo de qualidade arquitectónica a ordenar criteriosamente os compartimentos interiores sem comprometerem a maneira como as casas manteriam os seus maiores mecanismos domésticos.

"Os edifícios são constituídos por espaços (...) que devem ser consentâneos com as actividades de uso dos moradores, designadamente pela capacidade dos espaços [de maior permanência] em albergar o equipamento (...) para a sua utilização com flexibilidade (...) sem que comprometa as actividades previstas nos espaços." ⁸³

80. MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES. "Edifício" in *Recomendações Técnicas de Habitação Social*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1994. p. 12 na sequência da "Portaria nº580/83 in *Diário da República nº 113 Série I de 17 de maio de 1983*. Lisboa: Assembleia da República Portuguesa, 1983

81. FERREIRA, Eduardo. "Os anos de crescimento." in *Habitação. Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. p. 351

82. MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES. "Edifício" in *Recomendações Técnicas de Habitação Social*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1994. pp. 16 na sequência da "Portaria nº580/83 in *Diário da República nº 113 Série I de 17 de maio de 1983*. Lisboa: Assembleia da República Portuguesa, 1983

83. IBIDEM. p 13

imagem 41. CASAL RIBEIRO, Hélder. "Bairro das Fontainhas". Porto, 2008



Num momento em que o incumprimento no vencimento das rendas continuavam a sentenciar necessariamente a falência de um enorme número de empreiteiros a meio dos processos constructivos, os organismos institucionais mostraram uma enorme inconveniente técnico em estabelecerem as Recomendações Técnicas da Habitação Social e em manterem os empreendimentos num "...bom nível de conservação um conjunto de casas para acorrer a situações familiares de maiores carências (...) olhado, na maioria dos casos, como uma solução provisória ou transitória a suscitar o recurso a outros meios da política habitacional...." ⁸⁴ unicamente com a receita mínima das rendas que continuavam a receber.

Encontraram uma maneira alternativa de continuarem a responderem criteriosamente aos maiores intuitos do Programa Especial de Realojamento necessariamente à medida que iam construindo os empreendimentos sem nunca comprometerem inteiramente o seu custo. "O trabalho apresentado sob a forma de Recomendações (...) [manteve] uma aplicação muito alargada, por técnicos de diversos níveis de qualificação (...) [por considerarem que] é na experiência (...) que se espera poder testar a correção e suficiência das normas coligidas, cuja aplicação deverá ser acompanhada, por forma a rapidamente detectar as melhorias e correções necessárias..." ⁸⁵ sem condicionar os mecanismos doméstico que se repetiria quotidianamente.

"O tipo de edifício e a organização das [casas] devem adequar-se às condições objectivas da promoção, ao tipo de actividade principal dos futuros moradores e aos hábitos locais de uso do espaço. (...) Haveria que evitar conferir-lhe um carácter excessivamente preciso e imperativo ou adoptar uma forma legal cuja rigidez dificultasse a introdução expedita das alterações que a prática revelar conveniente."

86

84. MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS, DA JUSTIÇA E DAS OBRAS PÚBLICAS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES. "Decreto-Lei 88/87" in *Diário da República n° 48. Série I de 26 de fevereiro de 1987*. Lisboa: Assembleia da República Portuguesa, 1987. p. 845

85. MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO SOCIAL. "Despacho 41/85" in *Diário da República n° 183. Série II de 14 de fevereiro de 1985*. Lisboa: Assembleia da República Portuguesa, 1985. p. 7610

86. MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES. "Edifício" in *Recomendações Técnicas de Habitação Social*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1994. p. 13 na sequência da "Portaria n°580/83 in *Diário da República n° 113 Série I de 17 de maio de 1983*. Lisboa: Assembleia da República Portuguesa, 1983

imagem 42. BARROS, Filomena.

"Demolição de uma casa do Bairro 6 de Maio". Lisboa, 2017.



normas culturels

"...há um conjunto de crenças, regras e ritos que, em determinada sociedade e em determinado momento histórico, se impuseram externamente aos indivíduos. (...) Implica sentimentos que são mais ou menos inscritos na alma (...) que se revelam o efeito do comando e o resultado da obediência..."¹

1. AGAMBEN, Giorgio. "What is Apparatus?" translated by David Kishik and Stefan Pedatella in *What is Apparatus?* California: Stanford University Press, 2009. pp. 4-5



ética

um entendimento a encaminhar a vontade

“Normalmente entendido como princípios e crenças orientadores de uma sociedade, um ethos pode ser identificado nos padrões das rotinas diárias que definem a estrutura de um modo de vida (...) [como] o sismógrafo mais apurado para a condição política da sociedade contemporânea.”²

É importante entendermos que as iniciativas a solucionarem à sua maneira as maiores carências domésticas do momento se estabeleceram em si mesmas unicamente no momento em que se moveram “...em direcção a novos objectivos moralizadores. Em vez de uma resposta servil às necessidades existentes que se inscreveriam num espaço ordenado, a intenção [dos organismos institucionais passou a ser] transformar os costumes dos seus usuários...”³ consoante uma ética a sentenciar quais seriam as normas culturais necessárias para nos adequarmos convenientemente a uma sociedade a mudar continuamente os seus mecanismos.

Entenderam inteiramente a importância de encontrarem uma série de “... argumentos (...) [morais] a infundirem um discurso contemporâneo (...), com todas as (...) contradições e violência reprimida que vêm juntamente com essas declarações de uma moral bem fundamentada...”⁴ premeditadamente numa “..condição complexa e difusa, a integrar imagens (...) num conjunto de rituais, ritmos e rotinas diárias (...) com base nos significados e valores refletidos por um indivíduo ou grupo, consciente ou inconscientemente. [Seria necessariamente] uma experiência única [a ser continuamente] interpretada (...) pelos [nossos] conteúdos empíricos...”⁵ com o intuito de estimular o nascimento de um discurso que os organismos institucionais vieram a reordenar criteriosamente em normas culturais à medida que a casa se veio a mostrar como um instrumento com inúmeras nuances a apoiarem o discurso que estavam a construir.

2. AURELI, Pior Vittorio. GIUDICI, Maria Shéhérazade. “Family Horror: Toward a Critique of Domestic Space” in *Log*. n.º 38 (Fall 2016). New York: Anyone Corporation, 2016. p. 128

3. TEYSSOT, Georges. “Tecnologia e Transparência” in *Da Teoria de Arquitectura: Doze Ensaíos* traduzido por Paulo Providência. Lisboa: Edições 70, 2010. p.156

4. COLOMINA, Beatriz ; WIGLEY, Mark. “The Ornamental Species” in *Are we Human? Notes on Archeology of Design*. Baden: Lars Mullers Publishers, 2016. p. 89

5. PALLASMA, Juhani. “O Espaço Habitado: a experiência incorporada e o pensamento sensorial” in *Habitar*. São Paulo: Gustavo Gili, 2017. p. 61

imagem 44. BOISSONNAS, Frédéric. “Dalcroze-Schule Hellerau”. Hellerau, 1910.



Encontraram uma oportunidade de construir uma narrativa, a encobrir criteriosamente a maneira como os parâmetros económicos orientaram o nosso comportamento no sentido de uma mecânica altamente conveniente. "Em vez de uma resposta [subserviente] às necessidades existentes que se inscreveriam num espaço ordenado, a intenção [seria] transformar os costumes dos seus usuários..."⁶ com um estatuto de bom morador a servir continuamente uma economia doméstica com inúmeros compromissos a condicionaram os nossos comportamentos e a construir continuamente um património relativamente consistente verdadeiramente necessária para a continuarem a servir.

É importante entendermos que os organismos institucionais montaram um "... projeto de acomodação (...) em que o intuito final não era simplesmente ordenar a sociedade, mas garantir a reprodução da vida da maneira mais ordenada e segura (...) usando [os instrumentos domésticos] para..."⁷ construir uma série de normas culturais "...a [nos] direccionarem (...) a trabalhar mais, produzir, acumular e finalmente consumir mais (...) numa forma de vida em que o sacrifício e o trabalho duro [associados a uma competência intrínseca de nos moldarmos a quaisquer circunstâncias] são vistos como uma base necessária para..."⁸ servirmos a economia doméstica num momento em que as nossas circunstâncias económicas se tornam continuamente incertas.

"A casa tornou-se num terreno (...) onde a exploração sistemática de empregados assalariados (...) deve ser administrada, representada, encenada e depois celebrada como um trabalho de amor..."⁹ com uma "...poética [a nascer] quando alguém articula um discurso (...) com clareza e pertinência suficiente para que outros se considerem reflectidos e assim compreender e ser compreendido." ¹⁰

6. TEYSSOT, Georges. "Tecnologia e Transparência" in *Da Teoria de Arquitectura: Doze Ensaios* traduzido por Paulo Providência. Lisboa: Edições 70, 2010. p.156

7. AURELI, Pior Vittorio. GIUDICI, Maria Shéhérazade. "Family Horror: Toward a Critique of Domestic Space" in *Log*, nº 38 (Fall 2016). New York: Anyone Corporation, 2016. p. 117

8. ESPUELAS, Fernando. "Introduction" in *Less is enough*. Moscovo: Strelka, 2013. p. 9

9. AURELI, Pior Vittorio. GIUDICI, Maria Shéhérazade. "Family Horror: Toward a Critique of Domestic Space" in *Log*, nº 38 (Fall 2016). New York: Anyone Corporation, 2016. p. 116

10. ESPUELAS, Fernando. "Trabajo" in *Madre Materia*. Madrid: Lampreave Associados, 2009. p. 162

imagem 45. WHITEREAD, Rachel. "House". Londres, 1993.



trabalho

um manuseamento não remunerado

“O trabalho é o preço que [pagamos] para possuir [os instrumentos domésticos], para os transformar e para os domesticar. Podemos definir o trabalho como a actividade organizada, sistemática e eficaz com que (...) [moldamos a nossa circunstância doméstica.]”¹¹

É importante entendermos que a obediência a uma série de compromissos domésticos a manterem um funcionamento “...cada vez mais complexo e especializado, que define e identifica as diferentes funções e que separa e isola os diferentes protagonistas da vida doméstica, (...) estabeleceu um controlo sobre a movimentação dos moradores...”¹² que se tornou numa actividade inteiramente necessária a uma economia doméstica a acompanhar em si mesma um mercado em crescimento também ele cada vez mais complexo e especializado na maneira como se move.

Determinaram que a casa se tornaria sucessivamente “...numa empresa comum compartilhada por moradores [que], embora (...) tenha sido organizado por meio de vínculos de afinidade social ou de apoio financeiro normalmente vindo de impostos, (...) deveria corresponder a um empresa autónoma e suficiente que envolve a família no seu compartimento [íntimo]...”¹³ a manter quotidianamente uma circunstância doméstica circunscrita no interior da casa num bom funcionamento. Encontramos uma maneira de ordenarmos criteriosamente a mecânica doméstica numa série de compromissos “...que se escondem num espaço silencioso e fechado da visibilidade pública (...) como um oikos a administrar [eficientemente] uma subsistência e reprodução...”¹⁴ que altera necessariamente a maneira como solucionamos os nossos maiores compromissos domésticos sem nunca nos remunerar convenientemente por esse esforço.

11. ESPUELAS, Fernando. “Trabajo” in *Madre Materia*. Madrid: Lampreave Asociados, 2009. p. 160

12. TEYSOT, Georges. “Figure d’interni” in *Il Progetto Domestico: La casa dell’uomo: archetipi e prototipi*. Milão: Electa Editrice, 1986. p. 23

13. AURELI, Pior Vittorio. GIUDICI, Maria Shéhérazade. “Family Horror: Toward a Critique of Domestic Space” in *Log*, n.º 38 (Fall 2016). New York: Anyone Corporation, 2016. p. 109

14. IBIDEM. p.111

imagem 46. VERMEER, Johannes. “A Leiteira”. Amesterdão, 1657.



“No reino doméstico, [os compromissos quotidianos] (...) não são baseados nem num confronto nem são regulados por normas ou leis (...) [,mas sim,] vistos como circunstâncias naturais e imutáveis...”¹⁵ a que a “...arquitetura só forneceu um conjunto de dispositivos que a formalizaram e explicitaram (...) em comunicação e em acção.”¹⁶

“A administração [doméstica veio a sentenciar necessariamente] (...) uma ordem que associa os instrumentos da vida quotidiana [e os moradores] a um local específico da casa (...) [numa] actividade de manutenção como uma prática espacial, (...) [em que, ora nos inteiramos da] localização de todas as coisas necessárias para manter a vida familiar dentro de casa...”¹⁷ ora estruturamos hierarquicamente os nossos estatutos consoante a maneira como nos comportamos numa circunstância doméstica a administrar quotidianamente uma série de compromissos domésticos como uma estrutura técnica.

Determinamos continuamente o costume de preservarmos um património relativamente autónomo unicamente com um manuseio criterioso dos instrumentos domésticos e dos moradores que se relacionam entre si como elementos de uma estrutura doméstica maioritariamente técnica e económica a ordenar um enorme número de moradores a cumprirem quotidianamente os seus maiores compromissos domésticos e a servirem convenientemente intuítos sociais ou políticos.

“...a esfera doméstica refere-se a um conjunto de relações de poder que constituem uma hierarquia específica (...) naturalizada como uma necessidade no próprio conceito de (...) uma construção económica e jurídica cujo objetivo é garantir tanto a reprodução da população quanto a ordem geral da sociedade.”¹⁸

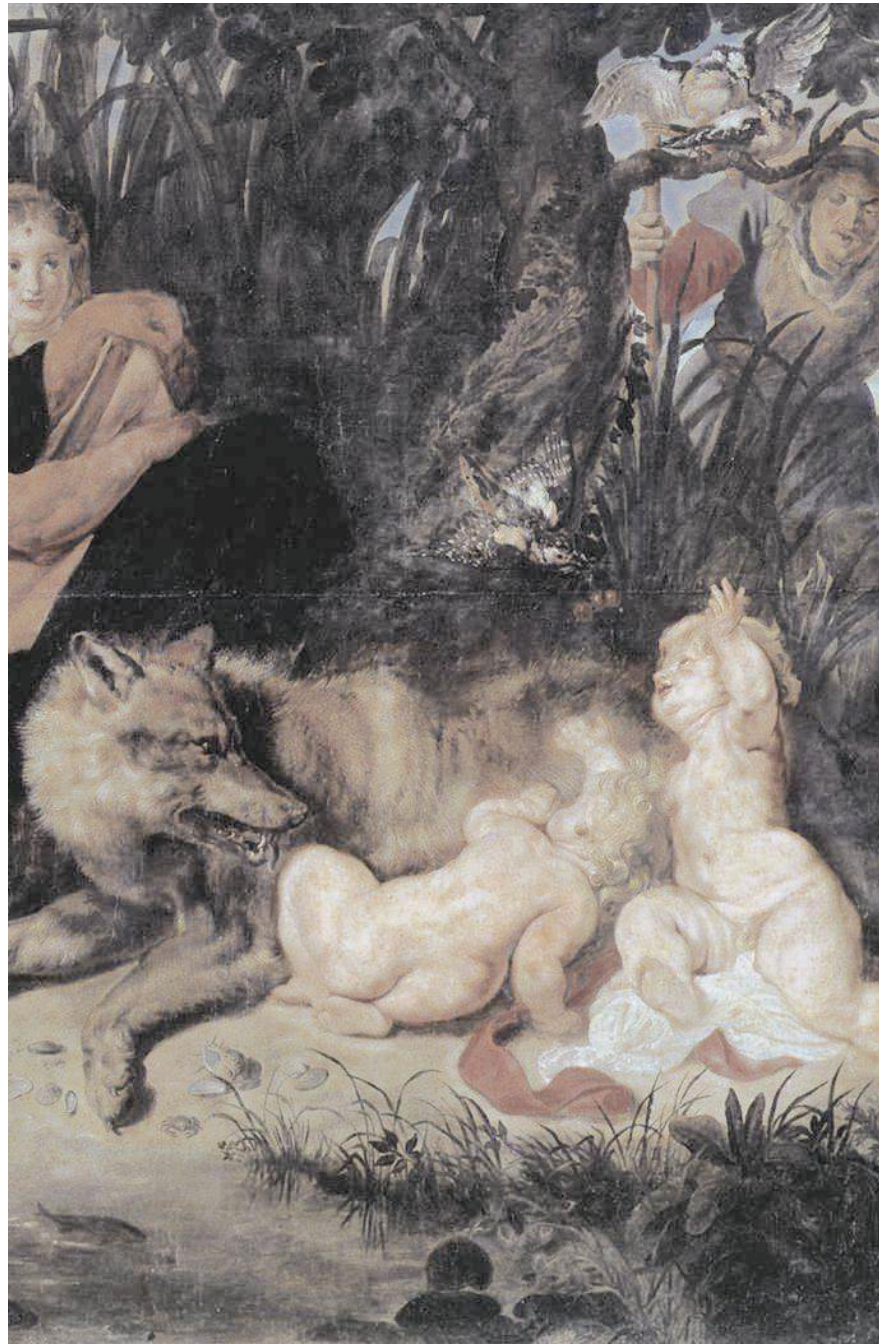
15. AURELI, Pior Vittorio. “The Dom-ino Problem: Questioning the Architecture of Domestic Space” in *Log. n.º 30 (Winter 2014)*. New York: Anyone Corporation, 2014. p. 156

16. IDEM. GIUDICI, Maria Shéhérazade. “Family Horror: Toward a Critique of Domestic Space” in *Log. n.º 38 (Fall 2016)*. New York: Anyone Corporation, 2016. p. 113

17. IDEM. “The Dom-ino Problem: Questioning the Architecture of Domestic Space” in *Log. n.º 30 (Winter 2014)*. New York: Anyone Corporation, 2014. p. 159

18. IDEM. GIUDICI, Maria Shéhérazade. “Family Horror: Toward a Critique of Domestic Space” in *Log. n.º 38 (Fall 2016)*. New York: Anyone Corporation, 2016. p. 113

imagem 47. ARAVENA, Alejandro. “Quinta Monroy”. Iquique, 2003.



É importante entendermos que a casa se veio a tornar numa estrutura maioritariamente técnica a reproduzir quotidianamente a vida em si mesma, exactamente no momento em que, veio a sentenciar uma mão-de-obra não remunerada a servir indiscriminadamente uma mecânica doméstica sem um mínimo de consciência dos seus efeitos. “Um dos problemas que afecta actualmente a sociedade é [exactamente] o desinteresse por um trabalho que (...) se converteu num vício (...) [como uma] consequência promovida por uma tecnologia mais complexa que [reivindica uma menor] destreza e menor sabedoria do [morador]...”¹⁹ unicamente interessado em continuar a cumprir tecnicamente o que é necessário.

19. ESPUELAS, Fernando. “Trabajo” in *Madre Materia*. Madrid: Lampreave Asociados, 2009. p. 162

20. AURELI, Pior Vittorio. GIUDICI, Maria Shéhérazade. “Family Horror: Toward a Critique of Domestic Space” in *Log. n.º 38 (Fall 2016)*. New York: Anyone Corporation, 2016. p. 128

21. IBIDEM.

22. IBIDEM. p. 127

“Separar o trabalho realizado em casa do seu valor monetário foi uma maneira de [os organismos institucionais nos] desapropriarem do controlo da [nossa] força de trabalho [numa lógica] de desapropriação estendida à generalidade dos trabalhadores...”²⁰ com o mínimo de património inteiramente necessário para continuarem a manter um mecanismo de sobrevivência em que o cumprimento quotidiano dos nossos maiores compromissos domésticos se tornou numa maneira de atenuarmos a pressão inerente a um rotina de trabalho. Determinaram unicamente que o cumprimento dos nossos maiores compromissos domésticos não seria meritório de se inscrever num “...sistema salarial que (...) exclui o trabalho doméstico da esfera da ocupação remunerada (...) para nos desapropriarem (...) do controlo de uma força de trabalho...”²¹ relativamente ordinária a servir convenientemente maiores interesses sociais ou políticos.

“...o sistema é mais explorador precisamente quando a [casa] se apresenta como uma alternativa às pressões da vida profissional (...) num terreno (...) onde a exploração sistemática de empregados assalariados (...) deve ser administrada, representada, encenada e depois celebrada como um trabalho de amor.”²²

imagem 48. RUBENS, Peter. “Rómulo e Rémulo amamentados pelo Lobo”. Roma, 1615.



património

um investimento na economia doméstica

“[Entendemos sucessivamente a importância de construirmos] (...) uma propriedade como um activo económico de investimento [num momento em que a casa se] tornou num projeto fundamental para uma arquitectura contemporânea (...) interessada em abrigar os moradores [e] em administrá-los [de uma maneira economicamente] eficiente.”²³

É importante entendermos que os mecanismos domésticos vêm a entusiasmar continuamente um relacionamento intenso entre os moradores e os seus instrumentos que suscita necessariamente um interesse em dominarmos os que se mostraram mais oportunos ao cumprimento dos nossos maiores compromissos domésticos. Sentimos a necessidade de colecionarmos um enorme número de instrumentos domésticos que se iam estabelecendo convenientemente num “... recipiente para as [nossas] relações pessoais que [estabelecemos] na unidade de vida como consumidor dos [nossos] principais confortos...”²⁴ a construir um património relativamente consistente como um anúncio permanência.

“Usar [um determinado instrumento doméstico] tornou-se num abuso no momento em que (...) implicou uma propriedade...”²⁵ não unicamente como uma maneira de encontrar uma série de consequências económicas para os mecanismos domésticos a resolverem eficientemente os nossos maiores compromissos domésticos mas maioritariamente como uma maneira de representar convenientemente uma “... condição prévia para a cidadania. Nesse momento, a propriedade individual tornou-se numa base dos organismos institucionais da política moderna...”²⁶ a adulterarem permanentemente a circunstância doméstica com a necessidade de aumentarmos o nosso património com o consumo de um enorme número de instrumentos a melhorarem a economia doméstica.

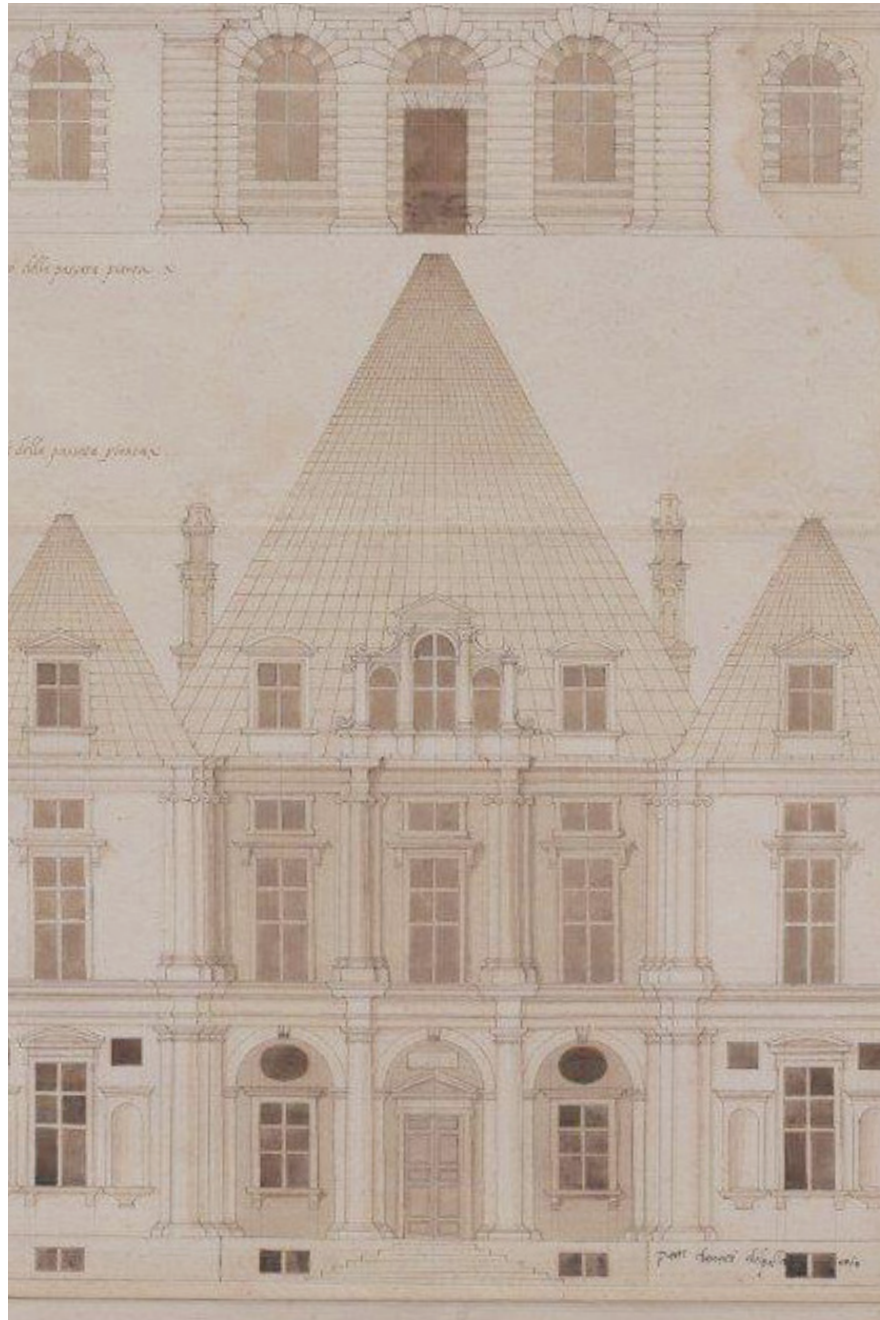
23. AURELI, Pior Vittorio. “Chapter III” in *Less is enough*. Moscovo: Strelka, 2013. p. 30

24. SLOTERDIJK, Peter. “Cell Block, Ego-spheres, Self-Container” translated by Daniela Fabricius, in *Log. n.º 10 (Summer/Fall 2007)*. New York: Anyone Corporation, 2007. p. 92

25. IDEM. “A Room Without Ownership: Notes on Hannes Meyer’s Co-op. Interieur” in *Hannes Meyer Co-op Interieur*. Berlin: Spector Books, 2015. p. 35

26. IDEM. “Chapter III” in *Less is enough*. Moscovo: Strelka, 2013. p. 30

imagem 49. DAVID, Jacques Louis. “A Coroação do Imperador Napoleão I e da Imperatriz Josefina na Catedral de Notre-Dame”. Paris, 1804



"...o valor da [casa] (...) não é mais determinado por um uso concreto [dos seus instrumentos domésticos], mas sim, por um potencial valor comercial que revela nos relacionamentos que circunscreve. A casa tornou-se num dispositivo simbólico com o intuito não apenas de acomodar, mas também de representar um estatuto." ²⁷

Determinamos consecutivamente um valor para os instrumentos domésticos que vieram a construir um património relativamente consistente consoante a maneira como a estimularam uma melhoria na economia doméstica, na medida em que, "... as coisas são de quem mais as precisa, de quem mais as quer ou de quem melhor as sabe usar..." ²⁸ para solucionarmos os maiores compromissos domésticos numa rotina maioritariamente atenta em manter os mecanismos domésticos num bom funcionamento.

Construímos uma circunstância inteiramente autónoma a solucionar os nossos maiores compromissos sem uma assistência externa a intrometer necessariamente na maneira como nos relacionamos com os instrumentos domésticos numa "... unidade de vida bem-sucedida que não representa apenas um [ambiente] fechado, mas antes um sistema imunológico psicossocial capaz de regular o grau em que é selada do exterior." ²⁹ Mantivemos um culto neurótico a alimentar a importância de continuarmos a construir um património com uma série de instrumentos domésticos altamente oportunos à economia doméstica.

"A vontade de manter a propriedade de alguma coisa é motivado não só por um uso, mas também por uma potencialidade em se tornar num activo económico que produz lucro (...) [encarado] como a transformação das coisas numa coisa que interessa em termos de valor comercial ou investimento..." ³⁰

27. AURELI, Pior Vittorio. GIUDICI, Maria Shéhérazade. "Family Horror: Toward a Critique of Domestic Space" in *Log. n.º 38 (Fall 2016)*. New York: Anyone Corporation, 2016. p. 115

28. ESPUELAS, Fernando. "Interior" in *Madre Materia*. Madrid: Lampreave Asociados, 2009. p. 27

29. SLOTERDIJK, Peter. "Cell Block, Ego-spheres, Self-Container" translated by Daniela Fabricius, in *Log. n.º 10 (Summer/Fall 2007)*. New York: Anyone Corporation, 2007. p. 93

30. AURELI, Pior Vittorio. "A Room Without Ownership: Notes on Hannes Meyer's Co-op. Interieur" in *Hannes Meyer Co-op Interieur*. Berlin: Spector Books, 2015. p. 35

imagem 50. SERLIO, Sebastiano. "Uma pequena casa para um Rei". Veneza, 1550.



É importante entendermos que no momento em que os organismos institucionais entenderam que "...a possibilidade de propriedade não é unicamente uma coisa privada [na medida em que mantém] uma dimensão social (...) a afectar a vida de outras pessoas... " ³¹ aproveitaram a oportunidade para determinarem uma série de normas a moldarem convenientemente os comportamentos domésticos ao raciocínio de mercado. Construíram uma norma a incluir as "...coisas num domínio da lei [a] transformar [a circunstância doméstica] num processo ou negócio (...) com uma estratégia jurídica (...) a definir as coisas de acordo com..." ³² um valor determinado consoante a maneira como melhorariam a autonomia de uma economia doméstica.

"Ao transformarem [a casa] (...) numa propriedade não estariam apenas a investir [numa sociedade em funcionamento] com um valor económico como também [a criar uma oportunidade] para exercerem poder sobre outros que não têm..." ³³ um património relativamente consistente a mostrar o seu estatuto de morador bem-sucedido. Construíram criteriosamente uma sociedade de proprietários em que o menor património aparentemente sem valor seria entendida como uma oportunidade de investimento financeiro numa economia doméstica necessariamente mais intrincada que viemos a comandar autonomamente como donos.

"Ao pressionarem os moradores a possuírem sua casa, os organismos institucionais não só lhes estariam a dar uma morada relativamente consistente como também estariam a amarrar os seus interesses a um sistema económico. A propriedade deve ser entendida como (...) a que aumenta o poder dos indivíduos com uma oportunidade de dominar os outros e a que os vincula a uma estrutura de poder. " ³⁴

31. AURELI, Pior Vittorio. "A Room Without Ownership: Notes on Hannes Meyer's Co-op. Interieur" in *Hannes Meyer Co-op Interieur*. Berlin: Spector Books, 2015. pp 34 -36

32. IBIDEM. p 35

33. IBIDEM. pp. 34-36

34. IDEM. "A Room Without Ownership: Notes on Hannes Meyer's Co-op. Interieur" in *Hannes Meyer Co-op Interieur*. Berlin: Spector Books, 2015. p 36

imagem 51. BAZANNI, Luigi. "O Interior de Pompeia". Bolonha, 1882.

"[Nasceria continuamente] (...) uma condição complexa e difusa, que integra imagens (...) num conjunto de rituais, ritmos e rotinas diárias (...) com base nos significados e valores refletidos por um indivíduo ou grupo, consciente ou inconscientemente [numa] experiência única interpretada (...) com os conteúdos empíricos (...) que constituem as [nossas] identidades."³⁵

35. PALLASMA, Juhani. "O Espaço Habitado: a experiência incorporada e o pensamento sensorial" in *Habitar*. São Paulo: Gustavo Gili, 2017. p. 61



instrumentos domésticos



bairro de ramalde

"...onde a população [cresceu], o prédio de rendimento apareceu como segura e cómoda maneira de fazer com que o dinheiro rendesse dinheiro. Não lhe chamaram "prédios de habitações" ou "blocos de habitações" ou coisa parecida. Não! Chamaram-lhe "prédios de rendimento". De rendimento, reparem bem. E com toda a coerência, pois só ao rendimento se atendia..." ¹



circunstância

um aumento extraordinário de densidade

"...a ideia de Ramalde era a de instalar comodamente, em todos os sentidos, outros tantos [seis mil] habitantes (...) [e, nesse sentido,] procurou-se dimensioná-lo para permitir um mínimo de vida própria..."²

Num momento em que a Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização não aprovou o Plano de Urbanização na Zona de Ramalde, a Câmara Municipal do Porto veio a construir uma estratégia menos pretensiosa a minimizar os custos do empreendimento e, em 1949, abriu um concurso público para se construir um bairro para o Grémio de Armazenistas de Merceria do Porto a que Fernando Távora concorreu enquanto arquitecto do Gabinete Técnico da Câmara Municipal do Porto com um esquema denominado como Plano Parcial.

Determinaram criteriosamente que se viriam a construir quarenta e três unidades habitacionais a elevarem a sua altura a três andares com um número de casas a variarem entre dois a quatro quartos, mas a verdade é, que no momento em que tiveram de minimizar os custos do empreendimento vieram a alterar necessariamente a maneira como construiriam as unidades habitacionais. Reestruturaram um "...equipamento bastante desenvolvido (...) com um condenável geometrismo condicionado pelo volume dos edifícios previamente projectados e dos quais se introduziram apenas algumas alterações..."³ e reduziram necessariamente o número de unidades habitacionais a construir a apenas vinte unidades habitacionais que comprometem necessariamente as metas que a iniciativa se comprometeu a manter em termos de densidade. "A Câmara não fez as plantações previstas; os edifícios públicos e o parque não se realizaram; a entidade promotora do empreendimento não tornou possível a revisão dos projectos para a segunda fase (...) e a Federação das Caixas de Previdência parece não construir novos programas porque o custo dos terrenos teria ultrapassado as possibilidades."⁴

1. AMARAL, Fransico Keil. "O Problema da Habitação Portuguesa" in *Cadernos Azuis. Problemas Contemporâneos*. Porto: Livraria Latina Editora, 1945. p. 29

2. TÁVORA, Fernando. "Unidade Residencial de Ramalde, Porto" in *Fernando Távora. Percurso*. Lisboa: Centro Cultural de Belém, 1993. p. 63

3. IBIDEM

4. IBIDEM

imagem 54. LOURO, Jorge. "Conjunto de unidades do Bairro de Ramalde". Porto, 2019.



“A industrialização seguia agora um curso mais rápido e a emigração para os centros industriais acentuava-se (...). E com toda essa massa humana que necessitava de alojamento, vinham os que viam na construção um meio cómodo e garantido de viver (...) recebendo rendas.”⁵

Entenderemos sucessivamente que o Bairro de Ramalde demonstra uma série de ensinamentos contemporâneos a serem continuamente examinados por autores sensíveis ao tema que se traduziram convenientemente num interesse em encontrar uma casa inteiramente standard e reprodutível a consolidar eficientemente uma circunstância periférica com um índice constructivo relativamente baixo.

Távora construiu um enorme número de volumes a pousarem paralelamente nos limites territoriais mais relacionados às zonas urbanas mais consistentes de maneira a manter no centro a área suficiente para construir os instrumentos colectivos necessários a uma unidade comunitária numa enorme área verde e a conectar o empreendimento com a circunstância ao seu redor de uma maneira relativamente harmoniosa. Determinou um sistema relativamente autónomo que se veio a entender exactamente nos momentos de encontro comunitário arrumados entre as traseiras de um volume e a frente de outro a construírem consecutivamente uma malha ritmada em que a altura dos volumes se mantinha harmoniosamente adequada à distância entre si.

“[Seria uma unidade] (...) para quem viver é criar alguma coisa de novo, não pelo desejo estúpido de ser diferente, mas pela imperiosa determinação da vida que não admita qualquer paragem ou qualquer estagnação sob pena de que a posterioridade não os perdoe.”⁶

5. AMARAL, Fransico Keil. “O Problema da Habitação Portuguesa” in *Cadernos Azuis. Problemas Contemporâneos*. Porto: Livraria Latina Editora, 1945. p. 30

6. TÁVORA, Fernando. “Para uma Arquitectura Portuguesa de Hoje” in *O Problema da Casa Portuguesa*. Lisboa: Editorial Organizações Lda, 1947. p. 12

imagem 55. COELHO, Pedro. “Planta de implantação do Bairro de Ramalde à escala 1:3000”. Porto, 2020.



Num momento em que "...as técnicas tradicionais de construção se vêm alterando por inevitável força das circunstâncias (...), [veio a entender a necessidade de construir mais rapidamente à medida que] os problemas económicos se tornam mais agudos, a ciência faz novas descobertas e, como resultado destes e doutros factores tão intimamente ligados entre si, (...) as técnicas de construção evoluem com maior ou menor rapidez..."⁷ de maneira a minimizarem os custos do empreendimento sem abandonar o interesse em ordenar eficazmente um maior número de casas num único volume.

7. TÁVORA, Fernando. *Da Organização do Espaço*. Porto: Faup Publicações, 1996. pp. 55

8. IDEM. "Para uma Arquitectura Portuguesa de Hoje" in *O Problema da Casa Portuguesa*. Lisboa: Editorial Organizações Lda, 1947. pp. 12

Távora construiu um volume extraordinariamente modesto que sintetizou eficientemente as imensas intencionalidades arquitectónicas numa estrutura em betão armada assente num embasamento a ordenar unicamente um esquema esquerdo-direito variado durante um número máximo de três andares e o rés-do-chão sem nunca cometer excessos economicamente inoportunos que comprometessem necessariamente os custos do empreendimento. Destacou meramente um número de varandas a ampliarem os compartimentos interiores diurnos relativamente limitados ou um número de palas pronunciadas a assinalarem volumetricamente o momento de entrada a representarem convenientemente uma importante conquista arquitectónica numa circunstância relativamente inconsistente em que iriam construir o empreendimento.

"Na arquitectura contemporânea (...) surge um carácter novo das condições novas e porque essas condições nos afectam também a nós é nela que devem entroncar-se a arquitectura portuguesa sem receio de que se perca o seu carácter [a meio do processo de metamorfose]."⁸

imagem 56. LOURO, Jorge. "Unidade do Bairro de Ramalde". Porto, 2019.



ordem

um encolhimento do interior a um mínimo

“Em toda a boa arquitectura existe uma lógica dominante, uma profunda razão em todas as suas partes, uma íntima e constante força que unifica e compreende entre si todas as formas, fazendo de cada edifício um corpo vivo ou um organismo com alma e linguagem própria.”⁹

Num momento em que se ensaiavam um enorme número de mecanismos arquitectónicos maioritariamente técnicos a minimizarem os compartimentos interiores ao estritamente necessário a um bom funcionamento doméstico, a maneira como Távora veio a ordenar os interiores do Bairro de Ramalde consoante o solucionamento dos maiores compromissos domésticos evidenciou uma enorme coerência de programa a aumentar o número de casas que se inscrevem num único volume sem aumentar necessariamente os custos.

Távora veio a contrariar o enorme número de efeitos de uma redução das áreas interiores a um mínimo com uma técnica arquitectónica a associar os compartimentos interiores em dois momentos intermediados por um quarto de banho, nomeadamente, um momento em os compartimentos diurnos se concentram em torno de um núcleo de infraestruturas que soluciona mecanicamente as maiores necessidades técnicas e um momento a isolar os compartimentos nocturnos no momento mais distanciada da entrada. Montou uma circunstância a rentabilizar eficientemente uma área interna que se veio a reduzir numa “...casa de hoje (...) [economicamente oportuna] a nascer dos [moradores, a] representar as [suas] necessidades e a resultar das [suas] condições e de toda a série de circunstâncias dentro das quais [moram] no espaço e no tempo (...) [com] problemas que exigem soluções reais e presentes...”¹⁰ em que o cumprimento dos compromissos domésticos de um momento nunca se intrometeriam directamente no cumprimento dos compromisso domésticos do outro momento.

9. TÁVORA, Fernando. “Falsa Arquitectura” in *O Problema da Casa Portuguesa*. Lisboa: Editorial Organizações Lda, 1947. p. 8

10. IDEM. “Para uma Arquitectura Portuguesa de Hoje” in *O Problema da Casa Portuguesa*. Lisboa: Editorial Organizações Lda, 1947. p. 9

imagem 57. RELVAS. Francisco
“Compartimento do Bairro de Ramalde”
Porto, 2019.



"...sendo a arquitectura a organização dos espaços internos que interessam à vida dos homens, ela só poderá ser correcta na medida em que tais espaços satisfaçam, realmente as necessidades e funções para que foram criadas." ¹¹ "Abrem-se perante nós (...) campos férteis de possibilidades, pois tudo há que refazer começando pelo princípio..." ¹²

Távora encontrou uma maneira de rentabilizar eficientemente a área interna que se veio a reduzir convenientemente a um mínimo necessário com uma série de mecanismos arquitectónicos relativamente genéricos a combinarem criteriosamente os dois momentos domésticos numa tentativa de tirarem o maior proveito dos compartimentos sem a necessidade de encontrarem um enorme número de mecanismos acessórios.

Determinou uma série de mecanismos arquitectónicos a permitirem aos moradores continuarem a solucionar os seus maiores compromissos domésticos sem nunca sentirem o condicionamento de como as suas áreas reduziram. Manteria uma sala altamente elástica a estender os seus interiores a uma varanda relativamente pronunciada com inúmeras oportunidades de encontro que os moradores viriam a construir com uma série de mobiliário à medida que se acomodariam e, contrariamente, manteria uma cozinha criteriosamente mantida em torno de uma conduta infraestrutural inteiramente interessado em solucionarem as necessidades mais técnicas com uma série de mobiliário ou instrumentos estáticos. Determinou uma maneira de os moradores solucionarem os compromissos domésticos a redimir inteiramente a maneira como as áreas se reduziram sem transtornar o funcionamento doméstico.

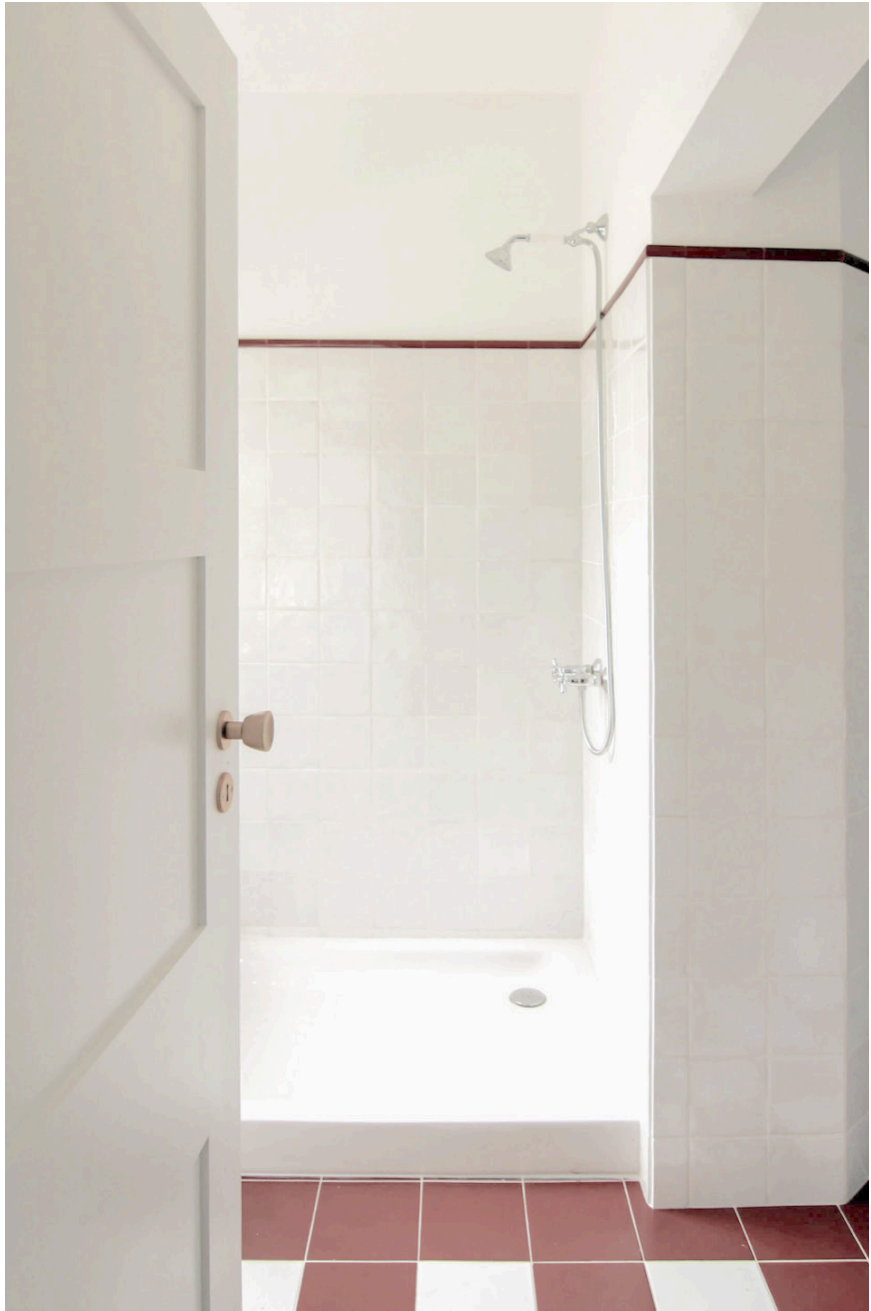
"A casa (...) fornecer-nos-á grandes lições quando devidamente estudada, pois ela é a mais funcional e a menos fantasiosa, numa palavra, é aquela que está mais de acordo com as novas intenções." ¹³

11. TÁVORA, Fernando. *Da Organização do Espaço*. Porto: Faup Publicações, 1996. p. 56

12. IDEM. "Para uma Arquitectura Portuguesa de Hoje" in *O Problema da Casa Portuguesa*. Lisboa: Editorial Organizações Lda, 1947. p. 9

13. IDEM. *Da Organização do Espaço*. Porto: Faup Publicações, 1996. p. 56

imagem 58. COELHO, Pedro. "Planta de um T3 do Bairro de Ramalde à escala 1:100" Porto, 2020.



Num momento em que a maneira como os compartimentos se ordenaram vieram a minimizar as áreas interiores ao estritamente necessário a um bom funcionamento doméstico, os mecanismos arquitectónicos sentenciaram uma série de consequências interiores a terminarem necessariamente com a existência de compartimentos a intermediarem criteriosamente a maneira como os maiores compartimentos se associam entre si ou a moverem a incumbência maioritariamente para um compartimento diurno como a sala. Determinou que seria um elemento inerte no momento de entrada a intermediar a maneira como os compartimentos diurnos se relacionam entre si ou a redirecionar o movimento a atravessar os dois momentos interiores.

Távora encontrou uma "...modernidade (...) que ama a velocidade, a facilidade, a sinceridade, que rejeita o excesso de forma ou a forma como excesso, para aderir às silenciosas virtudes da matéria..."¹⁴ circunscrita em compartimentos interiores minimizados ao estritamente necessário com uma técnica extraordinariamente inovadora. Encontrou uma enorme coerência de programa a rentabilizar criteriosamente as áreas domésticas e a aumentar inteiramente a eficiência no cumprimento dos maiores compromissos domésticos como uma maneira de atenuarem convenientemente as naturais ausências que viriam a arruinarem necessariamente a economia doméstica.

"[Seria uma circunstância doméstica] (...) em que uma maioria de indivíduos iria ser compelida a morar em condições cada vez mais precárias em edifícios construídos com o propósito único de permitir ao reduzido número dos seus proprietários viver das rendas que os outros pagavam. E é sob a égide da renda (...) ou do lucro que vai então ser alojada a população..."¹⁵

14. TÁVORA, Fernando. "Unidade Residencial de Ramalde, Porto" in *Fernando Távora. Percurso*. Lisboa: Centro Cultural de Belém, 1993. p. 63

15. AMARAL, Fransico Keil. "O Problema da Habitação Portuguesa" in *Cadernos Azuis. Problemas Contemporâneos*. Porto: Livraria Latina Editora, 1945. p. 29

imagem 59. RELVAS. Francisco. "Quarto de Banho do Bairro de Ramalde". Porto, 2019.



estética

um esclarecimento de leitura imediata

"...a escolha da solução técnica óptima para cada caso põem-se com delicadeza e é necessário encontrar soluções que correspondam às tantas realidades (...) sem cair em primarismos de soluções (...) de moda que (...) podem acarretar, para além de outros inconvenientes, enormes desperdícios de ordem económica." ¹⁶

Num momento em que se encontrou uma maneira contemporânea de construir a resumir inúmeras técnicas constructivas num único esquema relativamente anónimo haveria necessariamente que encontrar uma identidade arquitectónica a seleccionar criteriosamente "...no passado (...) as lições para a solução do seu problema, (...) armada de uma [verdadeira] interpretação (...) para resolver questões bem presentes e bem vivas..." ¹⁷ inteiramente consentâneas com uma modernidade ainda por entender.

Távora encontrou "...na arquitectura contemporânea (...) [uma maneira de estimular continuamente] um carácter das condições novas e, porque essas condições afectam também [os moradores,] é nela que devem entroncar-se a arquitectura portuguesa sem receio de que se perca o seu carácter..." ¹⁸ Manteve maioritariamente uma vontade de reduzir os acontecimentos arquitectónicos a uma estética relativamente abstracta em que associa os materiais estruturais do momento (o betão armado que se assume nas varandas) a materiais de acabamento tradicionais (a madeira que se assumem nas caixilharias ou a pedra que se assume no embasamento) num volume rebocado a branco como um meio para tornar o que anteriormente "...estava solidamente escrito nessa quantidade de matéria (...) [numa] pura informação..." ¹⁹ de leitura imediata a conter criteriosamente os eventuais custos do empreendimento.

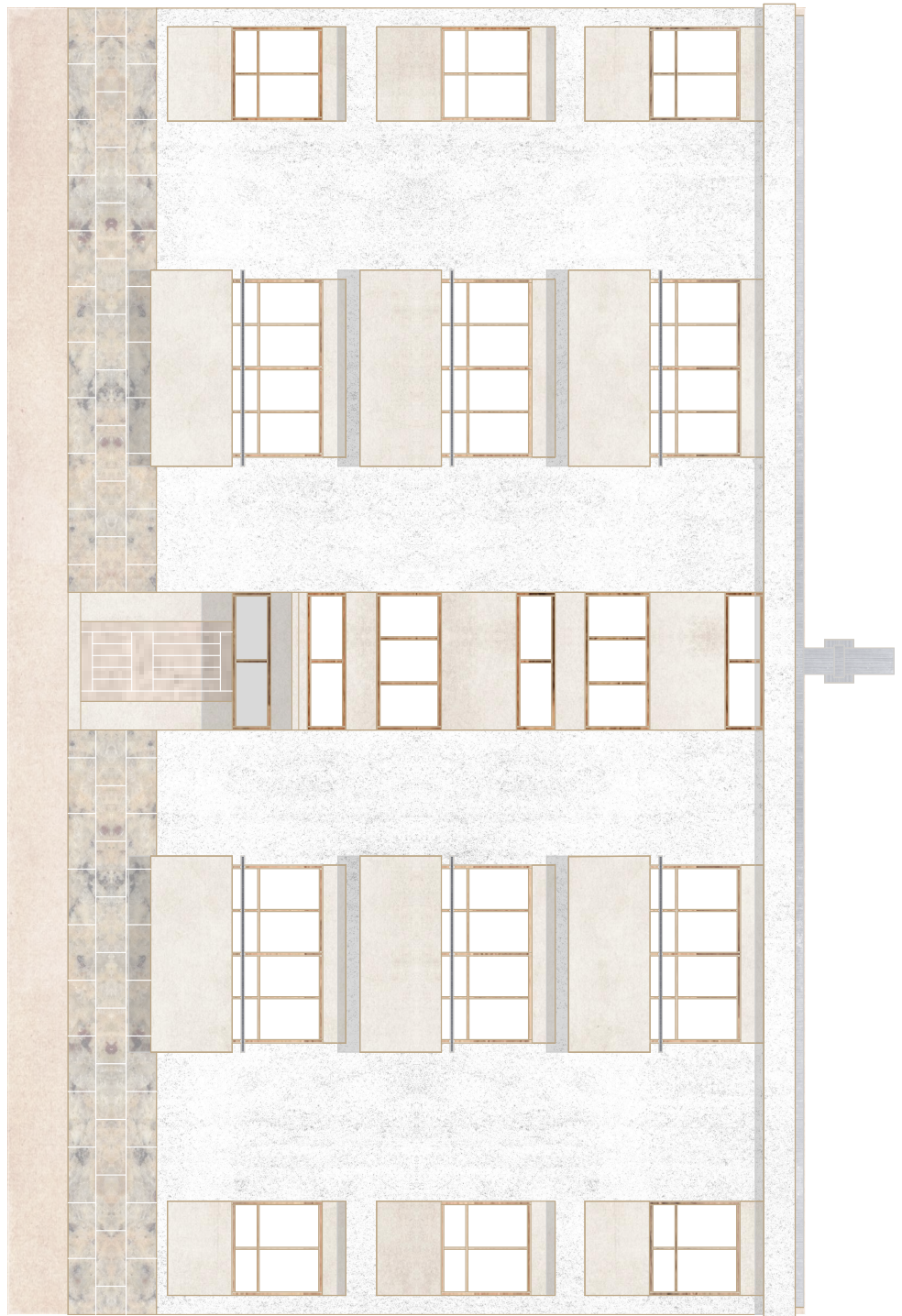
16. TÁVORA, Fernando. *Da Organização do Espaço*. Porto: FAUP Publicações, 1996. pp. 55-56

17. IDEM. "Arquitectura e Arqueologia" in *O Problema da Casa Portuguesa*. Lisboa: Editorial Organizações Lda, 1947. p.5

18. IDEM. "Para uma Arquitectura Portuguesa de Hoje" in *O Problema da Casa Portuguesa*. Lisboa: Editorial Organizações Lda, 1947. p. 12

19. ESPUELAS, Fernando. "Anorexia" in *Madre Materia*. Madrid: Lampreave Associados, 2009. p. 129

imagem 60. LOURO, Jorge. "Retalho do alçado noroeste do Bairro do Ramalde". Porto, 2019



“Conhecida a importância da relação técnica e economia de construção, causa espanto o à-vontade com que se decide por esta ou aquela técnica, por este ou aquele material, sem um estudo aprofundado das suas vantagens e dos seus inconvenientes, à-vontade que acarreta (...) despesas e outros inconvenientes que se podiam evitar.”²⁰

20. TÁVORA, Fernando. *Da Organização do Espaço*. Porto: FAUP Publicações, 1996. p.55-56

21. IDEM. “Unidade Residencial de Ramalde, Porto” in *Fernando Távora. Percurso*. Lisboa: Centro Cultural de Belém, 1993. p. 63

Determinou uma norma relativamente esclarecedora a ordenar uma estética economicamente eficiente em que combina um enorme número de aberturas em guilhotina a moverem no sentido das reentrâncias volumétricas como uma maneira de marcarem a verticalidade de um volume que se construiu maioritariamente em altura com um menor número de aberturas de correr a moverem nas suas laterais como uma maneira de atenuarem suavemente num desenvolvimento estético criteriosamente delineado.

Távora encontrou uma maneira de relacionar as aberturas a traduzirem os compartimentos interiores, numa fachada a poente com uma enorme abertura ao centro a servir eficientemente os compartimentos mais técnicos de maneira a soltar as suas laterais para as aberturas menores a servirem os quartos, e numa fachada a nascente a alternar as aberturas a servirem os compartimentos da sala e dos outros quartos de maneira a concentrarem as aberturas menores a iluminarem os acessos verticais excepcionalmente a meio piso. Montou criteriosamente um esquema de aberturas a tirar o maior proveito da maneira como volume se orientou como uma consequência directa do posicionamento que os volumes assumiram.

“O equipamento era bastante desenvolvido (...) o que agravou um condenável geometrismo condicionado pelo volume dos edifícios previamente projectados e dos quais se introduziram apenas algumas alterações (...) [que não comprometeram] o conceito simplificador [do seu] tratamento...”²¹

imagem 61. COELHO, Pedro. “Alçado noroeste de uma unidade do Bairro do Ramalde à escala 1:100”. Porto, 2020



Num momento em que encontrou uma norma a ordenar criteriosamente a maneira como o volume se mostraria com o "...objetivo [de diluir a matéria] (...) até chegar a um aparente silêncio (...) à eliminação da complexidade, da densidade como valor, que se opõem à procura de qualquer estabilidade formal..."²² também construiu um número de desvios volumétricos relativamente contidos a serem salientados cromaticamente. Salientaram reentrâncias a acomodarem o movimento das aberturas em guilhotina ou saliências em varandas a estenderem consecutivamente os compartimentos interiores e em palas a estenderem um patamar interior dos acessos verticais a meia altura de uma maneira relativamente pronunciada.

Távora encontrou maioritariamente um número de mecanismos estéticos relativamente básicos a sentenciarem um "...processo de aligeiramento não só de ordem física, mas também relativo à vontade de reduzir drasticamente os acontecimentos de arquitectura..."²³ a uma estética a traduzir unicamente os interiores domésticos num estrato mais aparente sem nunca se submeterem a pormenores mais ou menos curiosos. Delineou uma estética de leitura imediata a combinar um número de materiais contemporâneos e tradicionais num volume altamente abstracto sem nunca arruinar economicamente os custos de um empreendimento com uma identidade arquitectónica inteiramente consentânea com uma modernidade por entender.

"...assistiram ao desaparecimento de formas velhas e consagradas sem que contra ele pudessem reagir com movimentos que viessem, senão resolver, pelo menos diminuir a crise que avassaladoramente alastrava..."²⁴ [em que] "...o emprego sem nexos e sem lógica de algumas formas dessa mesma arquitectura [se consideravam] a terapêutica aplicada para curar o mal."²⁵

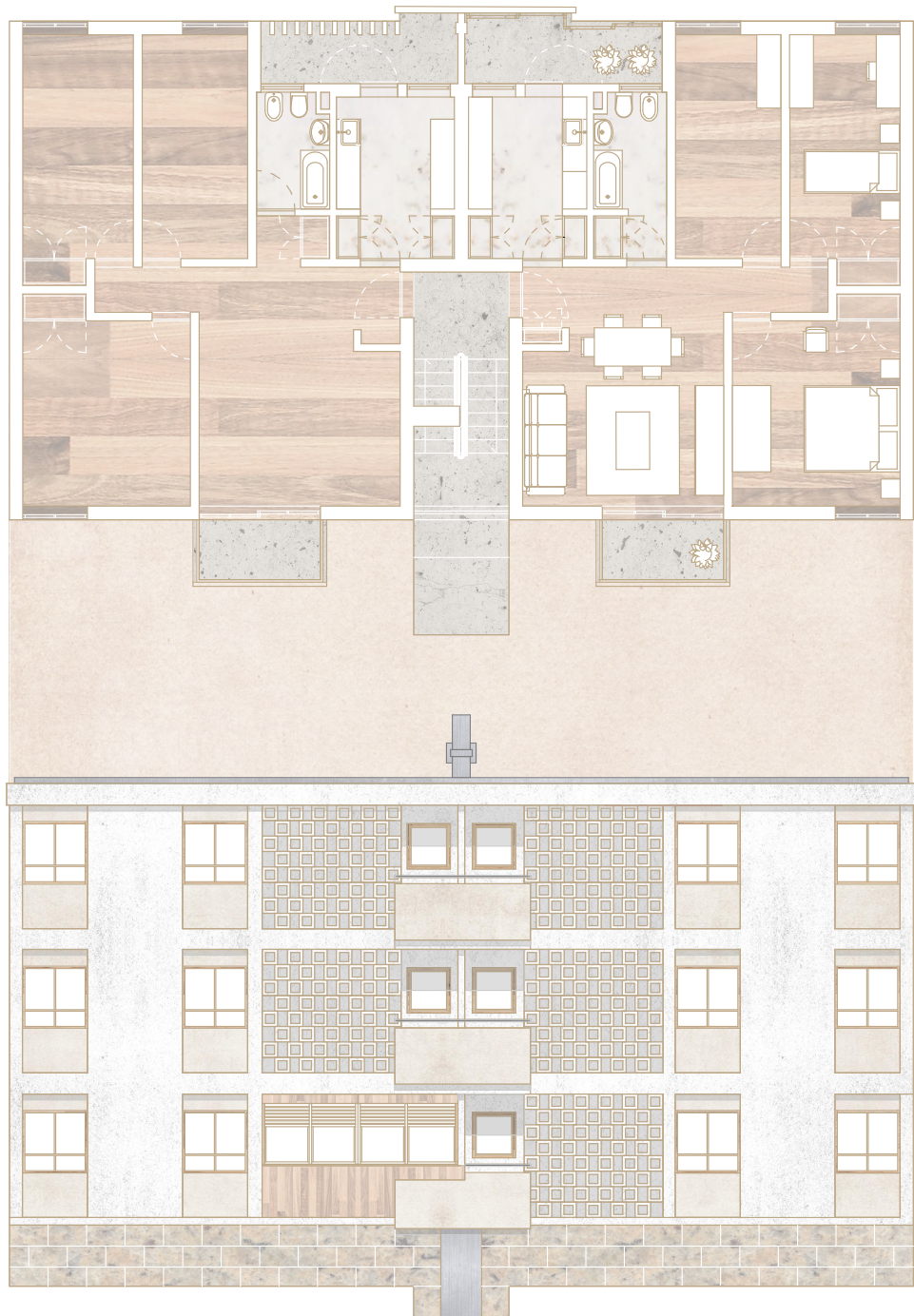
22. ESPUELAS, Fernando. "Anorexia" in *Madre Materia*. Madrid: Lampreave Associados, 2009. p. 129

23. TÁVORA, Fernando. "Falsa Arquitectura" in *O Problema da Casa Portuguesa*. Lisboa: Editorial Organizações Lda, 1947. p. 5

24. IDEM. "Arquitectura e Arqueologia" in *O Problema da Casa Portuguesa*. Lisboa: Editorial Organizações Lda, 1947. p. 5

25. IBIDEM. p. 18

imagem 62. LOURO, Jorge. "Retalho do alçado sudeste do Bairro do Ramalde". Porto, 2019



costumes

uma revisão aos instrumentos domésticos

"Uma arquitectura tem qualquer coisa de cada um porque ela representa todos e estará (...) viva na medida em que cada um se possa rever nela como um espelho denunciador das suas qualidades e defeitos." ²⁶

É importante entendermos que os moradores do Bairro de Ramalde vieram a alterar sucessivamente as suas casas como "... homens de hoje [que] não são iguais aos de ontem nem os meios de que eles se servem para se deslocar ou viver, como diferentes são ainda as suas ideias sociais, políticas ou económicas." ²⁷ Mostraram continuamente uma relutância em consentir uma nova circunstância que veio reanimar a vontade de ampliarem compartimentos relativamente diminutos com o encerramento na varanda ou lavandaria a servirem convenientemente compromissos domésticos mais técnicos ou converterem a maneira como os compartimentos se relacionam numa maior amplitude com o desaparecimento das antecâmaras a servirem como intermediárias a compartimentos com um acesso directo para a sala-de-estar. É importante entendermos que adaptarem as suas anteriores experiências a um novo ambiente com um costume de acumularem uma série de instrumentos domésticos numa "...instalação (...) no provisório, não mais desesperada nem estoicamente silenciosa, mas estratégica..." ²⁸ a renovarem continuamente o carácter dos compartimentos numa tentativa de evitarem o sofrimento de não verem os seus maiores compromissos domésticos a serem imediatamente solucionados num sistema altamente eficiente.

"Ora o capitalismo industrial (...) devia necessariamente, com mais forte razão do que qualquer outro movimento, chegar também até nós... Chegar, modificar as relações económicas, acelerar o ritmo de vida (...) e criar depois às massas assalariadas problemas (...) em matéria de habitações." ²⁹

26. TÁVORA, Fernando. "Para uma Arquitectura Portuguesa de Hoje" in *O Problema da Casa Portuguesa*. Lisboa: Editorial Organizações Lda, 1947. p. 10

27. IBIDEM

28. ESPUELAS, Fernando. "Anorexia" in *Madre Materia*. Madrid: Lampreave Asociados, 2009. p. 129

29. AMARAL, Fransico Keil. "O Problema da Habitação Portuguesa" in *Cadernos Azuis. Problemas Contemporâneos*. Porto: Livraria Latina Editora, 1945. p. 28

imagem 63. COELHO, Pedro. "Mapa de alterações numa planta T3 e no alçado sudeste do Bairro do Ramalde". Porto, 2020



32

bairro das antas

"[No momento em que nascia](...) uma tipologia urbana que se desenvolve (...) em locais marginalizados não só aos arruamentos principais mas também nos interiores das ruas secundárias que se abrem para lhe dar acesso (...) [nasceu também] a mesma marginalização das populações, o mesmo desenraizamento social e os mesmos factores económicos." ³⁰ "...num interior preenchido em pente com longas fiadas de habitação operária pobre e carente das mais elementares condições de habitabilidade: as ilhas." ³¹



circunstância

um seccionamento altamente democrático

"...coerentemente com os princípios enunciados [a ideia para as Antas] será pautada por um respeito que nos merece essa comunidade com todos os seus valores e marcada pela própria vontade da população na conservação da sua unidade."³²

Num momento em que o Serviço Ambulatório de Apoio Local criou a Direcção Regional de Habitação do Norte com um número de brigadas maioritariamente interessada em solucionar as maiores carências domésticas, os técnicos animaram continuamente as consciências de um enorme número de moradores insatisfeitos com as anteriores iniciativas autárquicas que os continuavam a enviar para as zonas mais remotas da cidades com momentos de conversa no Conselho Revolucionário de Moradores do Porto a analisarem democraticamente as maneiras mais convenientes de solucionarem as suas maiores carências domésticas.

Determinaram, na sequência das conversas, o nascimento de uma Associação de Moradores das Antas reivindicar um empreendimento de oitenta casas a "...abrir as zonas [mais marginalizadas] à cidade, preservando tanto quanto possível a sua unidade social e urbana; a reservar os espaços para os equipamentos definidos pela dinâmica própria dos habitantes de que existiam exemplos [e] a intervir no domínio da habitação segundo um processo evolutivo da unidade base existente..."

³³ a que, em Maio de 1975, a Direcção Regional de Habitação do Norte atendeu com a nomeação de uma brigada relativamente consciente da circunstância em que iam construir convenientemente liderada por Pedro Ramalho. "As alterações do poder municipal que aproximaram o SAAL às organizações de moradores da Câmara Municipal [e] levaram a que (...) se institucionalizasse a estratégia (...) [, ambicionando] a possibilidade de (...) [municipalizar] uma quantia muito assustadora de solo urbano..."³⁴ determinaram que se construíssem unicamente trinta e duas casas sem nunca solucionarem inteiramente as maiores carências.

30. RAMALHO, Pedro. "As Experiências Realizadas. Formação, ainda. SAAL. Zona das Antas" in *Itinerário*. Porto: Serviço Editorial da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1980. p. 54

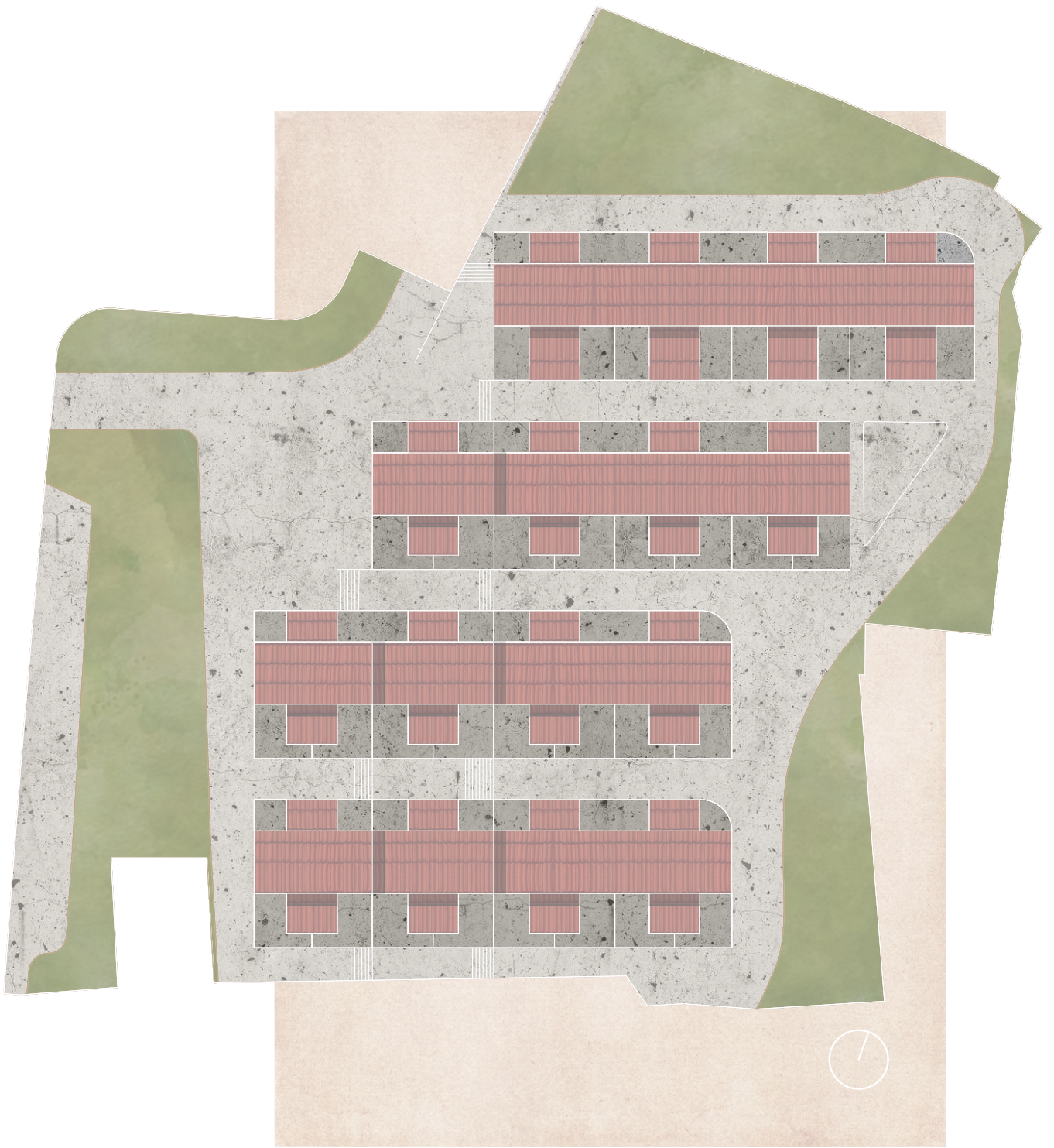
31. BANDEIRINHA, José António. "SAAL 1974: Por uma Arquitectura" in *O Processo SAAL: Arquitectura e Participação*. Porto: Fundação de Serralves, 2014. p. 60

32. RAMALHO, Pedro. "As Experiências Realizadas. Formação, ainda. SAAL. Zona das Antas" in *Itinerário*. Porto: Serviço Editorial da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1980. p. 54

33. BANDEIRINHA, José António. "SAAL 1974: Por uma Arquitectura" in *O Processo SAAL: Arquitectura e Participação*. Porto: Fundação de Serralves, 2014. p. 60

34. IBIDEM. p. 49

imagem 65. CEPEDA, André. "Conjunto de Unidades do Bairro das Antas". Porto, 2014



“Falo muitas vezes do contexto (...) porque o arquitecto projecta sempre num ambiente (...) quase sempre transformado pelo homem. Falo muito vezes nos homens porque encontramos sempre a marca da sua passagem e da sua presença e é para o homem que projectamos.”³⁵

Encontrou uma maneira de tornar o Bairro das Antas na consequência mais notória de uma criteriosa análise às maiores características da circunstância em que iria construir as trinta e duas casas com um esquema relativamente inventivo a evocar “... as características específicas do rigor do contexto em que se constrói (...) [de maneira a se] estenderem, num carácter unitário da obra arquitectónica, a todo o conjunto resultante de uma intervenção urbana...”³⁶ a beneficiar necessariamente um maior número de moradores.

Ramalho invocou criteriosamente uma série de elementos arquitectónicos relativamente universais para montar sistematicamente um volume relativamente linear a associar um número de casas idênticas consecutivamente umas às outras com um número de andares a variarem necessariamente consoante a sua frente. Encontrou maioritariamente uma maneira de construir um maior número de casas em bandas volumétricas relativamente curtas que se mantiveram paralelas umas às outras com um pátio a intermediar o acesso a um mesmo número de corredores internos a reconstruírem exactamente o mesmo ambiente que os moradores encontraram nas anteriores ilhas proletárias.

“Os homens que nos precederam construíram o seu habitat e a tendência, mais ou menos, generalizada, de considerar só as obras ditas maiores como marca da sua cultura é um erro grave (...). Tão importante como as obras representativas de um determinado período são as [pequenas] marcas que os homens construíram...”³⁷

35. RAMALHO, Pedro. “As Experiências Realizadas. Formação, ainda. SAAL. Zona das Antas” in *Itinerário*. Porto: Serviço Editorial da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1980. p. 53

36. IDEM. “A Prática. 2º Período de Formação” in *Itinerário*. Porto: Serviço Editorial da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1980. pp. 26- 27

37. IDEM “As Experiências Realizadas. Formação, ainda. SAAL. Zona das Antas” in *Itinerário*. Porto: Serviço Editorial da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1980. p. 53

imagem 66. COELHO, Pedro. “Planta de implantação do Bairro das Antas à escala 1:500” Porto, 2020.



Num momento em que encontrou uma maneira de reconstruir um ambiente a que os moradores se acostumaram com as suas anteriores experiências domésticas também encontraram a "...expressiva materialização de uma ideia, que simula subtilmente o carácter aberto da apropriação nas estruturas auto-construídas, mas que simultaneamente se agrega numa lógica unitária de bairro..." ³⁸ num conveniente esquema de meios pisos a moldar cuidadosamente os volumes à cota das várias entradas.

Ramalho analisou maioritariamente uma série de condicionamentos que vieram a tornar a ilha proletária numa circunstância oportuna a servir continuamente as maiores necessidades domésticas como uma referência para construir uma volumetria "...segundo as suas próprias necessidades e de acordo com o seu meio cultural [em que] os resultados são bem diferentes daqueles que resultam da imposição de alojamento por outros homens..." ³⁹ Ensaiou uma volumetria relativamente heterogénea em que se anexaram uma série de volumes, a norte como compartimentos nocturnos a se assumirem à medida que se veio a tornar necessário construir mais um quarto ou a sul com os compartimentos de armazenamento anexos à cozinha a assumirem várias formas consoante o seu posicionamento no território, consoante as maiores necessidades dos moradores que iam alterando consecutivamente à medida que os moradores construía os seus costumes numa nova circunstância.

" A obra deverá continuar o diálogo permanente à evolução lenta das comunidades. (...) Por isso e para a abordagem de cada problema deverão ser compreendidas e integradas as pré-existências de tal forma que a intervenção resulte como uma nova unidade arquitectónica." ⁴⁰

38. BANDEIRINHA, José António. "SAAL 74: Por uma Arquitectura" in *O Processo SAAL: Arquitectura e Participação*. Porto: Fundação de Serralves, 2014. p. 61

39. IDEM. "As Experiências Realizadas. Formação, ainda. SAAL. Zona das Antas" in *Itinerário*. Porto: Serviço Editorial da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1980. p. 53

40. RAMALHO, Pedro. "A Prática. 2º Período de Formação" in *Itinerário*. Porto: Serviço Editorial da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1980. pp. 26- 27

imagem 67. LOURO, Jorge. "Unidade do Bairro das Antas". Porto, 2019.



ordem

um aprimoramento da maleabilidade interior

“O homem, ao construir o seu próprio habitat nunca o faz fora dos condicionamentos sociais e económicos (...). Mas quando constrói segundo as suas próprias necessidades e de acordo com o seu meio cultural, os resultados são bem diferentes daqueles que resultam da imposição de alojamentos por outros homens...”⁴¹

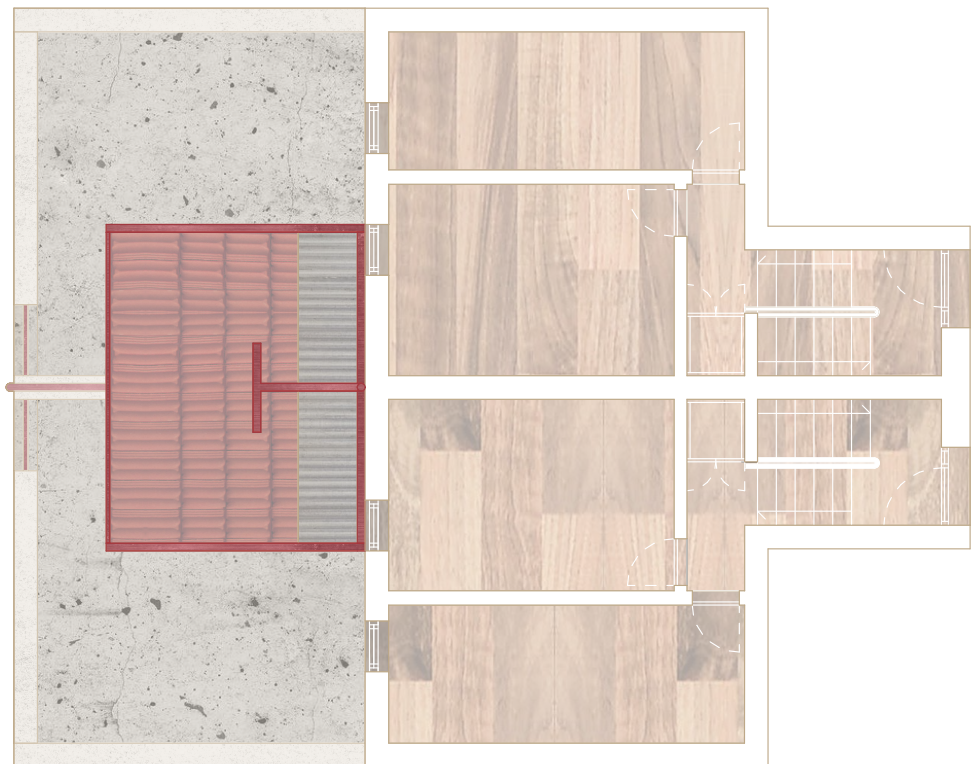
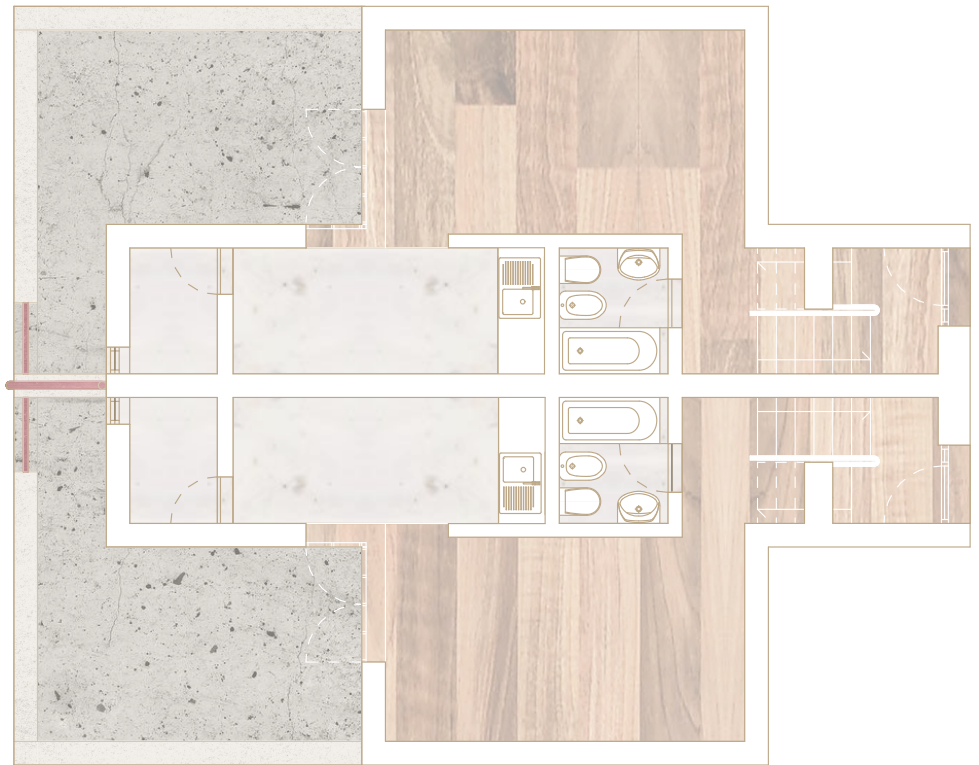
Num momento em que mantiveram o interesse em reconstruir o ambiente da ilha proletária em que os moradores viveram anteriormente no empreendimento que estavam a construir, os técnicos determinaram uma unidade mínima de dois quartos a servir convenientemente como módulo a um volume relativamente linear que continuou a atribuir sistemática e democraticamente uma mesma casa aos moradores independentemente da sua circunstância económica ou familiar.

Ramalho encontrou uma maneira de contornar as naturais conseqüências de uma redução das áreas interiores com o relacionamento dos compartimentos interiores em dois momentos criteriosamente intermediados a meio piso por uma entrada secundária, nomeadamente, um momento a alienar os compartimentos nocturnos no primeiro andar numa tentativa de rentabilizar a área de terreno e um momento a concentrar os compartimentos diurnos no rés-do-chão numa área comum maior a estender as suas actividades a um pátio a intermediar o acesso ao corredores internos. Montou uma circunstância economicamente eficiente a rentabilizar a área de “...uma casa (...) [que] tem de ser receptiva a transformações, à partida, imprevisíveis [e manter continuamente em aberto uma oportunidade de se encontrarem vários esquemas interiores a compensarem a maneira como as áreas reduziram.] Por essa razão, não é somente na actitude projectual que se pode encarar este problema [,mas sim,] numa actitude interior [que acredita] que a obra arquitectónica terá a sua vida própria ligada à evolução da sociedade...”⁴²

41. RAMALHO, Pedro. “As Experiências Realizadas. Formação, ainda. SAAL. Zona das Antas” in *Itinerário*. Porto: Serviço Editorial da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1980. p. 53

42. RAMALHO, Pedro. “A Prática. 2º Período de Formação” in *Itinerário*. Porto: Serviço Editorial da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1980. pp. 29-30

imagem 68. CEPEDA, André. “Pátio do Bairro das Antas”. Porto, 2014.



"Temos de reconhecer que os programas de habitação evoluem com os hábitos e a aceleração destes é cada vez maior. (...) Por esta razão há que pensar em soluções evolutivas, não só no sentido corrente do crescimento, mas principalmente na evolução da qualidade de vida." ⁴³

Ramalho encontrou uma maneira de promover um "...vazio radical (...) [a sugerir] a possibilidade de qualquer arranjo espacial [com] (...) uma abstração que (...) aponta para uma forma de vida além do domínio do espaço doméstico..." ⁴⁴ com compartimentos a servirem os maiores compromissos domésticos, à medida que, os moradores se iam acomodando numa circunstância eminentemente vazia com a enorme incumbência de construírem autonomamente os seus ambientes domésticos.

Teria necessariamente que relacionar os momentos domésticos numa "...instalação (...) no provisório, não mais desesperada nem estoicamente silenciosa, mas estratégica..." ⁴⁵ a renovar continuamente o carácter dos compartimentos interiores mas também teriam de manter necessariamente os compartimentos técnicos a cumprirem criteriosamente os maiores compromisso domésticos num alinhamento infraestrutural rematado consecutivamente com um compartimento anexo à cozinha. Determinou unicamente uma série de parâmetros arquitectónicos de flexibilidade e adaptabilidade a construírem uma oportunidade de os moradores construírem os seus esquemas interiores da maneira mais conveniente numa tentativa de compensar a maneira como as áreas interiores se vieram a minimizar ou a comprometer o funcionamento doméstico.

"...quando constrói segundo as suas próprias necessidades e de acordo com o seu meio cultural, os resultados são bem diferentes daqueles que resultam da imposição de alojamento por outros homens..." ⁴⁶

43. RAMALHO, Pedro. "A Prática. 2º Período de Formação" in *Itenerário*. Porto: Serviço Editorial da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1980. pp. 28

44. AURELI, Pior Vittorio. "The Dom-ino Problem: Questioning the Architecture of Domestic Space" in *Log. n.º 30 (Winter 2014)*. New York: Anyone Corporation, 2014. p. 165

45. ESPUELAS, Fernando. "Anorexia" in *Madre Materia*. Madrid: Lampreave Asociados, 2009. p. 129

46. RAMALHO, Pedro. "As Experiências Realizadas. Formação, ainda. SAAL. Zona das Antas" in *Itenerário*. Porto: Serviço Editorial da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1980. p. 53

imagem 69. COELHO, Pedro. "Planta de um T2 do Bairro das Antas à escala 1:100". Porto, 2020.



Num momento em que tornaram a casa numa estrutura a conceder uma oportunidade aos moradores de encontrarem um esquema interior a servir convenientemente as suas maiores necessidades, vieram a sentenciar necessariamente uma "... relativa perda na organização interna das casas [a sugerir] que o processo de definição de papéis funcionais ainda não está concluído (...) [nem que] existe uma definição tipológica específica nos compartimentos domésticos, mas apenas um interesse em distribuir as coisas em diferentes espaços..."⁴⁷ sem que as paredes se tornassem nos promotores fundamentais de um ambiente doméstico a construir os seus compartimentos consoante a maneira como se acomodariam.

Ramalho encontrou uma maneira de construir uma circunstância doméstica em que seriam os moradores a terminarem de construir os compartimentos interiores à sua maneira numa "...instantânea acumulação de trabalhos a realizar associadas ao aparecimento de uma simples linha (...) [que] altera drasticamente a maneira de a apreciar..."⁴⁸ à medida que iam reconstruindo o ambiente de uma ilha proletária em que viveram anteriormente como uma referência. Seria unicamente um ponto de partida necessário para os moradores construírem o ambiente mais conveniente consoante a maneira como interpretam um esquema relativamente inventivo a evocar "...as características específicas do rigor do contexto em que se constrói (...) [de maneira a se] estenderem, num carácter unitário da obra arquitectónica, a todo o conjunto resultante de uma intervenção urbana..."⁴⁹

"As diferentes campanhas de obras e acrescentos (...) conferem [à circunstância doméstica] um carácter de testemunhos vivos, sem destruição tantas vezes, da sua unidade arquitectónica [na medida em que] surgiram como simples ajustamentos à evolução das funções para que foram criados..."⁵⁰

47. RAMALHO, Pedro. "As Experiências Realizadas. Formação, ainda. SAAL. Zona das Antas" in *Itinerário*. Porto: Serviço Editorial da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1980. p. 53

48. ESPUELAS, Fernando. "Trabajo" in *Madre Materia*. Madrid: Lampreave Asociados, 2009. pp. 169-170

49. RAMALHO, Pedro. "A Prática. 2º Período de Formação" in *Itinerário*. Porto: Serviço Editorial da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1980. pp. 26 e 27

50. IBIDEM. pp. 28

imagem 70. CEPEDA, André. "Pátio do Bairro das Antas". Porto, 2020.



estética

um emaranhamento altamente heterogéneo

"...a timidez com que os arquitectos (...) aplicaram as modernas técnicas constructivas (...) não tirou partido plástico dessas técnicas e limitaram-se a utilizá-las nas estruturas reticuladas independentes, a maior parte das vezes como processo de economia construtiva." ⁵¹

Num momento em que se interessaram em encontrar uma identidade arquitectónica "...que deverá estar de acordo com as posições dos futuros utentes [e] equacionar os problemas em discussão sem os viciar (...) num diálogo mutuamente aberto [de onde] resultariam as soluções adequadas às questões em causa..." ⁵² seleccionaram uma maneira de construir contemporânea relativamente sistemática a renovar criteriosamente o ambiente como uma das anteriores ilhas proletárias sem comprometer economicamente o empreendimento.

Ramalho entendeu que "...não se trata de defender um tradicionalismo arquitectónico e muito menos de reconstruir segundo os modelos existentes, mas sim de compreender as heranças do passado, sejam remotas ou de ontem, e revalorizá-las..." ⁵³ e ensaiou uma estética relativamente heterogénea a combinar harmoniosamente os materiais estruturais do momento (os blocos de cimento a preencherem os vãos estruturais) a outros materiais de acabamento inteiramente tradicionais (a chapa ondulada a revestir o primeiro andar voltado a sul ou telhas em alvenaria a servirem as coberturas) a contaminar continuamente o volume linear à medida que os moradores se iam acomodando. Construiu uma estética em que os moradores se continuariam a rever necessariamente exactamente por continuar a encontrar "...no passado (...) as lições para a solução do seu problema (...) armada de uma [verdadeira] interpretação (...) para resolverem questões bem presentes e bem vivas." ⁵⁴

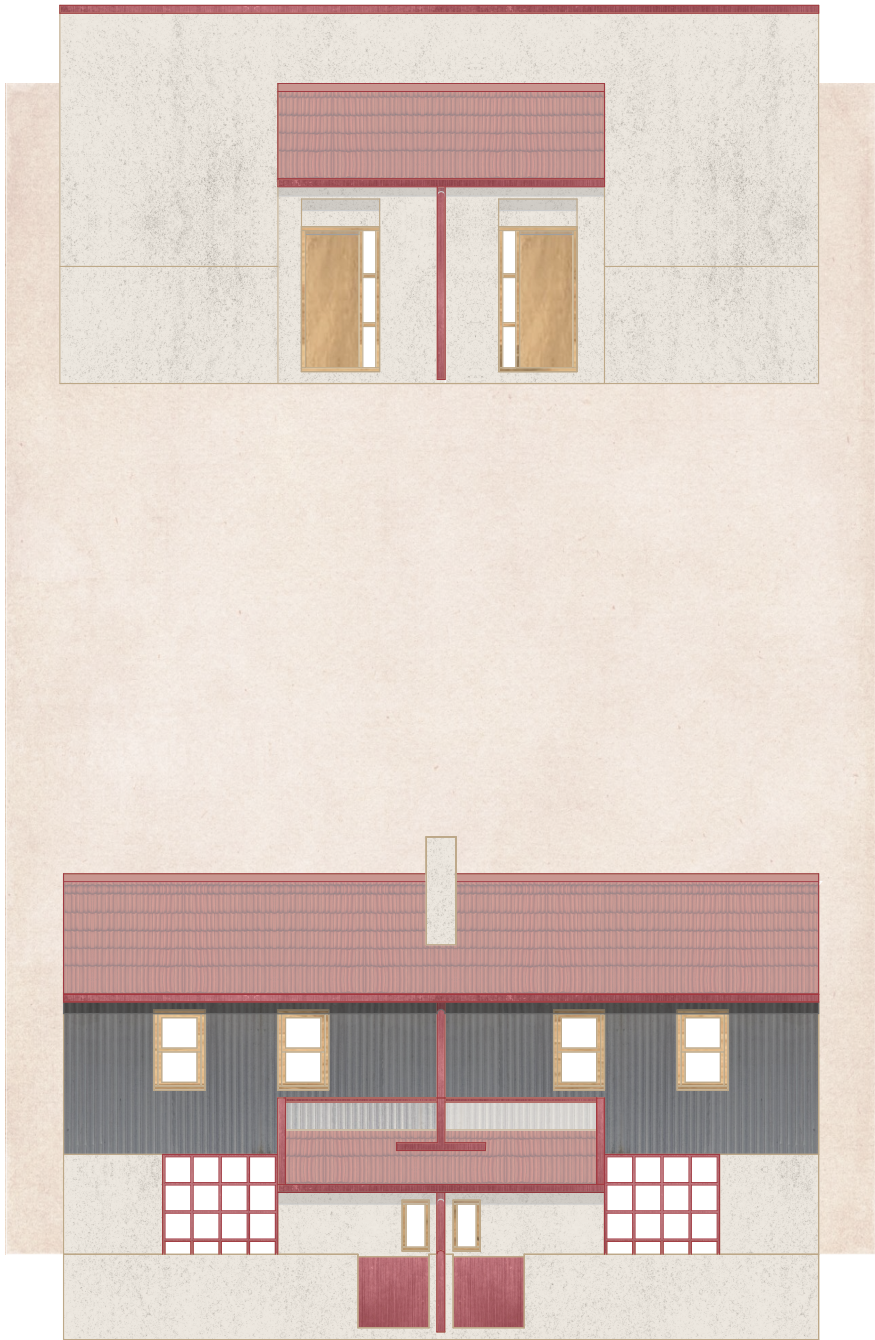
51. RAMALHO, Pedro. "A Prática. 2º Período de Formação" in *Itinerário*. Porto: Serviço Editorial da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1980. p. 30

52. IDEM. "As Experiências Realizadas. Formação, ainda. SAAL. Zona das Antas" in *Itinerário*. Porto: Serviço Editorial da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1980. p. 60

53. IBIDEM. p. 53

54. TÁVORA, Fernando. "Arquitectura e Arqueologia" in *O Problema da Casa Portuguesa*. Lisboa: Editorial Organizações Lda, 1947. p. 5

imagem 71. CEPEDA, André. "Retalho do alçado sul do Bairro das Antas". Porto, 2014.



"...um dos aspectos de aprendizagem que a arquitectura popular aponta, na sua simplicidade, é exactamente este aspecto de rigor constructivo integrado nas soluções. A utilização de materiais na sua pureza implica um domínio técnico (...) [mas] o facto principal da aprendizagem é sem dúvida a lógica e a precisão do sistema constructivo e a sua contribuição na criatividade arquitectónica." ⁵⁵

55. RAMALHO, Pedro. "A Prática. 2º Período de Formação" in *Itinerário*. Porto: Serviço Editorial da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1980. p. 31

56. IBIDEM. p. 30

Encontrou consecutivamente uma maneira de associar um enorme número de materiais com uma norma relativamente esclarecedora em dois momentos inteiramente contrários a marcarem unicamente o que seria o início de uma metamorfose a mudar a aparência do volume à medida que o enorme número de moradores se ia acomodando nas suas casas com uma vontade de as adequarem aos seus maiores interesses.

Ramalho manteve maioritariamente a sul uma série de estreitas aberturas em guilhotina a marcarem continuamente um ritmo no primeiro andar que associou criteriosamente a enormes aberturas de batente a estenderem o rés-do-chão ao pátio exterior com uma maior transparência, enquanto que, manteve a norte uma norma a resumir o número de aberturas unicamente a uma entrada a meio andar que aumentaram aleatoriamente à medida que os moradores sentiram a necessidade de construir um novo compartimento sem nunca comprometerem a sua maior unidade formal.

"[Haveria necessariamente que ser] capaz de repensar as soluções que muitas vezes nos chegam como produtos de tecnologias avançadas e saber reaplicá-las aos nossos condicionamentos económicos e sociais ou saber recusá-las por significarem dependências ou conteúdos económica ou socialmente negativos." ⁵⁶

imagem 72. COELHO, Pedro. "Alçados norte e sul de uma unidade do Bairro das Antas à escala 1:100". Porto, 2020.



Num momento em que construiu uma norma relativamente esclarecedora a ordenar convenientemente a maneira como o volume se mostraria com uma série de “..condicionamentos chamados técnicos [,haveria necessariamente a evitar que os condicionamentos se tornassem em] limitações ao processo criativo [e] pelo contrário a utilização integrada dos seus componentes deveria resultar como um incentivo à imaginação, conduzindo a uma valorização criativa...”⁵⁷ a estimular maiores exuberâncias estéticas que se vieram a construir inadvertidamente com moradores anónimos sem entenderem necessariamente quais seriam os mecanismos arquitectónicos.

Ramalho encontrou uma maneira de os moradores servirem as suas maiores vontades “...com a transformação do seu próprio habitat, adequando-o a novas exigências ou melhorando-o qualitativamente quando os senhorios se desinteressavam da sua conservação dado o rendimento que usufruíam ...”⁵⁸ e uma maneira de os moradores construírem uma identidade arquitectónica heterogénea a encontrar os seus maiores atributos à medida que os moradores se iam acomodando sem que encontrassem “...um total desajustamento entre as propostas da arquitectura doméstica e a forma como estas são utilizadas. As consequências desse desequilíbrio serão tanto maiores quanto mais rígidos forem os projectos e (...) menos compreendidas as maneiras de viver as populações e a sua evolução.”⁵⁹

“O campo das formas e da linguagem arquitectónica é naturalmente sujeito a [condicionamentos], mas se não soubermos interpretá-los criticamente e adaptá-los às nossas próprias realidades físicas e sociais, culturais e técnicas, estamos a entrar, mais uma vez, na gratuitidade das realizações e como consequências, a colaborar na destruição em curso do nosso património arquitectónico.”⁶⁰

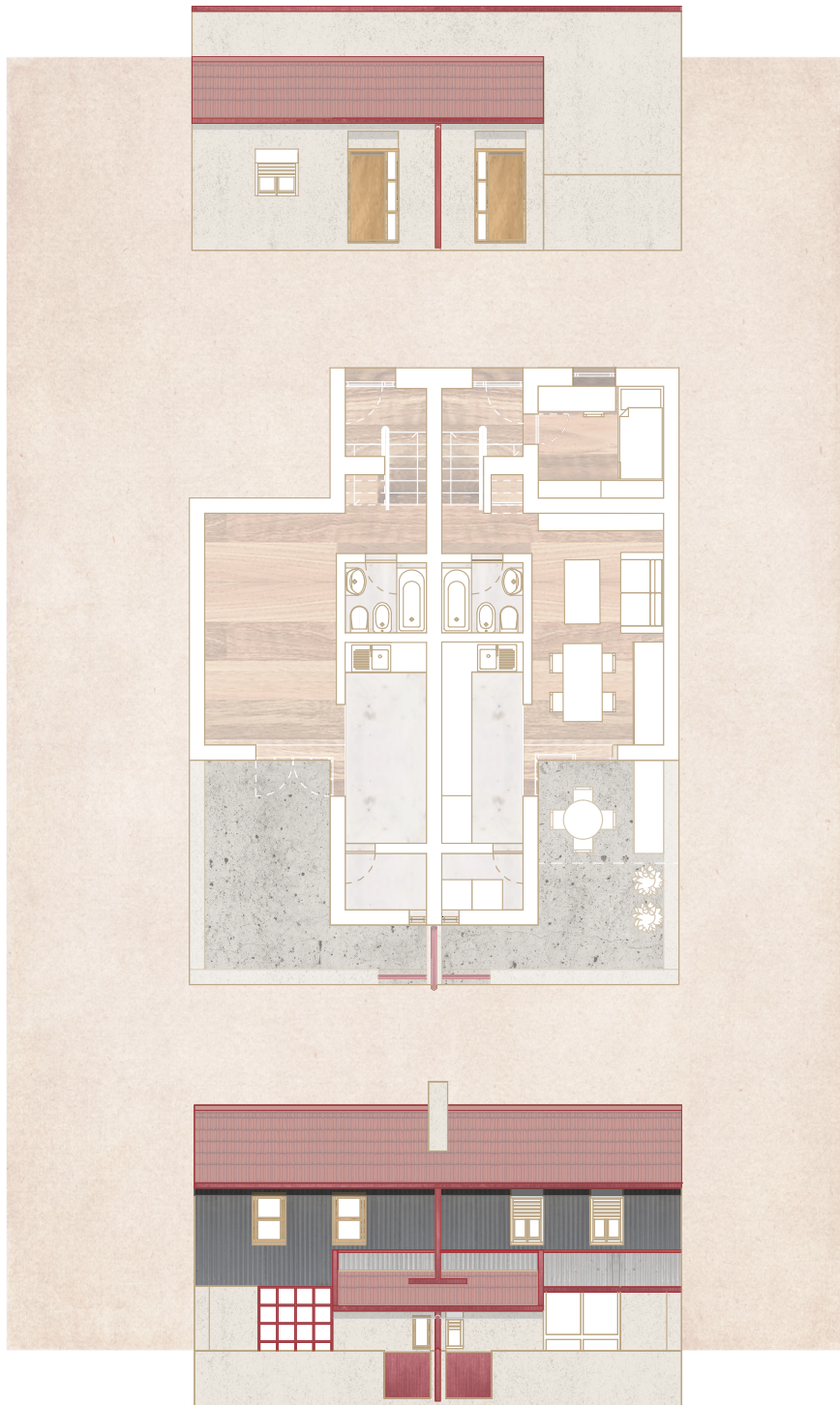
57. RAMALHO, Pedro. “A Prática. 2º Período de Formação” in *Itinerário*. Porto: Serviço Editorial da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1980. p. 31

58. IDEM. “As Experiências Realizadas. Formação, ainda. SAAL. Zona das Antas” in *Itinerário*. Porto: Serviço Editorial da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1980. p. 54

59. BANDEIRINHA, José António. “SAAL 74: Por uma Arquitectura” in *O Processo SAAL: Arquitectura e Participação*. Porto: Fundação de Serralves, 2014. p. 61

60. RAMALHO, Pedro. “A Prática. 2º Período de Formação” in *Itinerário*. Porto: Serviço Editorial da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1980. p. 29

imagem 73. LOURO, Jorge. “Retalho do alçado norte do Bairro das Antas”. Porto, 2019.



costumes

uma metamorfose nos compartimentos interiores

“Temos de reconhecer que [as casas] evoluem com os hábitos e a aceleração destes é cada vez maior (...) [na medida em que, uma casa] correcta de há vinte anos é obsoleta hoje. (...) Por esta razão há que pensar em soluções evolutivas, não só no sentido corrente do crescimento, mas principalmente na evolução da qualidade de vida.”⁶¹

É importante entendermos que os moradores do Bairro das Antas vieram a alterar sucessivamente o interior das suas casas como uma maneira de atenderem a uma necessidade de adaptarem os seus costumes domésticos a uma nova circunstância “...modificada e adaptada (...) logo após a ocupação. O facto, não sendo novo, coloca-se agora com maior premência se considerarmos que tais obras foram sendo realizadas tendo em conta...”⁶² uma relutância dos moradores em aceitarem a circunstância que lhes estava a ser imposta e a construírem um enorme número de acrescentos a consolidarem sucessivamente uma identidade arquitectónica relativamente harmoniosa. Determinaram consecutivamente uma série de coberturas metálicas a marcarem a maneira como os compartimentos diurnos se estendem até ao pátio e construíram ocasionalmente um número de compartimentos nocturnos exactamente a meio piso à medida que ia aumentando o número de moradores em “...diferentes campanhas de obras e acrescentos (...) conferem [à casa] um carácter de testemunhos vivos, sem destruição tantas vezes, da sua unidade arquitectónica [na medida em que,] surgem como ajustamentos à evolução das funções para que foram criadas...”⁶³

“Uma casa (...) tem de ser receptiva a transformações que à partida são imprevisíveis. Por essa razão, não é somente na actitude projectual que se pode encarar este problema [mas] deve ser visto (...) como uma atitude interior, acreditando-se que a obra arquitectónica terá a sua vida própria ligada à evolução da sociedade...”⁶⁴

61. RAMALHO, Pedro. “A Prática. 2º Período de Formação” in *Itinerário*. Porto: Serviço Editorial da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1980. p. 31

62. IBIDEM. p. 29

63. IBIDEM. p. 28

64. IBIDEM. pp. 29-30

imagem 74. COELHO, Pedro. “Mapa de alterações numa planta T2 e nos alçados norte e sul do Bairro das Antas”. Porto, 2020.



bairro do falcão

"Vimos quais têm sido, infelizmente, os efeitos da especulação sobre o crescimento e ao que conduziu a iniciativa particular com propósitos lucrativos (...). Deixar entregue a solução de um caso sobremaneira complexo e grave como este à iniciativa particular e esperar que daí possa advir algo de bom (...) só conseguirão resultados aleatórios, pequenas parcelas de uma grande obra que o lucro sacrificará. Porque ou deixam à iniciativa privada uma larga margem de lucro, que virá a sobrecarregar as rendas tornando as casas inacessíveis aos que mais precisam, ou não lha deixam e ela encaminhará as suas actividades para um campo mais lucrativo..."⁶⁵



circunstância

um aumento insensato de densidade

"[Encontraram] (...) condições especiais de financiamento a conceder aos municípios e suas associações (...) [uma oportunidade] para construir habitações para arrendamento, repartindo assim entre as administrações central e local os encargos de uma responsabilidade que cabe a ambas." ⁶⁵

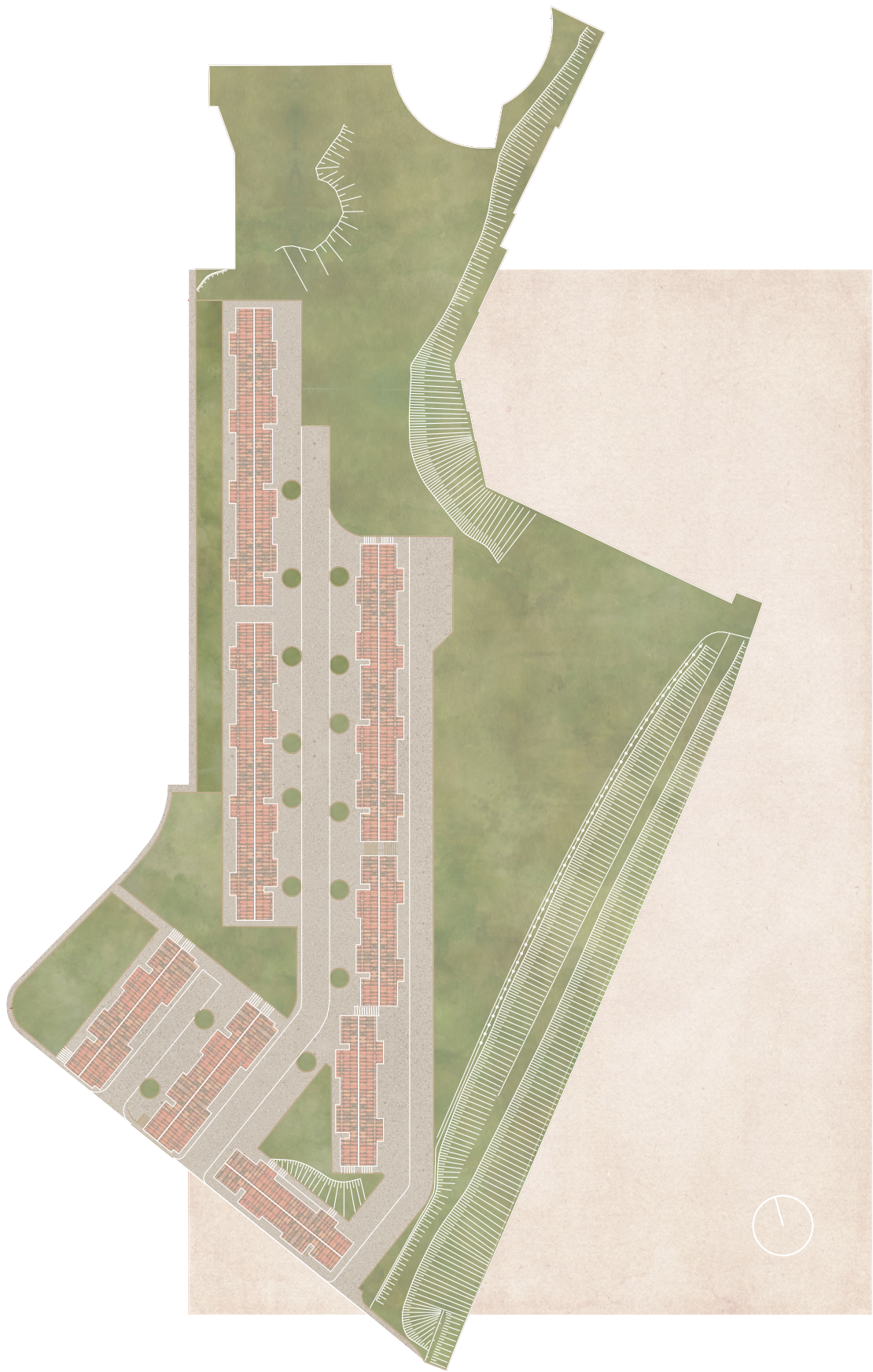
Num momento em que entendeu a importância de reestruturar as zonas com enormes sinais de carência doméstica a se concentrarem na sua área de influência, a Câmara Municipal do Porto construiu uma série de dinâmicas maioritariamente económicas e sociais a realojarem um enorme número de moradores a viverem inteiramente à margem de uma comunidade sem um mínimo de salubridade. Solicitaram imediatamente uma maneira de instrumentalizar os mecanismos necessários para construir sistematicamente o número de bairros que se vieram a acordar nos acordos gerais de adesão e encomendaram à Secção do Planeamento do Território da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto um levantamento criterioso dos casos com sinais de uma maior carência na sua área de influência.

Encontraram sucessivamente uma maneira de administrarem a atribuição do enorme número de empreendimentos em mãos a um mesmo número de empreiteiros a construir consoante os ensinamentos das Recomendações Técnicas para a Habitação Social como aconteceria, em 1998, com a Sociedade de Construções Soares da Costa a construir o novo Bairro do Falcão na sequência de um anterior bairro do Plano de Melhoramento para a Cidade do Porto e em estreita parceria com a autarquia. "O objectivo seria utilizar a habitação social como um importante instrumento de política urbana e a promoção e qualificação do espaço urbano nas suas diversas vertentes, induzindo um redimensionamento das diversas infraestruturas que compõem o sistema urbano..." ⁶⁶ em zonas altamente deficitárias.

65. AMARAL, Fransico Keil. "O Problema da Habitação Portuguesa" in *Cadernos Azuis. Problemas Contemporâneos*. Porto: Livraria Latina Editora, 1945. p. 34-35

66. MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES. "Edifício" in *Recomendações Técnicas de Habitação Social*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1994. p. 10 na sequência da "Portaria nº580/83 in *Diário da República nº 113 Série I de 17 de maio de 1983*. Lisboa: Assembleia da República Portuguesa, 1983

imagem 76. LOURO, Jorge. "Conjunto de unidades do Bairro do Falcão" Porto, 2019.



"[Haveria que encontrar] (...) a obtenção de economia pela correcta adequação às condições locais e ao melhor aproveitamento dos recursos existentes (...) [com uma] forma de ocupação do solo (...) ou morfologia da massa edificada [que conduzi]se] à economia das infraestruturas e dos serviços urbanos..."⁶⁷

67. MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES. "Edifício" in *Recomendações Técnicas de Habitação Social*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1994. pp. 10-12 na sequência da "Portaria nº580/83 in *Diário da República nº 113 Série I de 17 de maio de 1983*. Lisboa: Assembleia da República Portuguesa, 1983

Estabeleceram necessariamente uma série de normas a sentenciarem os "... índices de densidade de ocupação do solo que compatibilizassem a rentabilidade das soluções urbanísticas (...) com o tradicionalmente praticado no aglomerado ou na zona onde o empreendimento se irá localizar..."⁶⁸ de maneira a que o empreendimento servisse economicamente as metas que acordaram a curto e a médio prazo.

68. IBIDEM. p. 12

69. IBIDEM. p. 11

70. IBIDEM. p. 12

71. IBIDEM. p. 22

A Sociedade de Construções Soares da Costa entendeu que "...a dimensão do empreendimento [se deveria situar necessariamente] dentro de um primeiro escalão de intervenção (...) mais alargado, preferencialmente de iniciativa camarária..."⁶⁹ em continuidade com a circunstância anterior e determinou criteriosamente uma série de bandas lineares com uma volumetria relativamente complexa a traduzir evidentemente a maneira como as casas se associam no seu interior numa tentativa de não aumentar desnecessariamente os custos de um empreendimento unicamente interessado em solucionar eficientemente o realojamento de um enorme número de moradores. "...o recurso a soluções complexas e recortadas (...) deveria ser ponderado, atendendo às suas implicações no custo da construção..."⁷⁰

"Os volumes dos edifícios, a configuração dos espaços comuns e a distribuição dos fogos devem ser estabelecidos tendo em conta, não só a economia das áreas de construção e das soluções estruturais, como também a clareza das soluções formais..."⁷¹

imagem 77. COELHO, Pedro. "Planta de implantação do Bairro do Falcão à escala 1:1500" Porto, 2020.



Num momento em que entenderam que a importância de "...privilegiar (...) tipologias menores [para rentabilizarem as áreas do empreendimento e] admitiram como valores limites para a totalidade do empreendimento..."⁷² um determinado número de casas, montaram criteriosamente um esquerdo-direito relativamente assimétrico a vincular um enorme número de casas notoriamente contraditórias em torno de acessos verticais sem nunca superarem o máximo de andares a incorporar regulamentarmente uma máquina de elevadores.

"As formas de implantação, as suas regras e excepcionalidades e a sua riqueza conceptual resultam (...) de uma enorme diversidade tipológica de edifícios, (...) [na medida em que] a opção pela repetição de um projeto-tipo na construção de um determinado empreendimento resulta (...) até a um limite em que se torna monótona e pobre..."⁷³, mas a verdade é que, a mesma diversidade sentenciou um enorme inconveniente no controlo dos custos do empreendimento ao construir inúmeras versões de uma mesma casa. Construíram um esquerdo-direito com um número de casas necessariamente inconsistentes a manterem um enorme contraste nas suas estruturas interiores ao ponto de tornarem a sua matriz comum inteiramente incompreensível e anexarem inoportunamente uma terceira casa consoante a necessidade do empreendimento manter os números anteriormente estabelecidos com os acordos de adesão num momento em que os recursos eram mínimos.

"A concessão destes financiamentos tem como pressuposto a construção de qualidade, mas a custos controlados apenas inserida dentro de certos parâmetros a nível de áreas por tipologia (...) mas que satisfaz plenamente as necessidades de habitação própria dos seus adquirentes..."⁷⁴

73. MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES. "Edifício" in *Recomendações Técnicas de Habitação Social*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1994. p. 10 na sequência da "Portaria nº580/83 in *Diário da República nº 113 Série I de 17 de maio de 1983*. Lisboa: Assembleia da República Portuguesa, 1983

74. MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES. "Decreto-Lei 162/93" in *Diário da República nº 106. I Série A de 7 de abril de 1993*. Lisboa: Assembleia da República Portuguesa, 1993. p. 2380

imagem 78. LOURO, Jorge. "Unidade do Bairro do Falcão" Porto, 2019.



ordem

uma inconstância na estrutura interior

“O dimensionamento das áreas das habitações e dos espaços comuns deve satisfazer os condicionamentos constantes (...) [de uma determinada dimensão] relativa à área bruta e à área habitável das habitações...”⁷⁵

Num momento em que se veio a encontrar uma maneira de sistematizarem criteriosamente as várias versões de uma mesma casa numa matriz comum com um dimensionamento relativamente genérico a orientar os seus compartimentos, a maioria dos empreiteiros seleccionou uma série de mecanismos arquitectónicos a moldarem convenientemente os compartimentos a essa matriz comum com o intuito de tornarem o empreendimento consentâneo com as normas de custo que se vieram a estabelecer no Regulamento Geral de Edificação Urbana.

A Sociedade de Construções Soares da Costa encontrou uma maneira de ordenar os compartimentos interiores em dois momentos contrários com compartimentos técnicos associados a servirem harmoniosamente os restantes compartimentos sem aumentarem necessariamente o número de redes infraestruturais a comprometerem os custos do empreendimento, nomeadamente, um momento a reunir os compartimentos diurnos numa continuidade com o momento de entrada de maneira a não interferirem com as mecânicas dos restantes compartimentos e um momento a alienar os compartimentos nocturnos numa antecâmara com maior intimidade a que os sanitários se associavam directamente. Montaram uma circunstância em que “...a racionalidade das soluções dos espaços garante-se, tanto quanto possível, através da fixação de coeficientes relacionando a área bruta e útil de fogo em qualquer classe de edifício e a área útil e habitável em todos os fogos...”⁷⁶ sem nunca abandonarem o intuito de manterem uma importante economia de meios e recursos inteiramente necessária.

75. MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES. “Edifício” in *Recomendações Técnicas de Habitação Social*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1994. p. 13 na sequência da “Portaria nº580/83 in *Diário da República nº 113 Série I de 17 de maio de 1983*. Lisboa: Assembleia da República Portuguesa, 1983

76. IBIDEM. p. 9

imagem 79. LOURO, Jorge. “Acessos verticais do Bairro do Falcão” Porto, 2019.



“As formas e dimensões dos espaços devem permitir o exercício das actividades que nela habitualmente ocorrem, facilitando a circulação de pessoas e o uso (...) do mobiliário habitual para as actividades ligadas [ao cumprimento dos maiores compromissos domésticos] da família completa...”⁷⁷

77. MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES. “Edifício” in *Recomendações Técnicas de Habitação Social*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1994. p. 16 na sequência da “Portaria nº580/83 in *Diário da República nº 113 Série I de 17 de maio de 1983*. Lisboa: Assembleia da República Portuguesa, 1983

Encontraram um número de mecanismos arquitectónicos a combinarem criteriosamente os dois momentos domésticos como uma colectânea de compartimentos a manterem continuamente a mesma distância relativamente ao momento de entrada mas a assumirem sucessivamente um posicionamento ou dimensionamento relativamente contraditório consoante o número de moradores de uma casa.

78. IBIDEM. p. 18

Determinaram unicamente uma norma comum com duas condutas infraestruturais autónomas a ordenar minimamente uma circunstância doméstica que manteria uma cozinha ininterruptamente associada a uma lavandaria com estendais pendentes num e um sanitário inteiramente associado a uma antecâmara dos compartimentos nocturnos noutro. Manteriam sincronicamente os mesmos parâmetros em quaisquer circunstâncias com o intuito de atenuarem minuciosamente a maneira como a sala de estar ou os quartos se vieram a desordenar no seu posicionamento e no seu dimensionamento numa tentativa de aumentarem o número de oportunidades para os moradores solucionarem continuamente os seus maiores compromissos domésticos sem maiores condicionamentos.

“A localização da entrada principal do fogo e a posição dos espaços de entrada e circulação, relativamente à disposição dos restantes compartimentos do fogo, devem assegurar a máxima acessibilidade interna com a menor perda de privacidade [nos movimentos internos].”⁷⁸

imagem 80. COELHO, Pedro. “Planta de um T2 e um T3 do Bairro das Falcão à escala 1:100” Porto, 2020.



Num momento em que montaram uma hierarquia de intimidade doméstica por intermédio de um corredor relativamente enunciado a que os compartimentos se associariam consecutivamente, vieram a encontrar uma maneira de conduzirem mecanicamente os moradores num movimento que inicia no vestíbulo de entrada a servir os compartimentos diurnos e a terminar na antecâmara a concentrar os compartimentos nocturnos e sanitários sem consumirem uma enorme área com um maior número de atravessamentos.

“Os projectos devem [,inclusivamente,] integrar uma proposta de implantação de mobiliário e equipamento e indicar as áreas habitáveis úteis dos compartimentos que são objecto de condicionamentos constantes da regulamentação em vigor...”⁷⁹ de maneira a rentabilizarem a área dos compartimentos ao máximo e a Sociedade de Construções Soares da Costa veio a encontrar uma economia de meios a resumir convenientemente a maneira como os compartimentos se relacionariam ao ponto de contrariar momentaneamente a conveniência de um compartimento autónomo a comandar os movimentos no interior e a ordenar os restantes compartimentos. Sentenciarem que um compartimento inteiramente necessário como a sala de estar se tornaria necessariamente ambivalente numa circunstância doméstica com um número menor de moradores de maneira a se relacionar continuamente a um quarto ou a uma cozinha com áreas que se vieram a resumir convenientemente a um mínimo necessário ao cumprimento dos maiores compromissos domésticos.

“[Haveria uma circunstância doméstica] (...) em que uma maioria de indivíduos iria ser compelida a morar em condições cada vez mais precárias em edifícios construídos com o propósito único de permitir (...) [alojar o maior número possível de moradores que viram as suas casas serem demolidas].”⁸⁰

79. MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES. “Edifício” in *Recomendações Técnicas de Habitação Social*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1994. p. 13 na sequência da “Portaria nº580/83 in *Diário da República nº 113 Série I de 17 de maio de 1983*. Lisboa: Assembleia da República Portuguesa, 1983

80. AMARAL, Fransico Keil. “O Problema da Habitação Portuguesa” in *Cadernos Azuis. Problemas Contemporâneos*. Porto: Livraria Latina Editora, 1945. p. 29

imagem 81. LOURO, Jorge. “Acessos verticais do Bairro do Falcão” Porto, 2019.



estética

um esclarecimento de enorme transparência

"[Houve] (...) a emergência de [construir] um signo auto-referencial numa estrutura de carácter utilitário radicalmente explícito (...) [em que] a sua abstracção radical incorpora tanto a sua natureza massificada quanto a possibilidade de preenchimento por uma multiplicidade de usos domésticos." ⁸¹

Num momento em que continuou a ser necessário manter um imperativo económico a conter criteriosamente os custos de um empreendimento inteiramente comprometido com os seus maiores motivos, encontraram necessariamente um número de constrangimentos estéticos maioritariamente associados a modo de construir relativamente sistemático a inibirem continuamente uma tentativa de construírem uma identidade arquitectónica consentânea com a envolvente em que o iam construir.

A Sociedade de Construções Soares da Costa ensaiou uma estética maioritariamente linear a combinar os materiais estruturais do momento (o vidro ou o ferro) "... utilizados em (...) edifícios que vieram a servir propósitos transitórios (...) que determinam um tipo de homem nómada..." ⁸² aos materiais de acabamento verdadeiramente tradicionais (painéis cerâmicos) num volume rebocado inteiramente intacto em que os moradores nunca teriam a oportunidade de deixarem a sua marca. Encontrou uma maneira de manter em evidência uma técnica constructiva com um número de materiais criteriosamente combinados em que "... não é o ferro em si que desperta apreensão, mas sim, a possibilidade que oferece para [o vidro] penetrar em toda a parte (...) [num momento em que era] chamado a desempenhar um papel substancial (...) para pontilhar as casas com aberturas elegantes e numerosas que as tornarão completamente permeadas pela luz (...) no lugar das paredes perfuradas por grandes aberturas que diminuem a solidez e a segurança do edifício..." ⁸³

81. AURELI, Pior Vittorio. "The Dom-ino Problem: Questioning the Architecture of Domestic Space" in *Log. n.º 30 (Winter 2014)*. New York: Anyone Corporation, 2014. p. 154

82. TEYSOT, Georges. "Tecnologia e Transparência" in *Da Teoria de Arquitectura: Doze Ensaios* traduzido por Paulo Providência. Lisboa: Edições 70, 2010. p.156

83. IBIDEM

imagem 82. LOURO, Jorge. "Retalho do alçado este do Bairro do Falcão" Porto, 2019.



"[O volume] não deveria manter demandas insistentes para si mesmo, mas antes [servir] como um pano de fundo para a vida no trabalho e como (...) amortecedor..."⁸⁴ que "...deve dispensar propriedades como espessura ou gravidade, substituindo-as por outras como transparência ou leveza com uma presença menos exigente..."⁸⁵

Encontrou uma norma esclarecedora a ordenar minimamente a maneira como o volume se mostra com um número de aberturas de correr relativamente banais a disseminarem criteriosamente em ambas as frentes como um cenário estritamente necessário para manterem uma identidade arquitectónica anónima e economicamente eficiente a minimizar os custos do empreendimento que se manteriam necessariamente baixos.

Determinaram continuamente um ritmo a marcar no interior um efeito durante o dia e outro durante a noite no exterior com as aberturas de correr a manterem a mesma distância entre si inteiramente essenciais para evidenciarem um número de acessos verticais expressivamente transparentes a mostrarem notoriamente o movimento dos moradores até ao momento de entrada nas suas casas. Montaram criteriosamente uma norma a combinar dois mecanismos arquitectónicos inteiramente contrários que tornaram simultaneamente o volume numa "...célula transparente panóptica onde a silhueta do morador, sempre iluminada por trás, permanece perpetuamente visível ao observador..."⁸⁶ e os mais íntimos costumes se tornaram num espectáculo a insinuar maioritariamente a inversão de um interior continuamente em evidência.

"O momento que viram a criação da primeira [técnica arquitectónica] baseada em conceitos científicos de luz e infinito também viu dentro da mesma epistemologia, a invenção de uma fenomenologia espacial da escuridão [como um negativo da transparência e visibilidade que ele visa estabelecer]..."⁸⁷

84. COLOMINA, Beatriz e WIGLEY, Mark. "The Invention of the Human" in *Are we human?*. Zurique: Lars Muller Publishers, 2016. p.100

85. ESPUELAS, Fernando. "Forma" in *Madre Materia*. Madrid: Lampreave Associados, 2009. p. 88

86. TEYSSOT, Georges. "Tecnologia e Transparência" in *Da Teoria de Arquitectura: Doze Ensaios* traduzido por Paulo Providência. Lisboa: Edições 70, 2010. p.156

87. VIDLER, Anthony. "Spatial Violence" in *Assemblage 20*. Cambridge: The MIT Press, 1993. p. 84

imagem 83. COELHO, Pedro. "Alçado este de uma unidade do Bairro das Antas à escala 1:100" Porto, 2020.



Num momento em que encontraram uma maneira de concretizar uma estética com uma enorme transparência entendida maioritariamente como sinónimo de um desenvolvimento altamente necessário, vieram a tornar o volume numa espécie de estrutura a mostrar notoriamente o movimento de moradores até ao momento de entrada nas suas casas controlariam inconscientemente os movimentos uns dos outros. “A transparência (...) erradica o domínio do mito, da suspeita, da tirania e, acima de tudo, do irracional (...) [com] o desenho terapêutico de habitações e assentamentos. Todos [os moradores] foram submetidos à análise dos seus conteúdos ocultos (...) [de maneira a] instrumentalizar uma política de vigilância...”⁸⁸

88. VIDLER, Anthony. “Spatial Violence” in *Assemblage 20*. Cambridge: The MIT Press, 1993. p. 84

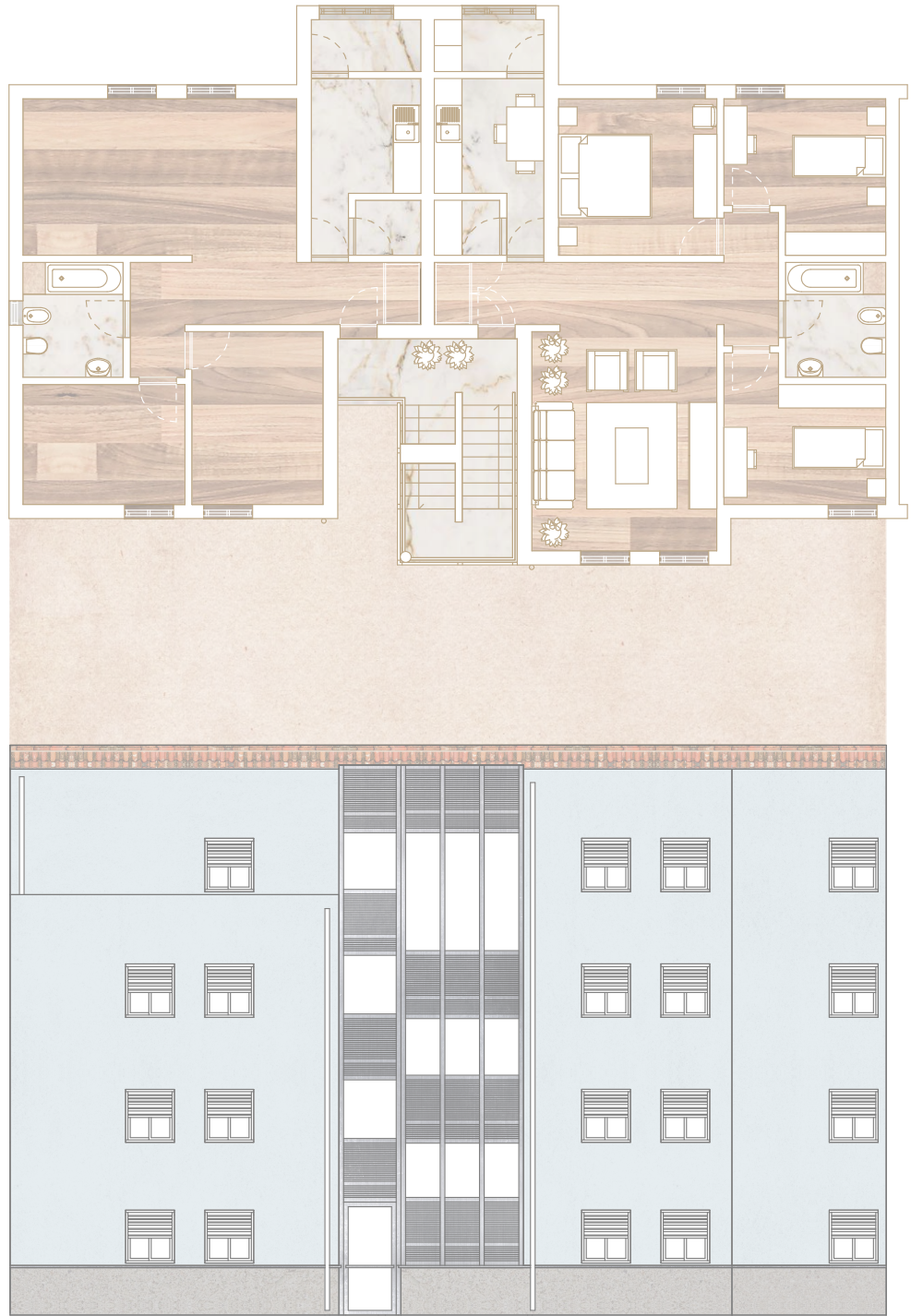
89. COLOMINA, Beatriz e WIGLEY, Mark. “The Invention of the Human” in *Are we human?*. Zurique: Lars Muller Publishers, 2016. p.101

90. IDEM. “The Mirror of Design” in *Are we human?*. Zurique: Lars Muller Publishers, 2016. p.17

A Sociedade de Construções Soares da Costa encontrou uma maneira de manter os moradores convenientemente monitorizados maioritariamente com o intuito de evitarem quaisquer sinais de imprudência ou comportamentos de risco a remeterem as suas casas a uma circunstância idêntica à que anteriormente viveram. Montaram criteriosamente uma nova circunstância doméstica a que os moradores teriam necessariamente que se acostumar continuando “...a se esforçarem para [continuarem a manter as suas condutas] como se fosse um bote salva-vidas psicológico. A verdadeira função de uma boa [casa] continuou a ser (...) [construir] uma linha de defesa suave...”⁸⁹ sem nunca entenderem a maneira como uma identidade arquitectónica à procura de uma transparência subordinou continuamente o movimento dos moradores a um importante escrutínio.

“[Seria uma estética] (...) cheia de (...) múltiplas formas de censura em paralelo com enormes sistemas de vigilância (...) que realizam um rastreamento visual implacável [em que] a capacidade de ver muito mais é igualmente a capacidade de ser vista muito mais.”⁹⁰

imagem 84. LOURO, Jorge. “Retalho do alçado este do Bairro do Falcão” Porto, 2019.



costumes

uma recusa à metamorfose interior

“Ora o capitalismo industrial (...) devia necessariamente, com mais forte razão do que qualquer outro movimento, chegar também até nós... Chegar, modificar as relações económicas, acelerar o ritmo de vida (...) e criar depois às massas assalariadas problemas (...) em matéria de habitações.”⁹¹

É importante entendermos que o empreendimento mostrou continuamente sinais evidentes de uma decadência que se vieram a solucionar com iniciativas autárquicas de restauro maioritariamente estéticas a renovarem uma identidade arquitectónica arcaica inteiramente intacta que os moradores nunca violaram com o receio de a voltarem a arruinar sem nunca reverem necessariamente a maneira como os compartimentos se estruturam. “Os [moradores] de hoje [que] não são iguais aos de ontem, nem os meios de que eles se servem para se deslocar ou viver, como diferentes são ainda as suas ideias sociais, políticas ou económicas...”⁹² sentiram a necessidade de mudarem continuamente a maneira como os interiores se estruturaram, exactamente num momento em que, entenderam o enorme desajustamento entre a maneira como as casas se construíram e a maneira como as queriam usar verdadeiramente. Determinaram que “...as consequências desse desequilíbrio [tornar-se-iam] tanto maiores quanto mais rígidos forem os projectos e (...) menos compreendidas as maneiras de viver as populações e a sua evolução...”⁹³ e mostraram uma enorme relutância em aceitarem as normas que os continuavam a inibir de alterarem as suas casas consoante os seus maiores interesses.

“Em nome de um falso progresso sacrificam-se essas construções afirmando que não servem os modos de vida modernos e em seu lugar constroem-se ambientes que à partida estão degradados por não se adaptarem às tradições culturais dos homens em nome dos quais se fizeram as destruições.”⁹⁴

91 AMARAL, Fransico Keil. “O Problema da Habitação Portuguesa” in *Cadernos Azuis. Problemas Contemporâneos*. Porto: Livraria Latina Editora, 1945. p. 28

92. TÁVORA, Fernando. “Para uma Arquitectura Portuguesa de Hoje” in *O Problema da Casa Portuguesa*. Lisboa: Editorial Organizações Lda, 1947. p. 10

93. RAMALHO, Pedro. “A Prática. 2º Período de Formação” in *Itinerário*. Porto: Serviço Editorial da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1980. p. 29

94. IDEM. “As Experiências Realizadas. Formação, ainda. SAAL. Zona das Antas” in *Itinerário*. Porto: Serviço Editorial da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1980. p. 54

imagem 85. COELHO, Pedro. “Mapa de alterações numa planta T2 e T3 e no alçado este do Bairro do Falcão”. Porto, 2020.

1,829

1,387

1,130

863

698

534

432

330

204

800

514

330

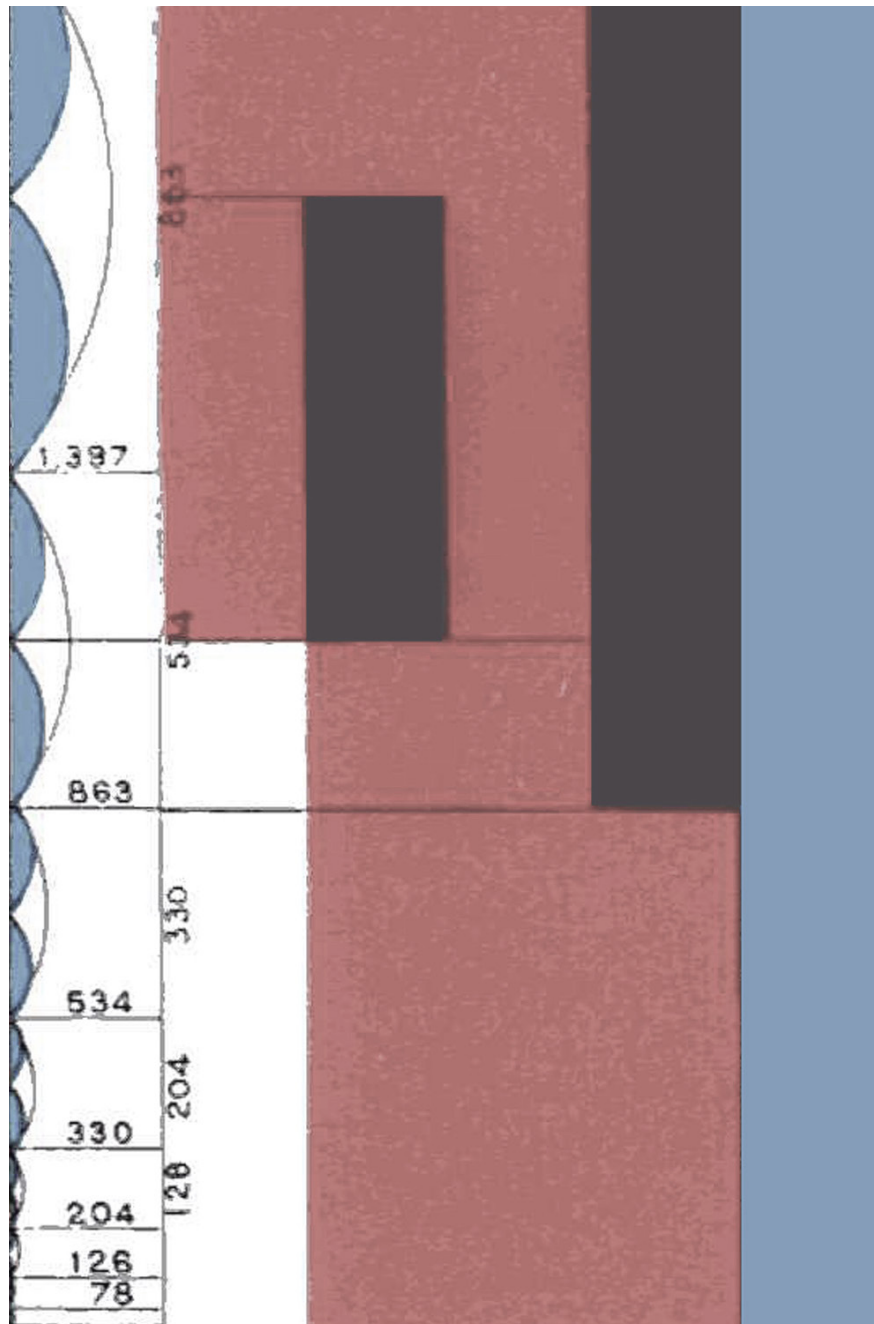
204

0

mecanismos arquitectónicos

"...ainda é necessário (...) delimitar as características de ordem física que se querem como notas significativas da matéria e, para o fazer, recorreremos aos seus instrumentos metodológicos como a desagregação, a redução ou a compressão. Esses recursos objetivos constituem uma fase necessária para entender a matéria." ¹

1. ESPUELAS, Fernando. "Lenguaje" in *Madre Materia*. Madrid: Lampreave Asociados, 2009. p. 27



funcionalidade

um sistema constructivo sistemático

"[Construíram consecutivamente] (...) uma arquitectura baseada na manipulação directa de matéria (...) [que] atendeu obedientemente a instruções do projeto [de maneira a cumpri-las] (...) na mais cega racionalidade da engenharia: a de pretender que a obra se torne na mera materialização fidedigna do projecto." ²

2. ESPUELAS, Fernando. "Forma" in *Madre Materia*. Madrid: Lampreave Associados, 2009. p. 79

3. IBIDEM

4. IBIDEM. p.87

É importante entendermos que a maneira como os técnicos vieram a encontrar consecutivamente uma norma "...a corroborar [sistematicamente] na realidade com tudo a que o projecto se propôs (...) [à medida que invocava um número de mecanismos combinatórios para ordenarem criteriosamente os parâmetros programáticos, sentenciou necessariamente que] a obra [fosse] entendida (...) como um mero processo que segue escrupulosamente as instruções do projeto..." ³ sem a mínima vontade de consumir um raciocínio maior a orientar a circunstância doméstica além da eficiência económica.

"O desenho de coisas que costumava ser um instrumento do conhecimento é agora uma máquina de instruções ou um procedimento de decisão. (...) Cada plano, cada desenho não é mais do que a informação..." ⁴ unicamente a ilustrar um entendimento que resumiu convenientemente a matéria doméstica a um número de efeitos económicos criteriosamente mantidos numa circunstância doméstica a melhorar a maneira como as suas mecânicas se manteriam em funcionamento. Encontraram um número de mecanismos de desenho arquitectónico a monopolizarem maioritariamente o exercício de projecto como uma referência inteiramente necessária para ordenarem a circunstância doméstica que viriam a construir sem nunca entenderem a maneira como estariam a comprometer um momento de crítica ou análise extraordinariamente necessária para continuarem a manter a circunstância doméstica adequada aos seus moradores.

imagem 87. LE CORBUSIER. "Le Modulor". Paris, 1948.



"[O desenho esquemático] (...) significou uma autoridade no sentido em que estabelece uma ordem (...) [que] actua (...) num processo [que se] estende à fase que precede a elaboração da forma mas também à posterior fase constructiva, introduzindo uma escolhida complexidade nas soluções técnicas." ⁵

Determinaram consecutivamente que os mecanismos esquemáticos usados no planeamento de uma circunstância doméstica se resumiriam maioritariamente a ordenar os compartimentos interiores de uma maneira consentânea com um esquema programático previamente determinado e a sistematizar eficazmente os processos constructivos seleccionados num "...processo (...) de especialização e desqualificação (...) [que os transformaram consecutivamente] numa actividade submissa aos processos de padronização que normalmente incorporam os avanços técnicos..." ⁶

Encontraram uma "...organização espacial sistemática [que] não é só consequência (...) do estudo de uma maneira tipificada de organizar, mas também, [a consequência] do uso de uma técnica específica de construção..." ⁷ com mecanismos constructivos modulares altamente eficientes e, simultaneamente, uniformizaram criteriosamente um número de materiais relativamente baratos ou acessíveis em elementos constructivos que se vieram a combinar entre si sistematicamente numa estrutura relativamente standardizada a representar convenientemente uma norma construtiva mecânica.

"[Traduziu inteiramente] (...) a pesquisa por uma célula habitacional de pequenas dimensões dotada de dispositivos altamente inovadores (...), de organizações complexas, de resposta económica, política e técnica a necessidades prementes." ⁸

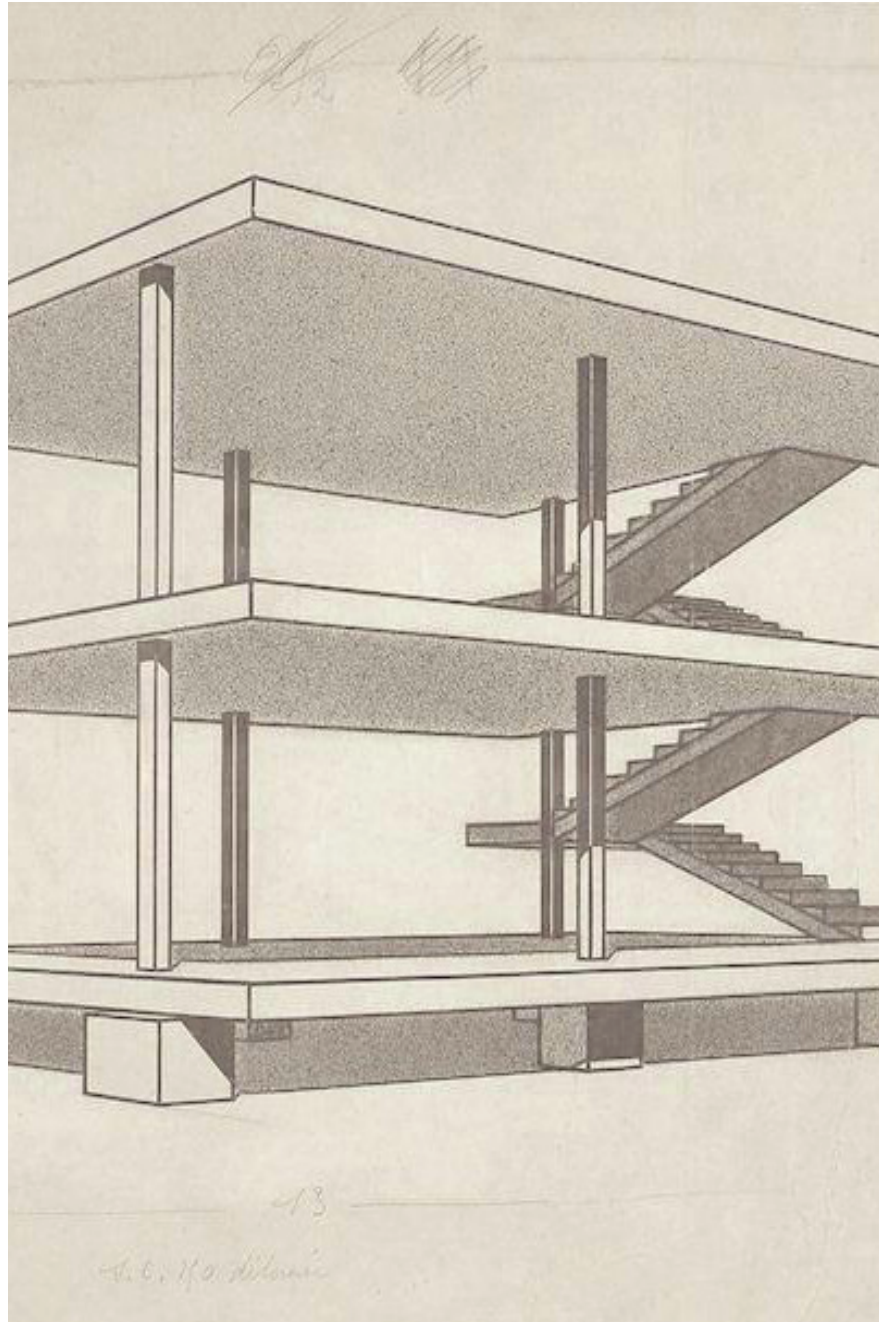
5. ESPUELAS, Fernando. "Forma" in *Madre Materia*. Madrid: Lampreave Associados, 2009. p. 84

6. IDEM. "Trabajo" in *Madre Materia*. Madrid: Lampreave Associados, 2009. p. 165

7. AURELI, Pior Vittorio. "The Dom-ino Problem: Questioning the Architecture of Domestic Space" in *Log*. n.º 30 (Winter 2014). New York: Anyone Corporation, 2014. p. 161

8. TEYSSOT, Georges. "Figure d'Interni" in *Il Progetto Domestico. La casa dell'uomo: archetipi e prototipi*. Milão: Electa XVII Triennale di Milano, 1986. p. 23

imagem 89. MAY, Ernst. "Cozinha de Frankfurt" Frankfurt, 1926



É importante entendermos que os técnicos encontraram uma maneira de tornarem a circunstância doméstica numa consequência directa do uso de um número de mecanismos arquitectónicos a estimularem o uso acrítica de um número de elementos constructivos a combinarem sistematicamente numa estrutura relativamente básica a "...representar [convenientemente] a nova beleza da máquina ou o efeito de colocar todos os objetos domésticos no armazenamento interno (...) ou até mesmo o efeito final de dominar o mundo da mecanização que havia desafiado a humanidade." ⁹

Encontraram um método arquitectónico de enorme eficiência a tornar a circunstância doméstica em si mesma numa estrutura com os mesmos mecanismos de uma máquina inteiramente industrial a servir um processo económico "...em que o estudo e a planificação da função residencial monopolizou quase todo o exercício projectual e quase todos os textos teóricos, desde os manuais de composição às normativas sobre os standards residenciais..." ¹⁰ na ânsia de encontrarem consecutivamente as técnicas arquitectónicas necessárias para construir uma casa a solucionar convenientemente os nossos maiores compromissos domésticos e para a reproduzirem sucessivamente num fenómeno em massa a servir a maioria dos moradores.

"[Os técnicos do momento] (...) criaram uma condição espacial em que homens e máquinas ocupam a mesma posição horizontal [numa] (...) equivalência determinada pela abstracção de um valor comercial (...) [que os] reduziram a parâmetros comensuráveis (...) [a] determinarem que a forma pura [se manteria] indiferente ao seu conteúdo (...) [e] se tornaria o resultado de forças económicas cruas." ¹¹

9. ESPUELAS, Fernando. "Trabajo" in *Madre Materia*. Madrid: Lampreave Asociados, 2009. p. 165

10. TEYSSOT, Georges. "Lo Social contra lo Doméstico. La cultura de la casa en los últimos siglos" in *A&V* n° 14. Madrid: Arquitectura Viva SL, 1988. p. 8

11. AURELI, Pior Vittorio. "The Dom-ino Problem: Questioning the Architecture of Domestic Space" in *Log*. n° 30 (Winter 2014). New York: Anyone Corporation, 2014. pp. 160-162

imagem 88. LE CORBUSIER. "Maison Domino" Paris, 1914.



aparência

uma estética inteiramente abstracta

“O aparecimento do factor estético (...) [permitiu] celebrar uma capacidade, insólita a priori, para se obterem novas fontes de beleza...”¹² a que “...fomos incansavelmente treinados para apreciar como uma virtude da [modernidade a manter] uma linguagem que a descreve.”¹³

É importante entendermos que a maneira como os técnicos vieram a evocar continuamente o mesmo número de mecanismos de desenho arquitectónico serviu criteriosamente a vontade de continuarem a escrever uma enorme quantidade de informação gráfica necessária para encontrarem uma estética altamente abstracta e de leitura imediata a combinar criteriosamente funcionalidade e produtividade numa única aparência de leitura imediata e inteiramente consentânea com o sentido de beleza abstracta contemporânea.

Encontraram um “... espaço geométrico (...) [a funcionar] como um sentido rigoroso construído por gramáticos e linguistas com o intuito de construírem um nível normal e normativo [a reduzir o assunto a um critério comensurável necessário] para [encontrarem] os desvios do sentido figurado...”¹⁴ que se deram a mostrar na exuberância insensata de uma estética aparentemente inconsequente na maneira como a casa se manteria em funcionamento. Montaram maioritariamente um número de elementos arquitectónicos a emoldurarem a casa numa aparência intencionalmente redundante a seduzir a nossa vontade como moradores com um sinónimo de uma modernidade em que a “...representação deixa de ser um meio ou uma ferramenta para se tornar intransitiva com um carácter hipnótico que nos leva facilmente à autocomplacência de uma realidade (...) na qual tudo parece estar sob controlo...”¹⁵ a naturalizar convenientemente o seu conteúdo de uma maneira socialmente aceite.

12. ESPUELAS, Fernando. “Forma” in *Madre Materia*. Madrid: Lampreave Asociados, 2009. p. 88

13. COLOMINA, Beatriz ; WIGLEY, Mark. “Good Design is an Anesthetic” in *Are we Human? Notes on Archeology of Design*. Baden: Lars Mullers Publishers, 2016. p. 92

14. ESPUELAS, Fernando. “Forma” in *Madre Materia*. Madrid: Lampreave Asociados, 2009. p. 80

15. TEYSSOT, Georges. “Lo Social contra lo Doméstico. La cultura de la casa en los últimos siglos” in *A&V* n° 14. Madrid: Arquitectura Viva SL, 1988. p. 10

imagem 90. SCHMIDT, Joost. “Cartaz Bauhaus de Moholy-Nagy”. Weimar, 1923.



"As funcionalidades simbólicas ou representativas tradicionalmente encomendadas (...) aos atributos espaciais (...) [estavam a ser] transferidas para uma exibição dos materiais e sistemas tecnológicos que revelam uma estereotipada modernidade e uma imponente sofisticação" ¹⁶

Encontraram consecutivamente uma maneira de construir uma aparência altamente industrializada a traduzir verdadeiramente uma técnica constructiva que reduziu convenientemente "...a [sua] expressão formal (...) a um mera composição de elementos industriais pré-fabricados que determinam um [sentido de] beleza que só aparecerá com a recusa de tudo que não se revele estritamente necessário..." ¹⁷ a uma circunstância doméstica em funcionamento inteiramente subordinada a uma soberania estética.

Administrarem criteriosamente a maneira como um número de elementos industriais se associariam entre si maioritariamente com o intuito de cimentarem um cânone estético inteiramente abstracto a resumir a casa a uma mera exuberância de elementos seleccionados consoante as normas estéticas do momento. Montaram convenientemente uma estética inteiramente resoluto em si mesmo a marcar um posicionamento na maneira como se mostra sem manterem os excessos estéticos ou as referências anteriores a comprometerem necessariamente uma "...abstracção [que] está comprometida com a possibilidade de nos aproximarmos das mais básicas condições da natureza humana ao nos reduzir a um domínio comensurável." ¹⁸

"A necessidade intrínseca de funcionalidade tornou-se num efeito visual (...) que nos conta a verdade e a verdade em si mesma é bonita (...) [ao apoiar a tese sobre a autonomia da forma]." ¹⁹

16. COLOMINA, Beatriz ; WIGLEY, Mark. "Good Design is an Anesthetic" in *Are we Human? Notes on Archeology of Design*. Baden: Lars Mullers Publishers, 2016. p. 91

17. AURELI, Pior Vittorio. "Introduction" in *Less is enough*. Moscovo: Strelka, 2013. p. 7

18. IDEM. "The Domino Problem: Questioning the Architecture of Domestic Space" in *Log. nº 30 (Winter 2014)*. New York: Anyone Corporation, 2014. p. 167

19. COLOMINA, Beatriz ; WIGLEY, Mark. "Good Design is an Anesthetic" in *Are we Human? Notes on Archeology of Design*. Baden: Lars Mullers Publishers, 2016. p. 92

imagem 91. LE CORBUSIER. "Unité d'Habitación". Berlim, 1957



É importante entendermos que os técnicos construíram uma importante redundância a resumir criteriosamente a casa a uma aparência inteiramente alheia à sua matéria "...que se mostrou como uma arte de persuadir (...) com uma aparência bonita..."²⁰ a seduzirem as nossas vontades, exactamente no momento em que, continuou a mascarar convenientemente as consequências económicas que suportam o funcionamento doméstico da maioria dos mecanismos arquitectónicas que os determinaram. "Não é [unicamente] o desenho de um edifício mas sim o desenho de um processo económico a partir do arquitectura do espaço doméstico..."

21

Mantiveram maioritariamente o intuito de construírem uma estética altamente abstracta a celebrar acriticamente a ausência de quaisquer referências como um sinónimo de modernidade quando, na verdade, omite um número de socioeconómicas a servirem continuamente a metamorfose económica inscrita no interior de uma circunstância doméstica. "A alienação (...) [que] torna o que nos é mais próximo em desconhecido é uma pré-condição para uma eventual reinvenção (...) [que] separa as coisas do seu uso convencional..."²² com uma estética inteiramente redundante mas a ir ao encontro de um sentido de beleza verdadeiramente abstracto.

"...a forma não é mais apenas um objecto (...), mas um processo através do qual podemos constantemente reinventar o mundo dentro de nossa prática diária. Mas, de maneira a prosseguir esse processo, devemos afirmar que a forma não é mais a conclusão do mundo (...), mas o mundo em sua construção material, no qual até as forças mais ilusórias e omnipresentes (...) deixam seus traços inexoráveis e tangíveis."²³

20 TEYSSOT, Georges. "Lo Social contra lo Doméstico. La cultura de la casa en los últimos siglos" in A&V n° 14. Madrid: Arquitectura Viva SL, 1988. p. 10

21. AURELI, Pior Vittorio. "The Dom-ino Problem: Questioning the Architecture of Domestic Space" in *Log. n° 30 (Winter 2014)*. New York: Anyone Corporation, 2014. p. 153

22. IBIDEM. p. 168

23. IBIDEM.

imagem 92. MALEVICH, Kazimi. "Öl auf Leinwand" Amsterdão, 1915.

"[Mais do que] a função (...) do edifício resistir a uma força em que até a estrutura mais comum de um edifício se tornou um enquadramento para a gestão económica (...), a forma tornou-se num agente crítico a desafiar as condições que moldam nosso mundo a partir de nosso espaço mais íntimo." ²⁴

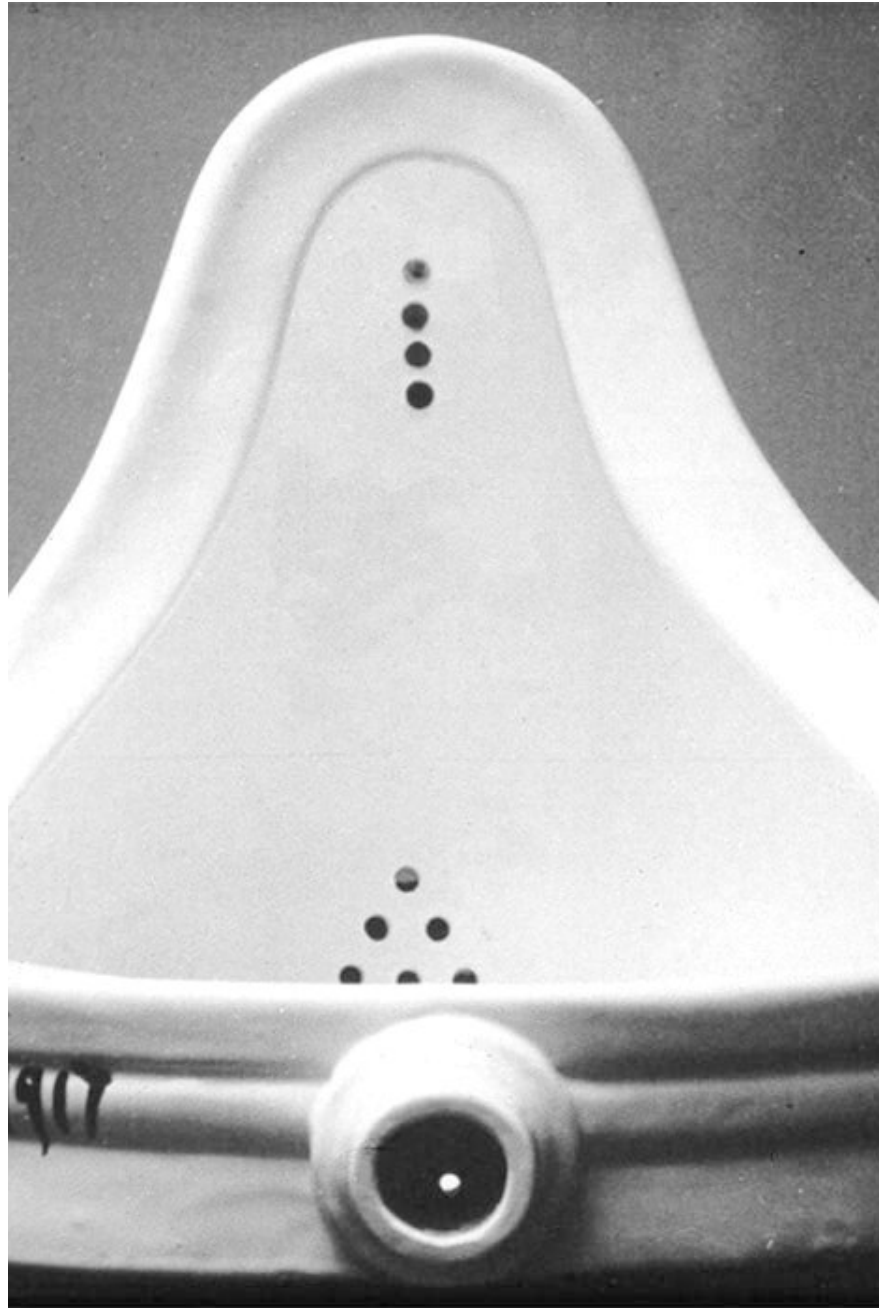
24. AURELI, Pior Vittorio. "The Dom-ino Problem: Questioning the Architecture of Domestic Space" in *Log. n.º 30 (Winter 2014)*. New York: Anyone Corporation, 2014. p. 166



**consequências
comportamentais**

"...desenvolveu-se um lento mas poderoso processo de domesticação da vida social, de normalização dos espaços e comportamentos e de moralização da população, que se baseou em técnicas que controlam os impulsos e canalizam os desejos em direção a um ciclo de produção-consumo. Esse processo tornou-se numa realidade com uma estratégia moderna a que chamamos de projeto doméstico (...) desenhado para obter um determinado controlo (...) e envolvimento nos indivíduos ao actuar na esfera doméstica (...) com o governo das práticas da intimidade..."¹

1. TEYSSOT, Georges. "Figure d'Interni" in *Il Progetto Domestico. La casa dell'uomo: archetipi e prototipi*. Milão: Electa XVII Triennale di Milano, 1986. p 18



consumo

o empreendedorismo a construir o ambiente doméstico

"...o sistema económico oprime [os moradores] a manterem os compartimentos em que vivem em sua propriedade..."² como um "...recipiente para os seus relacionamentos que os torna em consumidores [à procura] de um conforto primário."³

É importante entendermos que no momento em que a economia se tornou num requisito necessário para mantermos a os mecanismos domésticos em funcionamento, viemos consecutivamente a consumir um enorme número de instrumentos a solucionarem os nossos maiores compromissos domésticos com maior eficiência consoante uma circunstância financeira inteiramente necessária para maximizarmos continuamente a economia doméstica das nossas circunstâncias domésticas.

Houve necessariamente um momento em que nos mostramos iminentemente mais susceptíveis a uma ansiedade do consumo a "...encorajar [continuamente os moradores] a suportarem padrões de vida reduzidos e a pressionar que se tornassem microempreendedores da sua própria economia doméstica..."⁴ com um mínimo de recursos criteriosamente acondicionados numa circunstância doméstica inteiramente consentânea com as nossas maiores vontades. Continuamos a manter sucessivamente uma vontade de consumir e acumular os instrumentos domésticos que se tornaram num importante activo económico a construir uma melhoria na economia doméstica "...estendida a todas as classes (...) [de moradores de maneira a formarmos] uma sociedade de proprietários, onde até a menor propriedade aparentemente sem valor é aproveitada como uma oportunidade de investimento financeiro."⁵

2. AURELI, Pior Vittorio. "A Room Without Ownership: Notes on Hannes Meyer's Co-op. Interieur" in *Hannes Meyer Co-op Interieur*. Berlin: Spector Books, 2015. p. 37

3. SLOTERDIJK, Peter. "Cell Block, Egospheres, Self-Container" translated by Daniela Fabricius, in *Log. n° 10 (Summer/Fall 2007)*. New York: Anyone Corporation, 2007. p. 92

4. AURELI, Pior Vittorio. "Chapter IV" in *Less is Enough*. Moscovo: Strelka, 2013. p. 33

5. IBIDEM. p. 32

imagem 94. DUCHAMP, Marcel. "Fonte" Paris, 1917



"[Os moradores] passaram por um processo de descontentamento [em que] (...) o amor pelo lar não resistiu à onda de indiferença generalizada (...) quase como se o esvaziamento do interior tivesse levado ao vazio psicológico e emocional." ⁶

Encontramos uma maneira de renovarmos continuamente a nossa circunstância doméstica com o consumo de um número de instrumentos que se vieram a montar quotidianamente nos nossos compartimentos, sem nunca entendermos inteiramente que "...não há fim à vista em termos de satisfação de necessidades pessoais nem mesmo no mero processo..." ⁷ que nos continua a mostrar o consumo como um meio para solucionarmos os nossos maiores compromissos domésticos.

Mantivemos inconscientemente uma enorme tolerância ao número de consequências que os instrumentos vieram a inscrever consecutivamente na maneira como nos comportamos em circunstância doméstica no momento em que o consumo se tornou maioritariamente numa recompensa para o carácter aparentemente inconsequente da sua mecânica interior ou unicamente numa oportunidade para continuarmos a construir autonomamente uma circunstância consentânea com as nossas maiores vontades. Convertemos permanentemente o nosso relacionamento com os instrumentos que se mostraram oportunos a uma economia doméstica ao incentivarem uma série de comportamentos em circunstância doméstica relativamente eficientes a implicarem uma mecânica de consumo nervoso.

"[A casa] (...) tornou-se num ponto de entrada para uma modificação da vida..." ⁸ "... num continuum relativamente denso de momentos em que nos observamos a nós mesmos e ajustamos ao que deveríamos ser que se tornaram determinantes nas formas de vida na sua totalidade." ⁹

6. TEYSSOT, Georges. "Figure d'Interni" in *Il Progetto Domestico. La casa dell'uomo: archetipi e prototipi*. Milão: Electa XVII Triennale di Milano, 1986. p. 24

7. AURELI, Pior Vittorio. "Introduction" in *Less is Enough*. Moscovo: Strelka, 2013. p. 11

8. IDEM. "A Room Without Ownership: Notes on Hannes Meyer's Co-op. Interieur" in *Hannes Meyer Co-op Interieur*. Berlin: Spector Books, 2015. p. 37

9. SLOTERDIJK, Peter. "Cell Block, Egospheres, Self-Container" translated by Daniela Fabricius, in *Log. n° 10 (Summer/Fall 2007)*. New York: Anyone Corporation, 2007. p. 99

imagem 95. PEREIRA, Diana. "Moradores de uma Casa de Renda Económica" Lisboa, 1945



É importante entendermos que viemos a construir um raciocínio que nos entusiasma a consumir continuamente um enorme número de instrumentos a um ritmo criteriosamente ordenado por um sector incumbido a nos manter em consonância com uma circunstância doméstica a renovar continuamente "...aposentos aveludados [que] mais não eram do que deixar atrás de si vestígios produzidos pelos hábitos até à cólera que, ao menor dano, se apoderava da vítima (...) [como uma] reacção de alguém a quem apagaram "o rasto dos trabalhos e dos dias" (...) deixadas em almofadas e sofás (...) e que faziam aquelas salas parecerem tão avançadas como um columbário." ¹⁰

"A vontade de garantir a propriedade [de uma série de instrumentos] (...) é motivada não apenas pelo seu uso [dos moradores] mas também pelo potencial de se tornar um activo económico que produz lucro..." ¹¹ a um sector de actividades a inventar convenientemente os instrumentos domésticos com o intuito de animar o crescimento da uma indústria a vender o consumo como uma alternativa a uma ansiedade doméstica. Nunca entendemos inteiramente a maneira como o mesmo sector continua a mascarar silenciosamente um mercado de trabalho a que nos associamos necessariamente na ânsia de encontrarmos os recursos essenciais ao consumo de mais e mais instrumentos a melhorarem a maneira como a nossa economia doméstica mantém a casa em funcionamento.

"[Os instrumentos domésticos] (...) tornaram-se numa possibilidade de propriedade sobre os meios de trabalho e produção. Possuir (...) uma casa foi entendido como possuir potencialmente a propriedade do trabalho das pessoas..." ¹², na medida em que, a casa "...torna possível o trabalho e a propriedade mediante (...) o descanso consentidos na sua permanência." ¹³

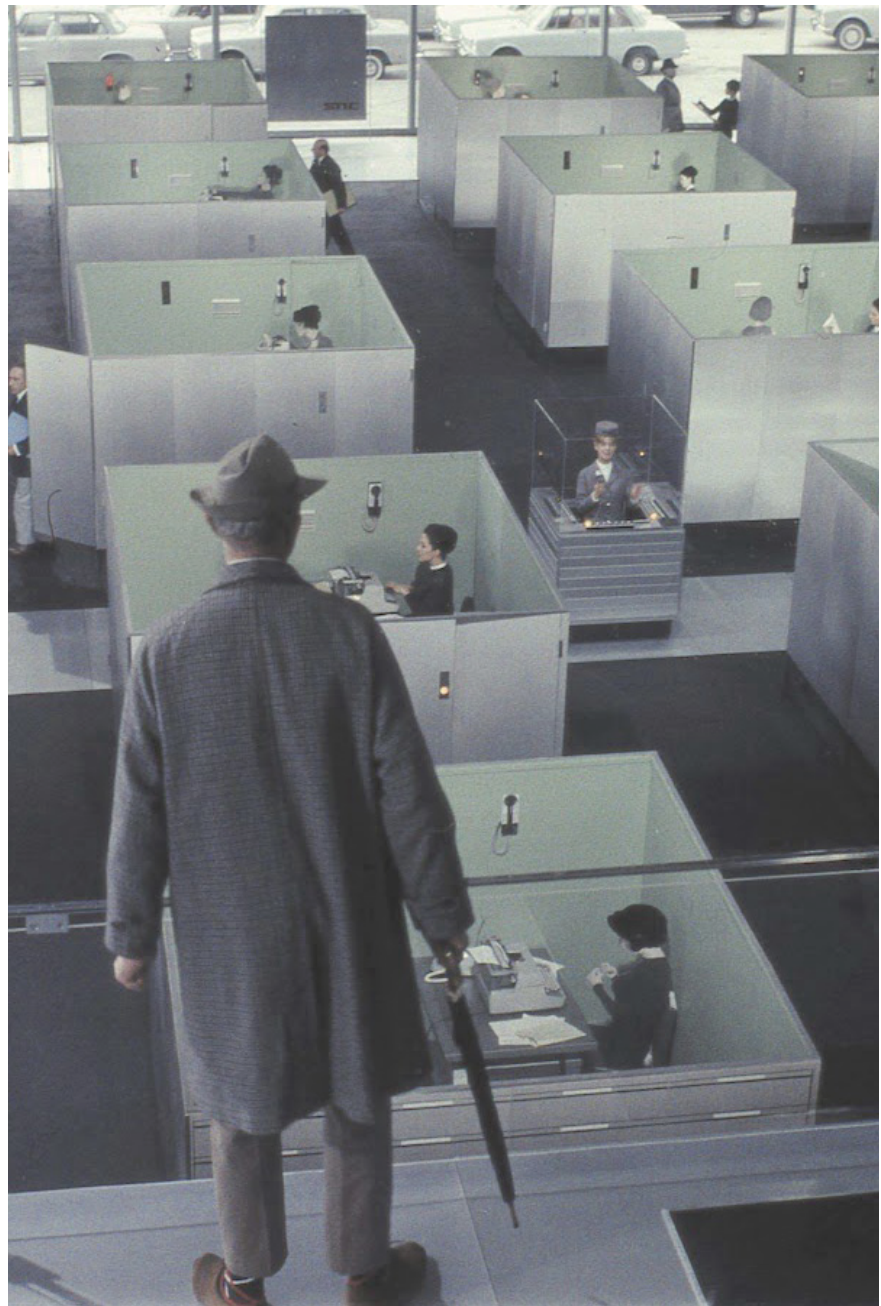
10. BENJAMIN, Walter. "Habitar em deixar vestígios" in *Imagens de Pensamento*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004. p. 247

11. AURELI, Pior Vittorio. "Chapter III" in *Less is Enough*. Moscovo: Strelka, 2013. p. 27

12. IDEM. "A Room Without Ownership: Notes on Hannes Meyer's Co-op. Interieur" in *Hannes Meyer Co-op Interieur*. Berlin: Spector Books, 2015. p. 34

13. TEYSSOT, Georges. "Notas sobre a Estranheza da Casa", in *Da Teoria de Arquitectura: Doze Ensaios*. Lisboa: Edições 70, 2010. p. 107

imagem 96. ATGET, Eugène. "Interior da habitação de um operário na rua de Romainville" Paris, 1910



produtividade

a eficiência a administrar quotidianamente a rotina

"Determinada para se manter limpa e embelezada, a casa incorre em despesas que incentivam os trabalhadores a ganhar mais para a melhorar. (...) Idealmente, a casa (...) deve pertencer a trabalhadores que estão [constantemente] em dívida com um processo de consumo que nunca termina." ¹⁴

É importante entendermos que a maior vontade de mantermos um número de comportamentos eficientes em circunstância doméstica a maximizarmos continuamente a sua economia veio a mudar inteiramente a maneira estruturamos uma "...força de trabalho [entendida como] uma faculdade genérica inerente a qualquer ser humano que produz [numa rotina]. Para (...) colocarmos [a sua mecânica] em funcionamento, [os mecanismos arquitectónicos] devem aproximar o carácter genérico da força de trabalho a uma enorme gama de potencialidades ainda não realizadas..." ¹⁵ a solucionarem eficientemente os compromissos que viemos a assumir em circunstância doméstica.

Encontramos consecutivamente um número de mecanismos arquitectónicos a estruturarem criteriosamente os compartimentos interiores num sistema económico a administrar os nossos comportamentos "...à medida que aprendemos a manipular e alterar o ritmo de produção (...) [, tendo em conta que, ao] repetirmos uma determinada operação descobrimos como acelerar ou reduzir a marcha, ou aprendemos a fazer variações (...) ou [mesmo] a desenvolver novas práticas..." ¹⁶ a solucionarem eficientemente os nossos compromissos domésticos numa mecânica doméstica a se tornar efectivamente mais próxima de um maior número de normas ou padrões interessadas unicamente em maximizar uma importante economia doméstica.

14 . AURELI, Pior Vittorio; GIUDICI, Maria Shéhérazade. "Family Horror: Toward a Critique of Domestic Space" in *Log. n.º 38 (Fall 2016)*. New York: Anyone Corporation, 2016. p. 105

15. IDEM. "The Dom-ino Problem: Questioning the Architecture of Domestic Space" in *Log. n.º 30 (Winter 2014)*. New York: Anyone Corporation, 2014. p. 162

16. ESPUELAS, Fernando. "Trabajo" in *Madre Materia*. Madrid: Lampreave Asociados, 2009. p. 163

imagem 97. TATI, Jacques. "Playtime" Paris, 1967.



"[Uma circunstância doméstica] (...) não é mais determinada por sinais arquitectonicamente reconhecíveis mas sim o resultado directo de normas, padrões e quantidades que se interessam por otimizar a produção e circulação de pessoas e bens." ¹⁷

Suscitamos sucessivamente um entendimento arquitectónico a encarar os compartimentos interiores anteriormente vistos como a consequência mais autêntica da maneira como nos relacionamos em circunstância doméstica unicamente como meros elementos de uma estrutura inteiramente eficiente "...não apenas a organizar a assimetria económica (...), mas também e o mais importante, naturalizar essa assimetria..." ¹⁸ com um manuseamento criterioso dos nossos comportamentos a servirem adequadamente uma mecânica doméstica eficiente.

Montamos inconscientemente um sistema a ordenar os nossos maiores compromissos domésticos consoante a nossa competência em instruímos criteriosamente os compartimentos com os instrumentos necessários a uma "...engenharia dos ambientes domésticos sem precedentes que reconhece implicitamente a possibilidade de determinar a casa como um espaço de produção e reprodução..." ¹⁹ com mecanismos domésticos a continuarem a aumentar consecutivamente a sua eficiência à medida que os nossos costumes se iam consolidando nos seus compartimentos.

"...a arquitectura tornou-se no acto de enquadrar os espaços a serem habitados (...) [em que] a vida (...) não pode ser representada, mas somente animada com estímulos espaciais específicos que accionam determinados usos [necessariamente produtivos]." ²⁰

17. AURELI, Pior Vittorio. "The Dom-ino Problem: Questioning the Architecture of Domestic Space" in *Log. n.º 30 (Winter 2014)*. New York: Anyone Corporation, 2014. p. 162

18. IDEM; GIUDICI, Maria Shéhérazade. "Family Horror: Toward a Critique of Domestic Space" in *Log. n.º 38 (Fall 2016)*. New York: Anyone Corporation, 2016. p. 116

19. IDEM. "The Dom-ino Problem: Questioning the Architecture of Domestic Space" in *Log. n.º 30 (Winter 2014)*. New York: Anyone Corporation, 2014. p. 159

20. IBIDEM. p 155

imagem 98. BAZANNI, Luigi. "O Interior de Pompeia" Bolonha, 1882.



É importante entendermos que aumentamos a eficiência dos nossos comportamentos a solucionarem os nossos maiores compromissos domésticos como um mecanismo automático com um número de parâmetros mensuráveis "... em que homens, máquinas e bens adquirem a mesma posição horizontal (...) numa equivalência de todas as coisas determinadas pela abstração do valor de troca. (...) Foi possível reduzir homens e matérias-primas a parâmetros mensuráveis, a fim de evitar o congestionamento..."²¹ de uma economia doméstica que se continuaria a reproduzir quotidianamente com um enorme número de comportamentos altamente produtivos a servirem uma estrutura convenientemente moderada por um imperativo económico.

Construímos sistematicamente uma circunstância doméstica a estruturar convenientemente uma "...força de trabalho [entendida como] uma faculdade genérica inerente a qualquer ser humano que produz [numa rotina]. Para (...) colocarmos [a mecânica doméstica] em funcionamento, [os mecanismos arquitectónicos vieram necessariamente a] aproximar o carácter genérico da força de trabalho a uma enorme gama de potencialidades ainda não realizadas..."²² a solucionarem quotidianamente os nossos maiores compromissos domésticos com uma criatividade a evidenciar um mecanismo de sobrevivência à medida que a nossa circunstância económica se torna maioritariamente incerta.

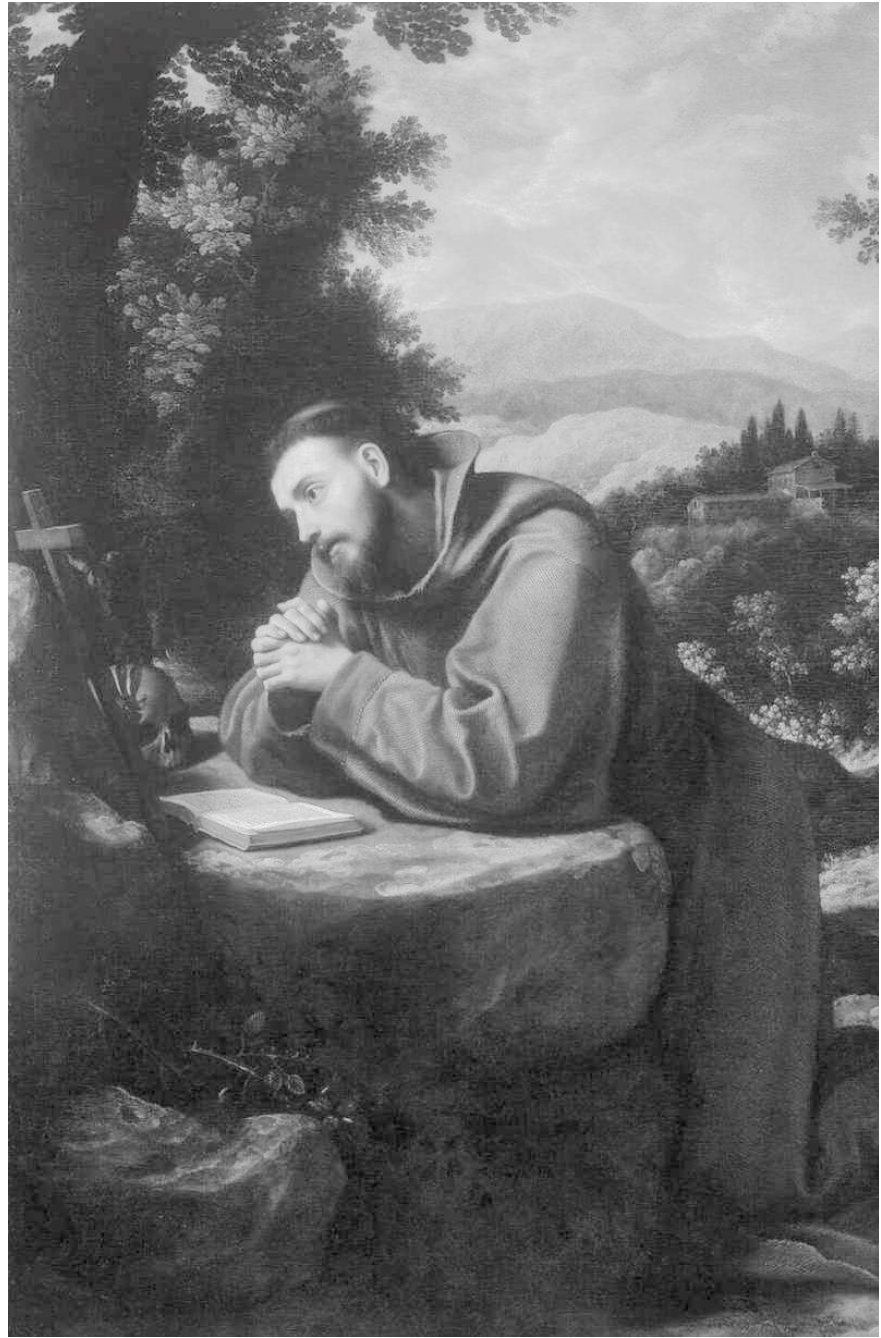
"Não seria possível ir mais além e desenhar (...) as nossas casas (...) para descobrir as (...) economias de tempo e energia que (...) os resultados do progresso da ciência e da indústria poderiam proporcionar à vida doméstica? Uma casa é um instrumento (...) que se [deve submeter] (...) a todas as suas necessidades conforme as suas acções e multiplicar os resultados do seu trabalho."²³

21. AURELI, Pior Vittorio. "The Dom-ino Problem: Questioning the Architecture of Domestic Space" in *Log. n.º 30 (Winter 2014)*. New York: Anyone Corporation, 2014. p. 162

22. IBIDEM

23. IDEM; GIUDICI, Maria Shéhérazade. "Family Horror: Toward a Critique of Domestic Space" in *Log. n.º 38 (Fall 2016)*. New York: Anyone Corporation, 2016. p. 105

imagem 99. TATI, Jacques. "Playtime". Paris, 1967.



disciplina

a austeridade a comandar o costume

"[Tivemos o intuito de nos mantermos] (...) constantemente em controlo de nós mesmos, estarmos conscientes do nosso corpo e mente e treiná-los continuamente para [responderem ao] objectivo de vivermos de acordo com os nossos próprios princípios." ²⁴

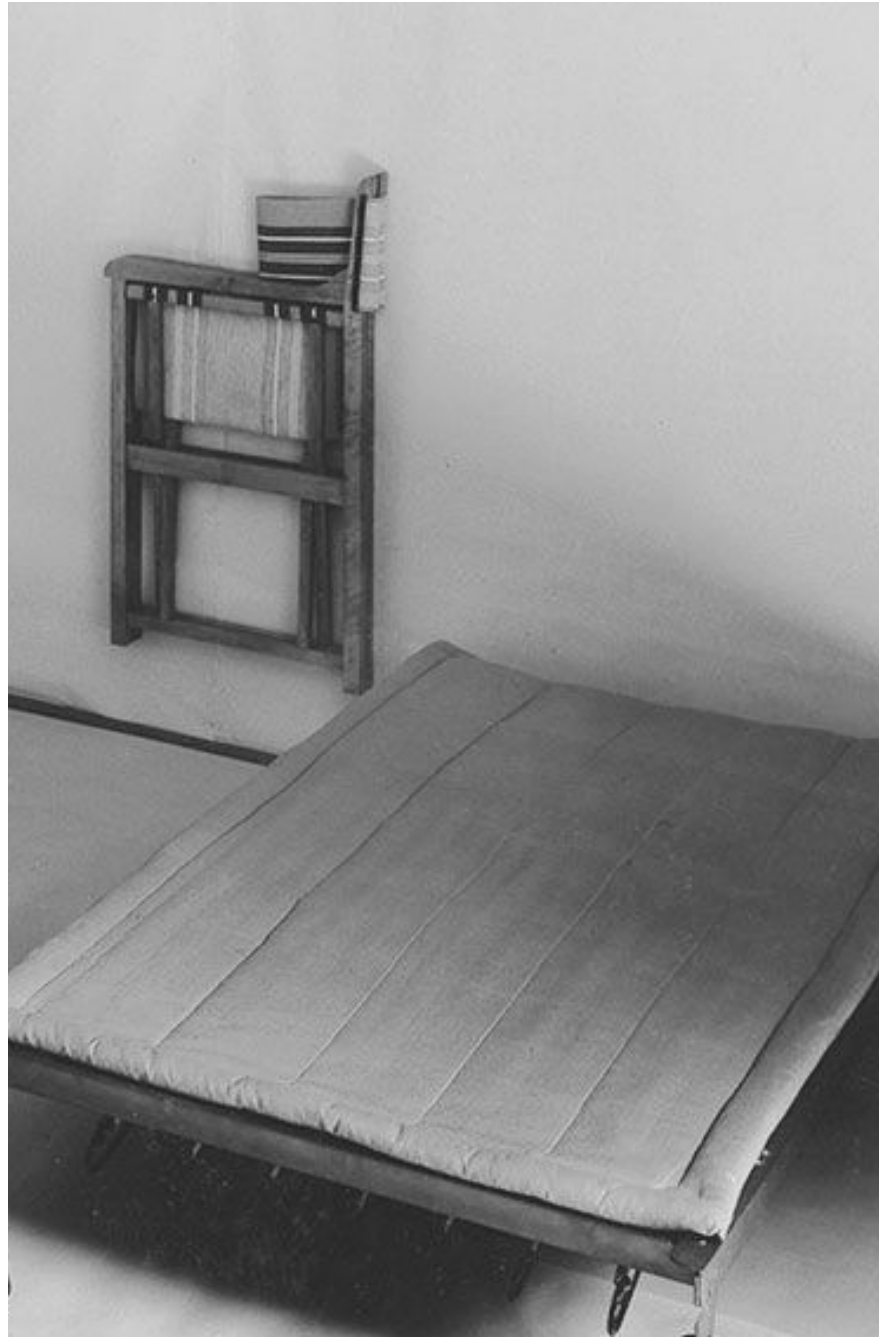
É importante entendermos que a maneira como ordenamos continuamente o nossos comportamentos em circunstância doméstica não teve a ver unicamente com uma vontade de encontrarmos uma norma relativamente conveniente a aumentar o rendimento da economia doméstica em si mesma mas também se relacionou com uma ânsia de mantermos criteriosamente um domínio da nossa consciência "...que [nos] permita concentrar na [nossa] vida como o núcleo de uma prática própria que estruturamos de acordo com uma forma auto-escolhida concretizada em costumes e normas [comportamentais] específicas..." ²⁵ com um treino austero da maneira como nos comportamos

Determinamos criteriosamente uma norma a sentenciar inconscientemente a maneira como nos comportaremos numa circunstância doméstica a conservar unicamente os instrumentos essenciais a uma economia em movimento com um critério extraordinariamente austero e sensato. Continuará a incentivar criteriosamente a "...conversão da austeridade num potencial meio de desenvolvimento [a traír] os seus princípios fundamentais [com uma] (...) necessidade ideológica de equilibrar a saturação do mercado com premissas pseudo-religiosas..." ²⁶ a doutrinarem as nossas consciências e os nossos comportamentos com o único intuito de tornarem a maneira como viemos a ordenar continuamente os nossos comportamentos num meio para servirem convenientemente os seus maiores interesses económicos.

24. AURELI, Pior Vittorio. "Chapter VI" in *Less is Enough*. Moscovo: Strelka, 2013. p. 47

25. IDEM. "Introduction" in *Less is Enough*. Moscovo: Strelka, 2013. p. 12

26. IDEM. "Chapter IV" in *Less is Enough*. Moscovo: Strelka, 2013. pp. 33-49



"[A austeridade concedeu] (...) a oportunidade de uma existência que se liberta de alheamentos mundanos para se dedicar totalmente a uma ética do trabalho [que nos mantém comprometidos com uma mecânica doméstica continuamente em funcionamento]." ²⁷

Encontramos sucessivamente uma maneira de convertermos a austeridade "... usada [anteriormente] como um remédio contra os medos que proliferam nas sociedades..." ²⁸ num mecanismo a sanear a nossa consciência inteiramente imersa no solucionamento dos nossos maiores compromissos domésticos com estética a comemorar cinicamente os sinais de uma contemporaneidade que mantém a economia de meios como uma amostra de um comportamento modelo.

Consentimos continuamente um enorme número de mecanismos estéticos a contornarem uma aparência inteiramente oportuna a representar uma aura de austeridade que "...nunca falou por si. É sempre rotulada por um exército de promotores sérios que fundem a sua virtude ética a uma estética..." ²⁹ relativamente austera a mostrar a importância de contermos os nossos comportamentos mais inconvenientes à economia doméstica. Continuamos a manter inconscientemente um comportamento a administrar a circunstância doméstica em que moramos com o intuito de nos mantermos as nossas consciências inteiramente consentâneas com uma sociedade a mascarar um imperativo económico extraordinariamente oportuno.

"No momento em que a austeridade ascendeu a um activo social fundamental também passou de uma prática escolhida livremente para se tornar numa condição ética e moral que se interessava [exclusivamente] em (...) aumentar a dedicação ao trabalho." ³⁰

27. AURELI, Pior Vittorio. "Introduction" in *Less is Enough*. Moscovo: Strelka, 2013. p. 11

28. ESPUELAS, Fernando. "Materiales" in *Madre Materia*. Madrid: Lampreave Asociados, 2009. p. 63

29. COLOMINA, Beatriz e WIGLEY, Mark. "Good Design is an Anesthetic" in *Are we human?*. Zurique: Lars Muller Publishers, 2016. pp.93

30. AURELI, Pior Vittorio. "Chapter III" in *Less is Enough*. Moscovo: Strelka, 2013. p. 28

imagem 101. MEYER, Hannes "O Apartamento" Berlim, 1926



É importante entendermos que a maneira maioritariamente austera como continuamos a manter a mecânica doméstica em bom funcionamento veio necessariamente a consumir uma doutrina a sentenciar o raciocínio de que "...vivemos além de nossos meios e a partir de agora teremos que diminuir as nossas expectativas (...) fazendo sacrifícios numa prática de abstinência dos prazeres mundanos..."³¹ inteiramente necessária para continuarmos a direccionar os nossos comportamentos no solucionamento dos maiores compromissos domésticos a animarem continuamente o interior de uma casa.

"[Construímos unicamente] (...) uma circunstância doméstica mínima a reflectir claramente a [nossa] austeridade como moradores. Mas aqui não é uma escolha [inteiramente nossa ao manter] (...) uma miséria incorporada (...) [que] torna as condições de vida um pouco mais suportáveis, permitindo que [nos tornemos] sujeitos produtivos a reproduzirem quotidianamente..."³² um comportamento e um discurso num instrumento como a casa a servir convenientemente a economia de uma sociedade "...em que o sacrifício e o trabalho árduo se tornaram no alicerce necessário para..."³³ a mantermos em funcionamento sem a mínima consciência da nossa existência no interior da casa.

"Governam-se (...) os homens nas suas relações com as coisas (...) os seus meios de subsistência (...) os costumes (...) e a forma de agir e pensar (...) [numa] correcta disposição das coisas de que assumem o encargo [com o intuito de] conduzi-las a um fim conveniente..."³⁴ tendo necessariamente em conta que "...uma reconstituição radical [da casa] não é apenas a reforma de um aspecto da vida, mas sim, o ponto de partida para uma reforma maior (...) a imaginar uma forma alternativa de vida (...) a que a arquitetura ofereceu os meios..."³⁵

31. AURELI, Pior Vittorio. "Chapter IV" in *Less is Enough*. Moscovo: Strelka, 2013. p. 33

32. IDEM. "Introduction" in *Less is Enough*. Moscovo: Strelka, 2013. p. 9

33. IDEM. "Chapter IV" in *Less is Enough*. Moscovo: Strelka, 2013. p. 33

34. AGAMBEN, Giorgio. "What is Apparatus?" traduzido por David Kishik and Stefan Pedatella in *What is Apparatus?* California: Stanford University Press, 2009. p. 2

35. AURELI, Pior Vittorio; GIUDICI, Maria Shéhérazade. "Family Horror: Toward a Critique of Domestic Space" in *Log. n.º 38 (Fall 2016)*. New York: Anyone Corporation, 2016. p. 128

imagem 102. WALKER, Diana "Steve Jobs no seu apartamento" Woodside, 1982

“Um dispositivo em si é [novamente] a rede que pode ser estabelecida entre (...) um conjunto completamente heterogêneo que consiste em discursos, (...) decisões regulatórias, leis, medidas administrativas, (...) ou proposições filosóficas e morais (...) a natureza de um o aparelho é essencialmente estratégica, o que significa que nos referimos a uma determinada manipulação (...) racional e concreta nas relações de forças independentemente de ser para as desenvolver numa determinada direção ou para as bloquear ou estabilizar...”³⁶

36. FOUCAULT, Michel. *Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings*. New York: Pantheon Books. '980, 1972 pp. 96, conforme AGAMBEN, Giorgio. "What is Apparatus?" translated by David Kishik and Stefan Pedatella in *What is Apparatus?* California: Stanford University Press, 2009. p. 2



entrevista

Bairro de Ramalde. Casas de Renda Económica

Firmino e Inês

circunstância anterior

Sabe que este bairro não é camarário? Este é da segurança social e foi mandado fazer pela Caixa de Previdência e algumas das rendas que ainda paguei foram à Previdência. Agora é que passou para o IHRU. Quem comprou não paga mais. Quem ficou a pagar renda é que continua. É o caso de uma senhora no prédio que ainda paga ao IHRU uma ninharia. Já na altura eram rendas económicas. Com a transação para o euro ainda ficou mais barata. São valores que nem dá para pregar um prego. É assim. Eu vim para aqui em 81 ou 83 e eram quase tudo os primitivos que vieram para aqui quando inauguraram o bairro. Depois daí para cá tem-se remodelado mas ainda aí por aí uns velhotes, digamos assim, que ainda conseguem continuar aí. Agora tem-se vindo a remodelar com gente nova para aí. É que o bairro em si até é uma zona boa e calma. Mas pronto. A construção em si é boa mesmo sendo muito antiga. Só que é uma construção mais simples.

metamorfose doméstica

Com uma casa para aí com setenta anos tem de se fazer obras. Eram um bocadinho frias. Nós já pusemos e estão agora aqui outros também a pôr aquele capoto para dar mais um bocadinho de conforto.

As casas de banho e cozinha estava tudo com humidade principalmente. Por exemplo, eram de mármore muito grandes e pesadas e depois ficam desactualizadas. Normalmente quase toda a gente fez as obras nas cozinhas e nas casas de banho. Quem comprou, e praticamente toda a gente comprou, mudou as coisas mas quem não comprou deixou estar como estava. Tinha móveis de cozinha não tinha? Tinha tinha! Tinha uns armários antigos e a casa de banho também. Por isso, é que como lhe estava a dizer, a foi onde mais depressa se fez obras porque já estava muito antiquado. O chão tinha taco também que alguns mantiveram e outros puseram flutuante. Como a maioria das casas foram compradas pelos moradores depois cada um foi alterando um bocadinho aqui e um bocadinho acolá. As casas estavam velhas e quem as quis melhorar teve de fazer obras. Nós pusemos aquilo à nossa maneira não é? Por exemplo eu pus placas que é muito mais fácil. Não há lixo a cair pelos lados nem nada. Em princípio eles não deixavam fazer marquises. Ficou tudo mais moderno que aquilo era muito antigo. Nós não temos lavandaria. Temos a marquise que inicialmente era aberta e que quase toda a gente fechou. Toda a gente tenta recuperar as casas e colocá-las mais bonitas e confortáveis.

Era conforme tínhamos dinheiro. Procurava-se juntar dinheiro para fazermos o que queríamos. Olha que quando fiz a marquise em vez de ir para a praia ia a pé para a praia para poder fazer a marquise. O dinheiro era pouco e teve que ser assim. Um dos meus filhos quer que eu deite a mobília da sala abaixo. Temos aqueles móveis dos grandes e ele "Bota abaixo!" e eu digo "Deixa estar. Quando eu morrer deitas fora" Para mim serve. Não vale a pena estar a mexer. Cada um põe à sua maneira. No nosso caso foi conforme ia havendo dinheiro vamos alterando. Os armários que são embutidos nos quartos eram antigos e a gente mudou. Depois vinha a cozinha.

Agora há dinheiro e fazemos a casa de banho. Agora com as portas novas nos armários. Agora está mais ou menos como queremos. Se tivesse muito dinheiro se calhar queria uma coisa diferente. Outros móveis e sei lá. Mudava alguma coisa. Naquela altura havia, por exemplo, aquelas mobílias de estilo que se usavam e que compravam mas agora se calhar já não comprava nada disso. Comprava assim uma coisa mais simples. Assim coisas desse género desde que tivesse possibilidades financeiras.

relacionamento com a comunidade

Os antigos moradores conhecemos agora os mais modernos vai-se conhecendo este ou aquele mas não temos o hábito de ir a casa dos vizinhos mas, sim, conheço-os. Uns melhores outros pior. Até porque agora nestas eras mais modernas não há aquele convívio como havia antigamente. Vieram inaugurar o bairro mas a maioria saiu.

Eu tenho uma senhora que tem 88 anos que quando precisa de alguma coisa me bate à porta ou se eu achar que não a vejo vou lá procurá-la. Pronto. Mas de resto é bom dia e boa tarde e cada um vai à sua vida. Mas há aí pessoas que é como tudo não é? Onde uma pessoa está há muitos anos e começa-se por conhecer as pessoas e os que vieram para aqui primitivos, que ainda são alguns, esses conhecem-se todos. A folana chama-se assim outra chama-se assim e conhecem-se uns aos outros. E depois tinham os filhos que conviviam uns com os outros e é mais fácil. Alguns ainda estão por aí mas a maioria procurou outros sítios. Onde eu trabalhava conheci imensa gente que já não está lá ninguém. Já mudou tudo. Aqui também é igual. Já conheci aqui muita gente que já morreu e até no nosso prédio já morreram, um, dois, três, quatro, cinco. Já morreram cinco pessoas desde 81 para cá.

Teresa e Gonçalves

circunstância anterior

Eu tinha 3 anos quando vim para aqui morar com os meus pais e eu nasci em 1964, por isso veja lá. Mas não era nesta casa. Era numa outra da parte de cima. Mudei-me para esta agora. Mas as casas são sempre a mesma merda. Isto já tem muitos anos. A minha casa ainda é de janelas antigas porque o senhorio não põem de alumínio e as casas são muito frias, tanto que eu não vivo sem os aquecedores. E também se ouve tudo. Até a dar uma se ouve. É verdade é.

(vizinho aparece na varanda)

Este aqui é um vizinho meu antigo. Olha ali ele a olhar para mim escandalizado.

Aluguei à Caixa de Previdência não é? E depois é claro. Comprei a casa lá em cima e depois por motivos de divórcio vendeu-se. Tinha outra casa cá. Esta é alugada mas, que me lembre, não havia assim grandes problemas assim à primeira vista. Todas as casas são todos mais ou menos do mesmo esquema. Depois algumas têm mais um quarto. Lá em cima tem 4 quartos. É conforme.

metamorfose doméstica

Tudo o que se mudou foi à nossa custa. Nesta casa, quando eu vim, não tinha torneiras nem tinha móveis de cozinha porque o senhorio não pôs nada e eu tive que pôr os meus. E o gajo não quer saber. Eu não sei até que ponto eu me posso recusar a fazer os remendos que ele quer fazer. Ele que ponha remendos lá na casa dele que eu pago a renda. Na anterior casa fiz marquise e nesta o senhorio também fez. Não tinha mobília nenhuma nem é como agora. Foi a pior coisa que a casa teve para mim.

(vizinho pergunta sobre o que se estava a conversar)

É das casas que estão a falar. Pergunte-lhe também a ele que ele é bem mais inteligente que eu.

Mas entrem. Desculpem lá se a casa estiver desarrumada. Não reparem que isto está tudo assim desarrumado. Está tudo a monte e fé em Deus.

O mobiliário da cozinha já estava mas depois tive que o deitar abaixo e fazer tudo de novo porque aquilo era pinho e apodrecia. Deitei as portas todas abaixo e coloquei portas novas para todos os quartos. Arranjei o chão que era taco. Que mais é que eu fiz? E a casa de banho também. Mas todas as alterações não foram nesta. Foi noutra que eu vendi. Em relação ao quarto de banho estava o chão todo estragado e tive que mandar reparar tudo. Nem todas as cozinhas eram iguais. Havia uma varanda que ia de frente a fundo mas o senhorio pôs aqui uma parede para fazer o poliban. Antigamente as janelas da cozinha eram todas livres. Toda a mobília que está aqui foi o senhorio que mudou. Aqui o quarto de banho não era assim. Tinha uma banheira e estava fechada no fundo. Todas as portas já foram mudadas por mim. Colocamos aqui este armário na entrada. A divisão já existia sem madeiras para pousar casacos.

Acho que a sala devia ser maior. Há um quarto que até é grande e está bem. Os armários já estavam. Havia uma caixa funda em cima aberta em cimento e aqui também era aberto e tinha umas prateleiras só em madeira de pinho branco e depois fechei assim. O outro quarto é mais pequenino e podia ser maior.

É mais frio por causa das árvores que eram muito altas. Não sei como é que se chamam. Estas árvores que eu tinha aqui, uma duas, três, mandei o jardineiro cortar porque não tinha luz. Chegava às três horas e tinha de acender a luz. Tirava-me a luz e tirava-me o sol. As casas precisam de sol e precisam de ser arejadas. Se você reparar eu tenho sempre esta varanda aberta e converso com as pessoas.

relacionamento com a comunidade

Conheço os mais velhos. Os mais novos que vão chegando sabe como é... São muito fechados. Mas não costumo receber em minha casa. Quanto muito é esta vizinha e os familiares dela que os conheço desde pequenos não é? Mas de resto é mesmo assim.

Bairro das Antas.
Serviço Ambulatório de Apoio Local

Maria

circunstância anterior

Eu moro aqui há 37 anos. Morávamos num bairro pequenino e criei lá dois filhos uma até aos 6 e outra até aos 10.

A casa, para nós, é uma maravilha. Já se sabe. Vivíamos numa pequenina e viemos para uma maior. A sala que eu tinha é pequenina e só tinha um quarto. Vieram para aqui atrás de mim 9 pessoas. Um casal com 7 filhos pequenos. E meu amigo. Tiveram que caber lá dentro. Agora só está a mãe e um casal. Agora os outros filhos lá foram. Quando viemos para aqui éramos muitos. Aqui eram 5 pessoas nós estamos 3. Há casas em que só estão dois ou três mais ou menos.

(um gato começa a miar)

É o gato da vizinha e só quer mimo. Querem-no levar?

Veja bem. Eu tenho uma amiga no bairro de São Braz e eu fui lá visitá-la. É um T1 porque a senhora ficou viúva. Fui lá e fiquei muito admirada. Olhe, a casa de banho é muito jeitosa. A salinha de jantar é uma sala razoável. No quarto cabe uma mobília completa e no meu também. Uma cama grande duas mesinhas de cabeceira uma cómoda o guarda factos e uma cadeira. Tenho tudo. Não sou pequenas não. Estes quartos aqui do meio são mais pequenos que os nossos da ponta. Os da ponta dá para tirar sempre mais um bocadinho. Aqueles já tem de ser para dois quartos e tornam-se mais pequenas. Há quem faça aspartes duplas para as duas casas mas depende.

Veja que deste lado só há dois mas do lado de lá há mais.

metamorfose doméstica

Cheguei a fazer o acrescento. Tive que fazer. Nem todos fizeram mas eu fiz o bocado da ponta com grades. Tem grade porque os meninos a jogar à bola partiam-me os vidros. Só fiz o quarto e os outros caseiros a mesma coisa. Dentro tenho feito algumas alterações como na cozinha mas a mobília já estava. Sabe que o dinheiro não dava para mais. A cozinha é como uma normal. É em efeito de um L com um dispensa. Há quem faça um quartinho daqui quando a família é grande.

O chão era bonito, tanto que conservo o dos meus quartos, com os tacos envernizados. Já os mandei envernizar uma segunda vez. Estas são as segundas janelas. A associação é que mandou pôr outras. Se quiser falar com o presidente da associação é quem vem de baixo o segundo portão. Depois deram ordem de mudarmos o que quiséssemos. Eu pus a marquise porque tenho animais e para os animais não andarem a vaguear a fazer asneiras noutros vizinhos eu peguei e fiz. Havia quem já tivesse. Se for por ali vê que algumas também não têm. Quase todas fizeram ou até só um telhado por causa da chuva. Umas têm um telhado outras ja tem marquise.

Na sala ninguém lhe mexeu. Ela é tal e qual. Isto era o pátio só que nós fizemos isto e ficou este bocado fechado. Todos ficaram assim. Uns maiores outros mais curtos e ficámos com este bocadinho assim até ao portão. Só tínhamos a mobília da cozinha e a casa de banho. Mais nada. Comprei tudo em segunda mão. Dá para usar na mesma. Fomos comprando conforme a vida nos foi deixando. A gente não se pode alargar. Não se vai comprar coisas sem ter dinheiro. Não se vai meter em pagamentos. E depois pagar? Não. Vai-se comprando como se pode.

(o mesmo gato continua a miar)

Que é meu menino? Anda cá bolinhas!

Depois tenho um filho muito jeitoso que foi ele quem me pôs o telhado porque o trolha queria-me 500 euros e ele por 200 consegui arranjar. Levava-me um dinheirão por serem trabalhadores. O meu filho fez-me isto e se fosse de fora queria-me o dobro não é? E o colega do meu filho disse "Eu vou-te ajudar" e veio aqui e coitado do rapaz puseram-me isto aqui e ficou muito mais barato. Eles os dois ajeitaram. Cada um faz conforme pode mas quase todas estão arranjinhas por dentro. Pintadas e as mobílias conforme cada um pode não é? Uns melhores outras mais fracas. A casa de banho foi o meu filho que a remodelou toda. Os azulejos eram brancos e estavam muito feios e o meu filho pôs daqueles que parece mármore bonita. Ficou jeitoso. Agora fica até morrer. Quando morrer façam como entenderem. A mim tanto me faz.

relacionamento com a comunidade

(passam dois vizinhos)

Boa tarde! Olhe aquela senhora tem 90 anos e o filho vai com a mãe ao cafézinho todos os dias para ela se mexer. Ele ajuda muito a mãe. É solteiro mas é muito boa pessoa. Não tem vergonha em estender a roupa. Ainda há filhos muito bons.

Nós aqui tínhamos aquele ferro daqui aqui a esta casa. Parece abandonada mas mora lá gente. A gente tinha a corda aqui ao comprido com um pau e pronto estendíamos a roupa. Mas depois entenderam que a gente não devia estender muito a roupa assim e tivemos aqui um estendal até aquela casa amarela. Depois aquelas dá para as de baixo. Está assim tudo dividido. Cada um tem as suas cordas mas eu dei as minha a uma vizinha lá de baixo que também tem mais pessoas que eu. Eu disse-lhe "Olhe fique com as minhas cordas" pronto. Eu também custava-me andar. Às vezes até estendo aqui nestas de cima da vizinha porque não se importam. Não há assim problemas com os vizinhos. Não andamos assim nas casas uns dos outros. Damo-nos bem, mas não. Por exemplo, esta vizinha costume ir lá vê-la ou ela vem à minha ou até a de baixo. Damo-nos bem.

Agostinha

circunstância anterior

Estamos cá praticamente desde o início. Mais ou menos há 40 anos Gostava de lhe explicar. Ainda foi há pouco tempo que eu tive aqui uma série de gente. Esteve aqui um arquitecto que ainda fazia parte da equipa. Porque isto era um projecto SAAL. Eu morava numa ilha na Rua das Antas e depois fui deslocada para aqui porque tinha duas filhas e depois tive direito a ter uma casa. Inclusive o meu marido é o presidente da associação mas não foi por isso que tive a casa. Foi porque tive necessidade dela por ter duas filhas e não ter condições. O meu marido ainda continua a ser o presidente da associação. Havia prioridade para quem tivesse miúdos. Fui uma privilegiada porque os senhores que andavam aqui, os arquitectos e os engenheiros eram amigos do meu marido porque ia às reuniões com eles. Tive direito a escolher o sítio.

(cão a ladrar do quarto do primeiro piso)

É o meu Cookie que não se cala.

A casa em que eu vivia era do tamanho da minha sala. Para quem veio de uma casa tão pequena esta casa parece um palácio mesmo que continue a ser pequenina. Há qualquer coisa que ficou da ilha porque era preciso aproveitar todos os cantinhos porque somos 5 pessoas a morar aqui em casa mas há outros em que moraram mais. Tinham imensa gente. Algumas já tiveram 9 pessoas a morarem lá. A casa não tinha problema nenhum. O problema que tinha era ser boa demais para alguma gente que se mudou para cá. Houve muita gente que teve casa que não devia ter porque acho que depois de terem a casa estragaram o bairro com as obras que fizeram. A casa estava feita. Tinha a cozinha completa com os móveis mas já não os tenho. A banca fica numa parte com muita humidade e os armários começaram-me a apodrecer e por isso tive que os mudar. Quase ninguém tem os armários de origem. A casa de banho não é muito grande mas é muito boa. Tem banheira e um bidé. É uma casa de banho completa em que se cabe perfeitamente. Há quem tenha humidade porque a casa é em telha em cima da placa de cimento e não tem caixa de ar. Se tivesse caixa de ar já tinha mais um bocadinho de altura e podia já não ganhar humidade. Mas de qualquer maneira quem percebe como o meu marido diz "Oh mulher isto não é humidade da casa! É condensação."

metamorfose doméstica

Tive que colocar este coberto aqui por causa da chuva que caía logo quando saímos de casa mas quase todas as casas fizeram isso. Umas com marquise outras só com um coberto como este. Eu não quis fechar aqui em baixo. As janelas são de origem. Aqui em baixo são mesmo em ferro mas em cima as janelas eram daquelas que levantavam pintadas em amarelo e as portas também vinham pintadas de amarelo. Trocamos porque as fomos pintando e acabaram por se desgastar mas nunca nos deram grandes problemas. Tivemos que contratar um amigo do meu marido que é trocha e percebe disso. A parede é lisa a direito. Isto são blocos de cimento. Não é tijolo. São blocos de cimento que são muito mais fortes. E depois por dentro do muro do quarto a parede deitou-se a baixo para abrir uma porta para o quarto porque deste lado é só a janela que leva.

(chegou um neto a casa)

Anda filhinho! Anda. Vai-te vestir que o avô está a chegar.

Eu vou pela outra porta. Só tenho que ir lá acima para ir prender aquele gajo. Eu vou pela outra porta. Entrem entrem.

A casa não é pequena mas fica sempre com aquele canto ali para quem quisesse fazer um quarto. Eu usei para fazer um quarto para os meus netos. Todos esses cantinhos servem para se fazer mais um quarto. Mas a casa funciona muito bem porque é tudo aproveitado. De baixo das escadas há uma arrumação. Há quem também já teve lá uma cama. Onde houvesse um espacinho dava para fazer um quarto. A minha cama era assim uma caixa em que só cabia a o colchão e depois a partir daí tinha um murinho em que a mesinha de cabeceira já ficava de fora e ali tinha que ainda pôr um sofá para pôr as minhas filhas a dormir. E pus. Eu abria-o há noite que ia até à beira da minha cama e punha ali as minhas filhas a dormir. Precisava mesmo. Este compartimento era um quarto que muita gente tinha até há bem pouco tempo um cama. Não foi construído para um quarto. Era para ser uma dispensa mas como veio para cá muita gente precisaram do quarto para pôr lá uma cama. Mas quando construímos o outro quarto lá atrás deixamos de precisar deste. Aqui passou a ser onde eu tenho as arrumações e a máquina de lavar.

relacionamento com a comunidade

Depois recebemos as chaves no dia 1 de abril e eu levei uma lanterna comigo porque a associação tinha um infantário aberto e a sede era na lá em baixo na praça das flores. Não sabe onde é? Tem ali um tanque se descer por aqui. Parece que me saiu o totoloto porque a casa me fazia mais falta que o totoloto na altura. Não tinha dinheiro mas precisava da casa porque não tinha condições. Quando vim para aqui abri as janelas e comecei aqui aos berros porque praticamente éramos gente daqui da rua das antas que veio para cá. A vizinhança já se conhecia. Foi porreiro. Foi uma alegria. Depois as vizinhas juntaram-se todas e vimos para aqui fazer uma merenda com bolachas e bolos e champagne. Só em duas ou três casas é que há pessoal que veio de novo. Aqui há frente um vizinho que mora aqui há poucos anos porque moravam aqui 3 irmãs que foram falecendo. A casa deu-se de vago e foi para outro casal que precisava e que pertencia à associação de moradores. Pertencia mas podia não pertencer.

bibliografia

obras escritas

- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições GRAAL, 1979.
- AGAMBEN, Giorgio. *What is Apparatus?* traduzido por David Kishik. California: Stanford University Press, 2009.
- ESPUELAS, Fernando. *Madre Materia*. Madrid: Lampreave Associados, 2009.
- BENJAMIN, Walter. *Imagens de Pensamento* traduzido por João Barrento. Lisboa: Assírio e Alvim, 2004.
- LARS, Lerup. *Building the Unfinished. Architecture and Human Action*. Beverly Hills: SAGE Publications, 1977.
- TEYSSOT, Georges. *A Topology of Everyday Constellations* traduzido por Paulo Providência. Londres: The MIT Press, 2013.
- COLOMINA, Beatriz e WIGLEY, Mark. *Are we human?* Zurique: Lars Muller Publishers, 2016.
- AURELI, Pior Vittorio. *Less is enough*. Moscovo: Strelka, 2013.
- PALLASMA, Juhani. *Habitar*. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.
- STONER, Jill. *Hacia una Arquitectura Menor*. Madrid: Bartlebooth, 2018
- HAN, Byung-Chul. *Sobre o Poder* traduzido por Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2017
- TEYSSOT, Georges. *Da Teoria de Arquitectura: Doze Ensaios* traduzido por Paulo Providência. Lisboa: Edições 70, 2010.
- CORTÉS, José. *Políticas de Espaço: Arquitectura, Género e Controle Social* traduzido por Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Editora SENAC, 2008.
- AMARAL, Fransico Keil. *Cadernos Azuis. Problemas Contemporâneos*. Porto: Livraria Latina Editora, 1945.
- TÁVORA, Fernando. *O Problema da Casa Portuguesa*. Lisboa: Editorial Organizações Lda, 1947.
- RAMALHO, Pedro. *Itinerário*. Porto: Serviço Editorial da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1980.

entrevistas ou conferências

- TEYSSOT, Georges. "Figure d'interni" in *Il Progetto Domestico: La casa dell'uomo: archetipi e prototipi*. Milão: Electa Editrice, 1986.
- AURELI, Pior Vittorio. "A Room Without Ownership: Notes on Hannes Meyer's Co-op. Interieur" in *Hannes Meyer Co-op Interieur*. Berlim: Spector Books, 2015.
- AURELI, Pior Vittorio; GIUDICI, Maria Shéhérazade. "Barberism Begins at Home" in *Diploma Unit 14 Academic Year 2016-17*. Londres: Architectural Association School of Architecture, 2017.
- BANDEIRINHA, José António. "SAAL 1974: Por uma Arquitectura" in *O Processo SAAL: Arquitectura e Participação*. Porto: Fundação de Serralves, 2014. pp. 45
- PORTAS, Nuno. "O Processo SAAL: Entre o Estado e o Poder Local" in *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 1986. pp. 635

artigos

- TEYSSOT, Georges. "Lo Social contra lo Doméstico. La cultura de la casa en los últimos siglos" in A&V n° 14. Madrid: Arquitectura Viva SL, 1988.
- VIDLER, Anthony. "Spatial Violence" in *Assemblage* n°20. Londres: The MIT Press, 1993.
- SLOTERDIJK, Peter. "Cell Block, Egospheres, Self-Container" translated by Daniela Fabricius, in *Log. n° 10 (Summer/Fall 2007)*. Nova Iorque: Anyone Corporation, 2007.
- AURELI, Pior Vittorio. "The Dom-ino Problem: Questioning the Architecture of Domestic Space" in *Log. n° 30 (Winter 2014)*. Nova Iorque: Anyone Corporation, 2014.
- AURELI, Pior Vittorio; GIUDICI, Maria Shéhérazade. "Family Horror: Toward a Critique of Domestic Space" in *Log. n° 38 (Fall 2016)*. Nova Iorque: Anyone Corporation, 2016.
- TAVARES, Maria. "O arrendamento social público." in *Habituação. Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018.
- BANDEIRINHA, José António. "O Fundo de Fomento da Habitação de 1969 a 1982 Ordenamento, alternativas e mercado" in *Habituação. Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018.
- FERREIRA, Eduardo. "Os anos de crescimento." in *Habituação. Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018.
- BRAZ AFONSO, Rui. "Narciso El'Ambiente Urbano - La corruzione della scala umana dello spazio" in CODISCO. Messina: Universidade de Messina, 2009.

documentos jurídicos

- MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES. "Lei n° 2007" in *Diário de Governo* n° 98/1945. Série I de 7 de maio de 1945. Lisboa: Assembleia da República Portuguesa, 1945.
- MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES. "Despacho n° 4630" in *Diário de Governo* n° 182/1974. Série I de 6 de agosto de 1974. Lisboa: Assembleia da República Portuguesa, 1974.
- MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES. "Decreto-Lei 163/93" in *Diário da República* n° 106. I Série A de 7 de maio de 1993. Lisboa: Assembleia da República Portuguesa, 1993.
- MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES. "Recomendações Técnicas de Habitação Social". Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1994 na sequência da "Portaria n°580/83 in *Diário da República* n° 113 Série I de 17 de maio de 1983. Lisboa: Assembleia da República Portuguesa, 1983.

créditos de imagem

1. ATGET, Eugène. "Interior da habitação de um operário na rua de Romainville" in https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Eugène_Atget,_Paris_Interior,_ca._1910.jpg Paris, 1910
2. MATA-CLARK, Gordon "Splitting" in <https://publicdelivery.org/gordon-matta-clark-splitting/> Nova Jérsea, 1974
3. CHAPLIN, Charlie. "Modern Times" in <https://cinapse.co/catching-up-with-the-classics-modern-times-1936-a567e01f2215> Nova Iorque, 1936.
4. TATI, Jacques. " Playtime" in <https://mookseandgripes.com/reviews/2014/11/12/jacques-tati-playtime/> Paris, 1967.
5. LE CORBUSIER. "Le Modulor" in http://www.fondationlecorbusier.fr/corbuweb/morpheus.aspx?sysId=13&IrisObjectId=8775&sysLanguage=en-en&itemPos=7&itemSort=en-en_sort_string1&itemCount=12&sysParentName=Home&sysParentId=11 Paris, 1948.
6. GODIN, Jean-Baptiste. "Familiário de Guise" por FESSY, Georges in <http://www.abitare.it/en/gallery/events/familisterio-guisa-godin-bicentenario-gallery/?foto=17#gallery> Guise, 2017.
7. SACRISTÁN. "Família tradicional burguesa" in <https://otrosvendran.wordpress.com/2017/01/02/la-familia-tradicional/> Tarragona, 1892.
8. VEUGHNY, Marie-Gabriel. "Cité Napoléon" in [http://fgodbert.free.fr/photos/JEP_2013/slides/Cité%20Napoléon%20\(15\).html](http://fgodbert.free.fr/photos/JEP_2013/slides/Cité%20Napoléon%20(15).html) Paris, 1951.
9. BOISSONNAS, Frédéric. "Dalcroze-Schule Hellerau" in <https://www.societaetstheater.de/Stueckdetail/p/STADTERINNERUNGKULTUR-412> Hellerau, 1910.
10. MATA-CLARK, Gordon "Splitting" in <https://publicdelivery.org/gordon-matta-clark-splitting/> Nova Jérsea, 1974
11. CHAPLIN, Charlie. "Modern Times" in <https://cinapse.co/catching-up-with-the-classics-modern-times-1936-a567e01f2215> Nova Iorque, 1936.
12. MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES. "Despacho n.º 4630 in Diário de Governo n.º 182/1974." in <https://dre.tretas.org/dre/227731/despacho-DD4630-de-6-de-agosto> Lisboa, 1974.
13. PEREIRA, Diana. "Moradores de uma Casa de Renda Económica". in <http://www.scielo.mec.pt/img/revistas/cam/vser2n5/ser2n5a12f9.jpg> Lisboa, 1945
14. IDEM.
15. AUTOR DESCONHECIDO. "Sala de Estar de um Funcionário Público" in <https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/11560/1/António%20Ferreira%20e%20a%20propaganda%20de%20um%20certo%20Portugal.%20Berna%20e%20Roma%20C%201950-1956.pdf> Lisboa, 1950.
16. CASAS MONTEIRO, Adolfo. "Recibo de Pagamento de Renda" na posse do autor Vila Nova de Famalicão, 1939.
17. AUTOR DESCONHECIDO. "Assinatura do Protocolo das Bases do acordo entre a Câmara Municipal do Porto e a Federação das Caixas de Previdência" in <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/protocolo-para-habitacao-no-porto/> Porto, 1963.
18. AUTOR DESCONHECIDO. "Nuno Teotónio Pereira em entrevista ao Diário de Notícias" in <https://www.dn.pt/artes/cidadao-que-fazia-arquitetura-de-bracos-abertos-4991124.html> Lisboa, 1989.
19. SINDICATO NACIONAL DOS ARQUITECTOS. "1.º Congresso Nacional de Arquitectura" in <http://www.oasrn.org/cultura.php?id=86> Lisboa, 1948.
20. AUTORES DESCONHECIDOS. "Colectânea de Notícias de acontecimentos relacionados com as Casas de Renda Económica" in http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/ExposicoesVirtuais/Alvalade/Bairro_ainauguracao.htm Lisboa, 1948.
21. D'ATHOUGUIA, Rui Jervis; SANCHEZ, Sebastião Formosinho. "Bairro das Estacas" in <http://www.aefaup.com/nwsl/2016/5/17/3lscw8sol8xdp2li4epgsq9wbkwz1> Alvalade, 1955.
22. ROSA, Miguel Jacobetty. "Sala de Estar do Bairro de S. Miguel" in <https://www.artecapital.net/preview-127-artecapital-i-um-apartamento-à-estrela-i-mobiliario-de-miguel-jacobetty-inauguracao-7-abr-galeria-bessa-pereira> Alvalade, 1951
23. ALVES COSTA, Alexandre. "Manifestações Serviço Ambulatório de Apoio Local" in <http://www.cd25a.uc.pt/index.php?r=site/page&view=itempage&p=7> Porto, 1975..

24. IBIDEM.
25. PORTAS, Nuno. "Sala de Estar de uma Ilha" in <http://www.cd25a.uc.pt/index.php?r=site/page&view=itempage&p=7> Porto, 1974.
- 26.28. ALVES COSTA, Alexandre. "Cartaz Reivindicativo População Organizada, Habitação Conquistada" in <http://www.cd25a.uc.pt/index.php?r=site/page&view=itempage&p=1442> Porto, 1975.
27. IDEM. "Manifestações Serviço Ambulatório de Apoio Local" in <http://www.cd25a.uc.pt/index.php?r=site/page&view=itempage&p=7> Porto, 1975.
28. GARRIDO, Néilson. "Nuno Portas em entrevista ao Público" in <https://www.publico.pt/2017/07/14/culturaipilon/opiniao/homenagem-a-nuno-portas-1778578> Porto, 2017.
29. ALVES COSTA, Alexandre. "Manifestações Serviço Ambulatório de Apoio Local" in <http://www.cd25a.uc.pt/index.php?r=site/page&view=itempage&p=7> Porto, 1975.
30. IDEM. "Cartaz Reivindicativo Pelo Direito à Habitação" in <http://www.cd25a.uc.pt/index.php?r=site/page&view=itempage&p=7> Porto, 1975.
31. PARADELA, João António; FILIPE, Luís Gravata. "Cadernos do Bairro da Curraleira" in https://www.serralves.pt/documentos/servico_educativo/1411_DossPedagogicoSAAL.pdf Lisboa, 1975.
32. AUTOR DESCONHECIDO. "Bairro da Bouça" in <https://www.dezeen.com/2018/03/29/photography-alvaro-siza-saal-bouca-social-housing-porto/> Porto, 2014.
33. GUERRA, Fernando. "Sala de Estar no Bairro da Bouça" in <https://www.cultour.com.pt/tours/habitacao-social> Porto, 2017.
34. AUTOR DESCONHECIDO. "Moradores do Bairro da Torre" in <https://caravanapelahabitacao.files.wordpress.com/2017/05/c4ef3-torre2b1.jpg> Lisboa, 2017.
35. GOMES, Catarina. "Sala de Estar de uma casa no Bairro 6 de Maio" in <https://www.dn.pt/pais/viagem-aos-bairros-degradados-de-almada-10743228.html> Lisboa, 2016.
36. FERREIRA SANTOS, Nuno. "Convocatória para uma Sessão de Esclarecimento no Bairro Quinta da Lage" in <https://www.publico.pt/2019/05/03/local/noticia/quinta-lage-moradores-nao-querem-sair-1871040> Lisboa, 2019
37. FERREIRA SANTOS, Nuno. "Casa do Bairro Quinta da Lage" in <https://www.publico.pt/2019/05/03/local/noticia/quinta-lage-moradores-nao-querem-sair-1871040> Lisboa, 2019
38. FERREIRA SANTOS, Nuno. "Demolição de uma casa do Bairro Quinta da Lage" in <https://www.publico.pt/2019/05/03/local/noticia/quinta-lage-moradores-nao-querem-sair-1871040> Lisboa, 2019
39. AUTOR DESCONHECIDO. "Aníbal Cavaco Silva em campanha política para as eleições legislativas" in <https://observador.pt/especiais/cavaco-silva-primeiro-ministro-nenhum-conseguiu-imitar/> Lisboa, 1991.
40. AUTOR DESCONHECIDO. "Amostra de notícias de acontecimentos relacionados com o Programa Especial de Realojamento" in <https://www.dn.pt/portugal/sul/tres-bairros-criticos-iniciaram-processo-de-transformacao-1243093.html> Lisboa, 2009
41. CASAL RIBEIRO, Hélder. "Bairro das Fontainhas" in <http://www.domussocial.pt/habitacoes/habitacao-das-fontainhas> Porto, 2008
42. BARROS, Filomena. "Demolição de uma casa do Bairro 6 de Maio" in <https://rr.sapo.pt/2017/02/07/pais/bairro-6-de-maio-camara-da-amadora-diz-que-demoliu-casas-de-moradores-que-nao-tinham-direito-a-elas/noticia/75458/> Lisboa, 2017.
43. WHITEREAD, Rachel. "House" in <https://publicdelivery.org/rachel-whiteread-house/> Londres, 1993.
44. BOISSONNAS, Frédéric. "Dalcroze-Schule Hellerau" in <https://www.societaetstheater.de/Stueckdetail/p/STADTERINNERUNGKULTUR-412> Hellerau, 1910.
45. WHITEREAD, Rachel. "House" in <https://publicdelivery.org/rachel-whiteread-house/> Londres, 1993.

46. VERMEER, Johannes. "A Leiteira" in <http://warburg.chaa-unicamp.com.br/obras/view/3062> Amsterdão, 1657.
47. ARAVENA, Alejandro. "Quinta Monroy" in <https://www.archdaily.com.br/br/01-28605/quinta-monroy-elemental> Iquique, 2003.
48. RUBENS, Peter. "Rómulo e Rémulo amamentados pelo Lobo" in https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Rubens,_Peter_Paul_-_Romulus_and_Remus_-_1614-1616.jpg Roma, 1615.
49. DAVID, Jacques Louis. "A Coroação do Imperador Napoleão I e da Imperatriz Josefina na Catedral de Notre-Dame" in <https://www.louvre.fr/en/oeuvre-notices/consecration-emperor-napoleon-and-coronation-empress-josephine-december-2-1804> Paris, 1804
50. SERLIO, Sebastiano. "Uma Pequena Casa para um Rei" in <https://italianacademy.columbia.edu/digital-serlio-project> Veneza, 1550.
51. BAZANNI, Luigi. "O Interior de Pompeia" in <https://www.pinterest.pt/pin/276197389630654758/> Bolonha, 1882.
52. LE CORBUSIER. "Unité d'Habitación" por SALISZ, Artur in <https://www.flickr.com/photos/asalisz/32521894610/in/photostream/> Berlim, 1957.
53. LOURO, Jorge. "Alçado sudeste do Bairro de Ramalde" Porto, 2019.
54. IDEM. "Conjunto de unidades do Bairro de Ramalde" Porto, 2019.
55. COELHO, Pedro. "Planta de implantação do Bairro de Ramalde à escala 1:3000" Porto, 2020.
53. LOURO, Jorge. "Unidade do Bairro de Ramalde" Porto, 2019.
57. RELVAS, Francisco. "Compartimento do Bairro de Ramalde" in <https://luppa.pt/portfolio/unidade-residencial-de-ramalde/> Porto, 2019.
58. COELHO, Pedro. "Planta de um T3 do Bairro de Ramalde à escala 1:100" Porto, 2020.
59. RELVAS, Francisco. "Quarto de Banho do Bairro de Ramalde" in <https://luppa.pt/portfolio/unidade-residencial-de-ramalde/> Porto, 2019.
60. LOURO, Jorge. "Retalho do alçado noroeste do Bairro do Ramalde" Porto, 2019.
61. COELHO, Pedro. "Alçado noroeste de uma unidade do Bairro do Ramalde à escala 1:100" Porto, 2020.
62. LOURO, Jorge. "Retalho do alçado sudeste do Bairro do Ramalde" Porto, 2019.
63. COELHO, Pedro. "Mapa de alterações numa planta T3 e no alçado sudeste do Bairro do Ramalde" Porto, 2020.
64. CEPEDA, André. "Retalho do alçado sul do Bairro das Antas" in <https://www.serralves.pt/en/the-collection/works-by-artist/?l=C&col=&cat=> Porto, 2014.
65. IDEM. "Conjunto de unidades do Bairro das Antas" in <https://www.serralves.pt/en/the-collection/works-by-artist/?l=C&col=&cat=> Porto, 2014.
66. COELHO, Pedro. "Planta de implantação do Bairro das Antas à escala 1:500" Porto, 2020.
67. LOURO, Jorge. "Unidade do Bairro das Antas" Porto, 2019.
68. CEPEDA, André. "Pátio do Bairro das Antas" in <https://www.serralves.pt/en/the-collection/works-by-artist/?l=C&col=&cat=> Porto, 2014.
69. COELHO, Pedro. "Planta de um T2 do Bairro das Antas à escala 1:100" Porto, 2020.
70. CEPEDA, André. "Pátio do Bairro das Antas" in <https://www.serralves.pt/en/the-collection/works-by-artist/?l=C&col=&cat=> Porto, 2014.
71. LOURO, Jorge. "Retalho do alçado sul do Bairro das Antas" Porto, 2019.
72. COELHO, Pedro. "Alçado norte e sul de uma unidade do Bairro das Antas à escala 1:100" Porto, 2020.
73. LOURO, Jorge. "Retalho do alçado norte do Bairro das Antas" Porto, 2019.
74. COELHO, Pedro. "Mapa de alterações numa planta T2 e nos alçados norte e sul do Bairro das Antas". Porto, 2020.
75. LOURO, Jorge. "Retalho do alçado este do Bairro do Falcão" Porto, 2019.

76. LOURO, Jorge. "Conjunto de unidades do Bairro do Falcão" Porto, 2019.
77. COELHO, Pedro. "Planta de implantação do Bairro do Falcão à escala 1:3000" Porto, 2020.
78. LOURO, Jorge. "Unidade do Bairro do Falcão" Porto, 2019.
79. IDEM. "Acessos verticais do Bairro do Falcão" Porto, 2019.
80. COELHO, Pedro. "Planta de um T2 e um T3 do Bairro do Falcão à escala 1:100" Porto, 2020.
81. LOURO, Jorge. "Acessos verticais do Bairro do Falcão" Porto, 2019.
82. IDEM. "Retalho do alçado este do Bairro do Falcão" Porto, 2019.
83. COELHO, Pedro. "Alçado este de uma unidade do Bairro das Antas à escala 1:100" Porto, 2020.
84. LOURO, Jorge. "Retalho do alçado este do Bairro do Falcão" Porto, 2019.
85. COELHO, Pedro. "Mapa de alterações numa planta T2 e T3 e no alçado este do Bairro do Falcão". Porto, 2020.
86. LE CORBUSIER. "Le Modulor" in http://www.fondationlecorbusier.fr/corbuweb/morpheus.aspx?sysId=13&IrisObjectId=8775&sysLanguage=en-en&itemPos=7&itemSort=en-en_sort_string1&itemCount=12&sysParentName=Home&sysParentId=11 Paris, 1948.
87. IBIDEM
88. MAY, Ernst. "Cozinha de Frankfurt" in <https://www.moyo.pt/blog-de-design-e-decoracao-de-interiores/a-evolucao-do-design-de-cozinha-Frankfurt>, 1926
89. LE CORBUSIER. "Maison Dom-ino" in http://www.fondationlecorbusier.fr/corbuweb/morpheus.aspx?sysId=13&IrisObjectId=5972&sysLanguage=fr-fr&itemPos=103&itemSort=fr-fr_sort_string1%20&itemCount=216&sysParentName=&sysParentId=65 1914.
90. SCHMIDT, Joost. "Cartaz Bauhaus de Moholy-Nagy" in <https://www.abrilabril.pt/cultura/cem-anos-de-bauhaus-i-Weimar>, 1923.
91. LE CORBUSIER. "Unité d'Habitación" por SALISZ, Artur in <https://www.flickr.com/photos/asalisz/32521894610/in/photostream/> Berlim, 1957.
92. MALEVICH, Kazimi. "Öl auf Leinwand" in <https://www.meisterdrucke.pt/impressoes-artisticas-sofisticadas/Kazimir-Severinovich-Malevich/319588/Suprematismo-Dinâmico.html> Amsterdão, 1915.
93. BOISSONNAS, Frédéric. "Dalcroze-Schule Hellerau" in <https://www.societaetstheater.de/Stueckdetail/p/STADTERINNERUNGKULTUR-412-Hellerau>, 1910.
94. DUCHAMP, Marcel. "Fonte" in <https://www.publico.pt/2017/12/07/culturaipilon/noticia/centenario-da-fonte-de-marcel-duchamp-e-visoes-do-amor-no-museu-berardo-em-2018-1795296> Paris, 1917
95. PEREIRA, Diana. "Moradores de uma Casa de Renda Económica" in <http://www.scielo.mec.pt/img/revistas/cam/vser2n5/ser2n5a12f9.jpg> Lisboa, 1945 .
96. 94. ATGET, Eugène. "Interior da habitação de um operário na rua de Romainville" in https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Eugène_Atget,_Paris_Interior,_ca._1910.jpg Paris, 1910.
97. TATI, Jacques. " Playtime" in <https://mookseandgripes.com/reviews/2014/11/12/jacques-tati-playtime/> Paris, 1967.
98. BAZANNI, Luigi. "O Interior de Pompeia" in <https://www.pinterest.pt/pin/276197389630654758/> Bolonha, 1882.
99. TATI, Jacques. " Playtime" in <https://mookseandgripes.com/reviews/2014/11/12/jacques-tati-playtime/> Paris, 1967.
100. CARDI, Lodovico. "Cântico da Criatura de São Francisco de Assis" in [https://it.wikiversity.org/wiki/%27%27Cantico_delle_Creature%27%27_di_San_Francesco_d%27Assisi_\(superiori\)](https://it.wikiversity.org/wiki/%27%27Cantico_delle_Creature%27%27_di_San_Francesco_d%27Assisi_(superiori)) Florença, 1599.
101. MEYER, Hannes "O Apartamento" in <https://www.architectural-review.com/essays/soft-cell-the-minimum-dwelling/10033401.article> Berlim, 1926
102. WALKER, Diana " Steve Jobs no seu apartamento" in <http://content.time.com/time/business/article/0,8599,2096282,00.html> Woodside, 1982

